

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Letras

Cristina Maria Ribeiro de Oliveira

CORPO, VOZ E SUBJETIVIDADE, EM *BATISMO DE SANGUE*, DE FREI BETTO

Belo Horizonte

2022

Cristina Maria Ribeiro de Oliveira

CORPO, VOZ E SUBJETIVIDADE, *EM BATISMO DE SANGUE*, DE FREI BETTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientadora: Professora Doutora Ivete Lara Camargos Walty

Área de concentração: Literaturas de Língua Portuguesa

Linha de pesquisa: Trânsitos Literários: Produção, Tradução, Recepção

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

O48c Oliveira, Cristina Maria Ribeiro de
Corpo, voz e subjetividade, em *Batismo de Sangue*, de Frei Betto / Cristina Maria Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, 2022.
107 f. : il.

Orientadora: Ivete Lara Camargos Walty
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Letras

1. Betto, Frei, 1944- - Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella - Crítica e interpretação. 2. Marighella, Carlos, 1911-1969. 3. Brasil - História - 1964-1985. 4. Prisioneiros políticos - Brasil. 5. Dominicanos - Memórias. 6. Tortura - Brasil. 7. Memória na literatura. 8. Trauma psíquico. 9. Literatura e história. I. Walty, Ivete Lara Camargos. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU: 869.0(81)-3

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva – CRB 6/2086

CORPO, VOZ E SUBJETIVIDADE, *EM BATISMO DE SANGUE*, DE FREI BETTO

7| ^æ̃^& } & } dæ̃ | k̃s̃^ | æ̃ | æ̃^ | s̃q̃ * ^ æ̃ú | č * ^ • æ̃m̃

Belo Horizonte

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Ivete Walty, pela generosa capacidade de contribuir para o meu desenvolvimento intelectual, com afeto e carinho;

Aos professores da Banca Examinadora pela disponibilidade de compartilhar o saber;

À Valéria e Rejane, que foram essenciais para o desenvolvimento da tese;

Aos colegas do grupo de pesquisa, pelas contribuições a meu trabalho;

Ao Centro Universitário UNA, pela bolsa de estudos concedida.

Ao Marco, pelo amor e companheirismo da vida.

Somos a memória que temos e a responsabilidade
que assumimos.
Sem memória não existimos, sem responsabilidade
talvez não mereçamos existir (SARAMAGO, 1994).

Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito é um defeito que mata
São tantas lutas inglórias

São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens

São sementes espalhadas nesse chão.
(GONZAGUINHA, 1973).

RESUMO

O livro **Batismo de Sangue**: guerrilha e morte de Carlos Marighella, de autoria de Frei Betto, é uma das obras importantes da literatura brasileira por trazer o testemunho e as memórias de uma época sombria da sociedade: a ditadura civil-militar, no período de 1964-1985. A escrita tem como protagonistas os intelectuais dominicanos, os quais foram presos e torturados pelo governo ditatorial, por participarem da resistência à ditadura com apoio logístico à Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. Esta tese tem como objetivo identificar os mecanismos de poder existentes no espaço da prisão que isolam e buscam transformar o sujeito de direitos em um corpo dócil (Cf. Foucault, 1999). Por outro lado, será verificado como se instituem os movimentos coletivos em rituais de resistência em defesa da subjetividade e da sociedade. Considerando que a memória desvela uma das versões que contradizem a história oficial, ao trazer as atrocidades cometidas e acenar com novos tempos sem violência, a análise se justifica por enfatizar o testemunho do escritor Frei Betto, sob a perspectiva da Literatura de Testemunho, a qual enlaça a memória, os fatos e a subjetividade que se inter cruzam. Ao dar visibilidade à memória dos intelectuais dominicanos, o texto de Frei Betto possibilita desvelar as versões sobre sua atuação na resistência ao golpe impetrado. No que se refere ao marco teórico, a pesquisa teve como principais autores Foucault (1966; 1987; 1995; 1999), Agamben (2009; 2021) Seligmann-Silva (2002), Freud (1974; 1976; 1990), Gagnebin (2002; 2006; 2007), dentre outros.

Palavras-chave: Literatura de testemunho. Memória. Trauma.

ABSTRACT

The book **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighela** (2006), authored by Frei Betto, is one of the important work in Brazilian literature for bringing the testimony and memories of a dark time of Brazilian society: the civil-military dictatorship, in the period of 1964-1985. The writing has as protagonists the Dominican intellectuals, who were arrested and tortured by the dictatorial government, for participating in the resistance to the dictatorship with logistical support to the National Liberation Action (ALN), led by Carlos Marighela. This thesis aims to identify the mechanisms of power and rituals existing in the prison space that isolate and seek to transform the subject of rights into a docile body (Cf. Foucault, 1999). On the other hand, it will be verified how collective movements are instituted in resistance rituals in defense of subjectivity and society. Considering that memory reveals one of versions that contradict official history, by bringing the atrocities committed an waving new times without violence, the analysis is justified by emphasizing the testimony of the writer Frei Betto, from perspective of the Literature of Testimony, which intertwines memory, facts and subjectivity that intersect. By giving visibility to the memory of Dominican intellectuals, Frei Betto's text makes it possible to reveal versions of his role in resisting the coup. With regard to the theoretical framework, the main authors were Foucault (1966; 1987; 1995; 1999), Agamben (2009; 2021) Seligmann-Silva (2002), Freud (1974; 1976; 1990), Gagnebin (2002; 2006; 2007) among others.

Keywords: Testimonial Literature, Memory, Trauma

RESUMEN

El libro **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella** (2006), de autoría de Frei Betto, es una de las obras importantes de la literatura brasileña por traer el testimonio y las memorias de una época oscura de la sociedad: la dictadura civil-militar, en el período de 1964-1985. La escritura tiene como protagonistas los intelectuales dominicanos, los cuales fueron arrestados y torturados por el gobierno dictatorial, por participar de la resistencia a la dictadura con apoyo logístico a la *Ação Libertadora Nacional* (ALN) liderada por Carlos Marighella. Esta tesis tiene como objetivo identificar los mecanismos de poder existentes en el espacio de la cárcel que aíslan y buscan transformar el sujeto de derechos en un cuerpo dócil (Cf. Foucault, 1999). Por otro lado, será averiguado cómo se instituyen los movimientos colectivos en rituales de resistencia en defensa de la subjetividad y de la sociedad. Considerando que la memoria desvela una de las versiones que contradicen la historia oficial, al traer las atrocidades cometidas y señalar nuevos tiempos sin violencia, el análisis se justifica por enfatizar el testimonio del escritor Frei Betto, bajo la perspectiva de la Literatura de Testimonio, la cual enlaza la memoria, los hechos y la subjetividad, que se entrecruzan. Al dar visibilidad a la memoria de los intelectuales dominicanos, el texto posibilita desvelar las versiones respecto a la actuación de los dominicanos en la resistencia al golpe impetrado. En lo que se refiere al marco teórico tuvo como principales autores Foucault (1966; 1987; 1995; 1999), Agamben (2009; 2021) Seligmann-Silva (2002), Freud (1974; 1976; 1990), Gagnebin (2002 ; 2006; 2007) de entre otros.

PALABRAS-CLAVE: Literatura de testimonio. Memoria. Trauma.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Imagem do Museu da resistência (a) - São Paulo	86
Imagem 2 -	Imagem do Museu da resistência (b) - São Paulo	86
Imagem 3 -	Imagem do Museu da resistência (c) - São Paulo	87

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O TESTEMUNHO NA OBRA BATISMO DE SANGUE	21
2.1	O Testemunho e a Memória	31
2.2	Testemunho e Trauma.....	34
3	VOZES NARRADAS: O JOGO ENTRE AS VÍTIMAS E OS TORTURADORES	39
3.1	Vozes Revolucionárias	39
3.2	Vozes Torturadoras	51
3.3	Vozes Contraditórias	63
4	ESPAÇOS NA PRISÃO: A (IN)VISIBILIDADE DO SUJEITO	71
4.1	Prisão e o Pulsar da Morte	73
4.2	Movimentos Coletivos: Vínculos no Céu	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	110

1 INTRODUÇÃO

A história dos vencidos na resistência impetrada aos detentores do poder, durante a ditadura civil-militar (1964 a 1985) no Brasil, encontra-se abafada pelos tons ruidosos da história oficial e de uma sociedade acomodada com os fatos narrados. Há muitos traumas sociais e históricos esquecidos que precisam ser narrados novamente, trazendo para o presente um passado, com novas significações, novos questionamentos.

Na história em questão, ressalta-se o caso da Comissão da Verdade, instalada em 2011, no governo de Dilma Roussef, com o objetivo de apurar as violações de direito praticadas pelo Estado nas ditaduras dos anos 1940 e, sobretudo, na ditadura civil-militar. Seus resultados preencheram lacunas da história oficial, com a apuração de centenas de fatos ocultos ou ocultados. Corpos literais e metafóricos foram exumados.

Outro exemplo a ilustrar esse movimento é o do livro **Brasil nunca mais** (ARNS, 1985), cuja versão da esquerda choca-se com a do livro intitulado **Orvil** (livro ao contrário), **com o subtítulo “as tentativas de tomada do poder”** (2021) ou **O livro Secreto da Ditadura Militar** (2021), com a história contada sob visão dos militares (2012).¹

Observamos que a história e seus arquivos não são fixos, mas se transformam conforme as relações de poder que os regem. Evocamos, pois, Benjamin em sua proposta de explodir o continuum da história. Diz o autor, defendendo a voz dos oprimidos: “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1987, p. 229).

Gagnebin (2006, p. 43) busca em Ricoeur fundamentações para a compreensão de que a história:

[...] é sempre, simultaneamente, narrativa (as histórias inumeráveis que a compõem *Erzählung* em alemão) e processo real (sequência das ações humanas em particular; *Geschichte*), que a história como disciplina remete

¹ O livro teve circulação restrita durante 30 anos, só vindo à tona em 2009 e publicado em 2012. A esse respeito, ver *João Cezar de Castro Rocha. Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político, Goiânia: Editora Caminhos, 2021.*

sempre às dimensões humanas da ação e da linguagem e, sobretudo, da narração.

Esquecer que a história tem várias versões faz com que a sociedade sofra com sintomas decorrentes do ato de não se lembrar do sofrimento daqueles que desapareceram como sujeitos, que mereciam ser lembrados pelos atos realizados em prol do coletivo. A literatura, ao narrar as histórias dos derrotados, permite que se abra uma fenda no que parecia consolidado e que novas palavras se insiram nas narrativas como promessa de esperança de trazer para o presente o que ficou apenas no passado.

Em vista dessa percepção, a literatura brasileira, relacionando-se com a ditadura civil-militar, comporta-se como um arquivo, no qual se depositam as memórias que podem ser sempre revisitadas e rearticuladas. Nesse sentido, é importante recorrer a Foucault (1995, p. 148), quando, definindo arquivo, enfatiza que ele não é o somatório de muitos textos guardados em poder de uma determinada cultura, que documentam seu passado, sua identidade, nem mesmo as instituições que registram e guardam os discursos para serem lembrados. Diz o autor:

Ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro místico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses enunciados (acontecimento de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo.

Tal conceito ressalta o arquivo como uma construção passível de muitas leituras. Por isso mesmo são várias as produções textuais resultantes do processo ditatorial que abordam os movimentos organizados, as guerrilhas, as prisões, o exílio, a clandestinidade dos participantes, permitindo o resgate da memória de um tempo em que o poder estatal, centralizador, operava ações violentas contra os que resistiram (Cf. FIGUEIREDO, 2017).

Os traumas sofridos pelos dominicanos, durante a ditadura civil-militar, são narrados pela literatura que traz a memória do passado em arquivo, que “é o não-dito ou o dizível inscrito em cada dito, pelo fato de ter sido enunciado, o fragmento de memória que se esquece toda vez no ato de dizer eu” (AGAMBEN, 2021, p. 145).

Considerando a produção do corpus literário ligado à ditadura civil-militar, Eurídice Figueiredo (2017) o divide em três períodos: a) de 1964 a 1978; b) 1979 a 2000 e c) 2001 até a atualidade.

No primeiro período há livros como **Quarup**, de Antônio Callado e **Pessach, A travessia**, de Carlos Heitor Cony) que trazem a utopia de transformar o país. Do mesmo período, **Em Câmara Lenta**, de Renato Tapajós revela um desencantamento dos personagens decorrente das prisões e mortes dos companheiros. **Zero**, de Loyola Brandão, é um romance distópico, escrito em fragmentos. No que se refere a não-ficção foram escritos livros por deputados, como **Torturas e Torturados** (Márcio Moreira Alves) e **Oposição no Brasil** (Marcos Freire). O historiador Hélio Silva escreveu, sobre a morte de Stuart Angel, o livro **Dos governos militares**.

No segundo período há relatos autobiográficos dos exilados ou daqueles que saíram da prisão com vários relatos testemunhais, como **O que é Isto Companheiro**, de Fernando Gabeira, **Os Carbonários**, de Alfredo Sirkis, **Tirando o capuz**, de Alvaro Caldas, **Retrato calado**, de Luiz Roberto Salinas Fortes, **Memórias do esquecimento**, de Flávio Tavares, dentre outros. Um livro marcante foi **Liberdade**, de Silviano Santiago, que aborda o papel do intelectual. Há outros romances que tematizaram a ditadura como **O estandarte da agonia** (Heloisa Studart) e **Uma varanda sobre o silêncio** (Josué Montello) que tiveram como inspiração o sofrimento da estilista Zuzu Angel, morta ao procurar notícias sobre o seu filho assassinado. **Tropical sol da liberdade** (Ana Maria Machado) e **Amores exilados** (Godofredo de Oliveira Neto) também retratam os sofrimentos decorrentes da tortura e do exílio.

Ainda segundo Figueiredo, as obras do terceiro período se caracterizam por serem retrospectivas, como o romance **Stella Manhattan** (Silviano Santiago) ou **Dois Irmãos** (Milton Hatoum), nos quais a ditadura encontra-se disseminada nos relatos. Há romances alegóricos como **Incidente em Antares** (Érico Veríssimo) ou **A hora dos ruminantes** (José J. Veiga). O romance **Qualquer maneira de amar** (Marcus Vera), composto com músicas da época, retrata jovens na década de 1970. Em **Tempos extremos** (Míriam Leitão) a autora cruza duas histórias que abordam a repressão e a escravidão assim como na obra **Vidas provisórias**. Algumas obras retratam a barbárie do Araguaia, como **Palavras Cruzadas** (Guiomar de Grammont) e **Azul-corvo** (Adriana Lisboa).

Nesta longa lista, como parte desse arquivo, está o livro **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella** (2006)², que traz como marca caracterizadora o aspecto religioso oriundo da formação do autor principalmente pela teologia da libertação. Frei Betto, escritor e teólogo, escreveu essa obra primeiramente com o título **Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Marighella**, lançada em 1982. Preso por ser considerado um terrorista, que participou da Ação Libertadora Nacional (ALN), com Carlos Marighella, realizou entrevistas e pesquisou em documentos para a elaboração da obra. Em nova edição (2006), o nome da obra foi modificado para **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella**; fatos e nomes omitidos na primeira versão foram, enfim, revelados.

Nas duas edições do livro Frei Betto dá seu testemunho das barbáries executadas nas prisões brasileiras, em uma das versões da história, que enfatiza o papel dos intelectuais dominicanos na luta contra a ditadura ao lado de Carlos Marighella. Essa versão contrapõe-se, pois, à visão oficial da ditadura, que menospreza ou ignora as prisões arbitrárias, as torturas, as mortes dos perseguidos.

Em função da presença do sofrimento e da violência (não) narrada, a obra de Frei Betto aproxima-se do gênero Literatura de testemunho, que circula primeiramente referindo-se às narrativas do Shoah, como o livro **É isto um homem**, de Primo Lévi, sobrevivente dos campos de concentração nazistas. Daí a marca do trauma, o forte relacionamento entre literatura e violência. Uma outra tendência circula durante o processo do Prêmio Casa de Las Américas, em Cuba, que estimulava a construção histórica da opressão burguesa, de acordo com a voz dos oprimidos, na América Latina. Avaliava-se, então, a qualidade literária e a fidedignidade das informações/documentos apresentados.

Consideram-se, assim, duas concepções de literatura de testemunho: as narrativas sobre o Shoah, o holocausto e as narrativas latino-americanas, que afirmam a vinculação entre a literatura e a história, geralmente escrita por terceiros, como **Se me deixam falar**, de Viezzer, que conta a luta de Domitila, nas minas da Bolívia.

O tema de testemunho foi sempre estudado em diferentes campos de conhecimento como a Teologia (testemunho relacionado à fé), jurídico (o

² Esta obra recebeu o Prêmio Jabuti, em 1982, como livro de memórias e foi traduzido para o francês e o italiano.

testemunho e as técnicas de entrevistas das testemunhas e dos réus envolvidos em crimes), além da Psicologia Social (estudo do testemunho pela visão comportamental) e da Psicanálise, especialmente com o conceito de trauma.

O livro ora em análise dialoga com vários desses sentidos, dado que o escritor, um religioso e teólogo, foi réu e lidou com o sistema jurídico e prisional brasileiro, fazendo da escrita uma maneira de lidar com o trauma individual e coletivo advindo com os desmandos do governo ditatorial brasileiro.

O escritor de **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella** (2006), ativista religioso e político, organiza seu livro para contar sua participação, juntamente com os colegas dominicanos, no movimento socialista brasileiro, em um duplo movimento: de confissão e denúncia. Por um lado, reconhece e explicita essa participação, por outro aponta para aqueles que ele julga os verdadeiros criminosos: os governantes brasileiros em suas ações policiais e, mais do que isso, os responsáveis pela sociedade injusta e excludente. Para isso, valendo-se da história vivenciada, inclui relatos pessoais ao lado de depoimentos de outros participantes do movimento, sobretudo de Frei Fernando, Frei Ivo e Frei Tito.

O livro **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella** (2006), do autor Frei Betto, é composto por seis capítulos que enunciam questões investigadas por esta tese, na busca de sentido da escrita entre as categorias vida e morte. O primeiro capítulo, intitulado “Carlos, o itinerário”, encena a vida do revolucionário Carlos Marighella e seus conflitos políticos, embaralhando suas faces de comunista, poeta, político e escritor. Criador da Ação Libertadora Nacional (ALN), Marighella defendia a luta armada contra a ditadura.

No segundo capítulo, denominado “Sul, a travessia”, a narrativa se concentra nos tempos e espaços da clandestinidade do personagem Frei Betto em sua fuga de São Paulo para o Rio Grande do Sul, na tentativa de evitar a sua própria prisão. Com base na missão de Frei Betto em cumprir a função que lhe foi dada por Marighella, o capítulo mostra o trabalho do frei dominicano na organização e passagem pelas fronteiras dos revolucionários brasileiros que pretendiam fugir do Brasil em direção ao exterior, além de encenar sua própria trajetória de fuga dentro do Rio Grande do Sul até a sua prisão. Como se nota nos títulos dos dois primeiros capítulos, os vocábulos ‘itinerário’ e ‘travessia’ podem ser lidos como referência aos movimentos dos revolucionários em sua trajetória pelos diversos espaços por onde transitam, mas também com outros tipos de cruzamentos, como esperamos mostrar.

No terceiro capítulo, “Prisão, o labirinto”, descreve-se o contexto da prisão em que estão os jovens dominicanos, como espaço de torturas físicas/psicológicas e o sofrimento decorrente da perda da liberdade. O jogo de palavras que envolve o título do capítulo, pode representar tanto o fechamento, com o vocábulo ‘prisão’, quanto as tentativas de encontrar saída, o que é sugerido pelo vocábulo ‘labirinto’, tudo remetendo ao jogo de vida e morte.

No capítulo “Morte, a cilada”, enunciam-se os estratagemas utilizados pelo governo para matar Marighella e responsabilizar os dominicanos perante a sociedade, como religiosos que o teriam traído. O quinto capítulo, “DEOPS, a catacumba”, representa a passagem dos presos políticos pelo DEOPS, Departamento de Ordem Política e Social, espaço de tortura e mortes. Por sua vez, a palavra catacumba registra como significado, além do lugar onde se depositam os defuntos, a referência à construção subterrânea ou escavações nos subsolos feitas pelos cristãos quando eram perseguidos em Roma, utilizadas, também, como espaço de oração e de clandestinidade onde os cristãos se escondiam do poder romano. A obra traz a referência tanto ao sujeito político quanto ao religioso, pois o batismo dos cristãos significava mergulhar na água, deixar o passado e purificar-se. Batizar-se, pois, com sangue seria o sacrifício máximo realizado por uma pessoa fiel aos preceitos da fé, que entrega sua vida por ela e se torna mártir.

Por fim, o sexto capítulo, “Tito, a paixão”, tem como personagem principal Frei Tito e seu calvário: a ida para o exílio, a loucura e o suicídio em Paris, trajetória em que a morte aparece como libertação das torturas físicas e psíquicas. A paixão nos remete ao martírio de Cristo, o que denota o intenso sofrimento vivido pelo personagem.

Como se nota, nesta pequena paráfrase, todos os capítulos encenam, de alguma forma, o jogo entre vida e morte que marcou a trajetória dos jovens dominicanos que participaram, ao lado de Carlos Marighella, da resistência à ditadura. Não se trata, no entanto, de uma história linear; antes, tem-se uma narrativa fragmentada, guiada pelo desejo do narrador e suas memórias. Aprisionados e torturados, os dominicanos Frei Fernando e Frei Ivo são coagidos a participar da trama do governo para assassinar Marighella, cujo relato marca o início da narrativa, enquanto a morte de Frei Tito a conduz para o final.

A obra literária analisada representa, no contexto da ditadura, as circunstâncias que levaram à prisão os que resistiam e participavam de movimentos

coletivos, no caso, os dominicanos que vivenciaram esse tempo. Isso nos remete ao que postula Giorgio Agamben (2009), ao discorrer sobre o conceito de “contemporâneo”, ligando-o à atitude de se manter uma relação diferenciada com o seu tempo, neutralizando as luzes e percebendo, escrevendo e questionando as trevas do momento, com a coragem de enxergar no escuro, a luz que se distancia do indivíduo. Ao questionar seu tempo, o sujeito o transforma e o associa a outros tempos, de forma a ler a história de uma maneira singular e não somente pela lente oficial. Nesse sentido, a literatura seria contemporânea à medida que compreende a obscuridade do presente, comprometendo-se com ele. É nessa perspectiva que a narrativa de Frei Betto pode ser enquadrada, na literatura contemporânea. O escritor realiza a leitura do seu tempo trazendo à baila as relações de poder e resistência, tanto aquelas estabelecidas entre o governo ditatorial e os padres dominicanos, ao dar o seu testemunho dos fatos, quanto as do governo atual, como se vê em suas crônicas jornalísticas como as agrupadas no livro **O diabo na corte: leitura crítica do Brasil atual** (2020). A tese tem como objetivo identificar os mecanismos de poder existentes no espaço da prisão que isolam e buscam transformar o sujeito de direitos em um corpo dócil (Cf. Foucault, 1999). Por outro lado será verificado como se instituem os movimentos coletivos em rituais de resistência em defesa da subjetividade e da sociedade.

A metodologia aplicada foi a análise do processo testemunhal da narrativa, utilizando como procedimento a leitura e análise do jogo narrativo da obra literárias à luz de obras teóricas específicas, que incluem autores como Foucault, Freud, Agamben, Benjamin, Gramsci, Bosi, Eurídice Figueiredo, Selligmann-Silva, Gagnebin, Pelegrino, Chauí, dentre outros.

Esta tese está organizada em três capítulos. No primeiro, O Testemunho na obra *Batismo de Sangue*, pesquisamos de que forma a narrativa testemunhal se encontra construída na obra em duas vertentes: uma mais ligada aos fatos, em que Frei Betto conta a história, e outra aos aspectos subjetivos, numa confluência entre história e literatura.

No segundo, *Vozes narradas*: o jogo entre as vítimas e os torturadores, investigamos como, ao construir sua versão, o escritor Frei Betto, propicia que as vozes dos dominicanos, atravessadas por melancolia e luto causados pela perda da liberdade se sobressaíam, em contraposição àquelas que tentam quebrar os valores da mudança. Assim como se nota no jogo entre a vida e a morte, a narrativa mostra

duas forças que se chocam: a do sistema ditatorial e a dos opositores ao governo. As forças repressoras do governo ditatorial perseguem, prendem, torturam e podem matar os que lhe fazem oposição, em uma estratégia de silenciar os que tentam modificar o contexto de violência instaurado na sociedade pelos militares. Contexto este dirigido pelas elites detentoras do capital em uma sociedade profundamente dividida e injusta social e economicamente. As forças de resistência estão representadas pelos jovens dominicanos, pelo revolucionário Marighella, pelos grupos políticos, sindicatos e movimentos contrários ao governo e parte das instituições sociais, como a mídia, a Justiça e uma ala da igreja. Nesse jogo, há uma exacerbação da violência contra aqueles que não se coadunavam com a ideologia dominante adotando uma atitude de resistência.

No terceiro capítulo, Espaços na prisão: a (in)visibilidade do sujeito, investigamos o espaço da prisão em sua relação com os corpos torturados, e, também, os movimentos coletivos e os traumas dos prisioneiros que perderam sua liberdade e se relacionavam com a violência de seus opressores. A prisão, por outro lado, além de espaço da tortura e do sofrimento do corpo físico e psíquico, configura-se como espaço da expressão de afetos vários, evidenciando o jogo entre a pulsão de vida e de morte.

A tese está estruturada, pois, a partir dessas premissas por meio das quais analisamos uma forma de testemunho e a sua relação com a memória política de um país, em suas lacunas e em seus cruzamentos.

Antes de passar aos capítulos, faz-se fundamental explicitar o motivo da minha escolha da obra analisada e do objeto de minha pesquisa. A travessia no doutorado me fez refletir sobre o meu percurso acadêmico, que se encontra atravessado pelo significativo violência. Ao me deparar com os tempos sombrios e a violência impetrada contra a primeira mulher presidente do Brasil, que foi barbaramente torturada durante a ditadura civil militar (1964 a 1985) vislumbrei cursar a disciplina isolada “Estudos comparados de Literatura: a escrita da violência”, ministrada pelas professoras Nazareth Fonseca e Ivete Walty. Voltar à academia ampliou meu desejo de me aprofundar nesta questão e buscar as vozes revolucionárias como protagonistas da história em contraposição à versão oficial.

Naveguei, então, na literatura, em textos teóricos e filmes, para refletir sobre os problemas da violência nas relações de poder durante o período ditatorial. O primeiro filme que vimos na disciplina citada foi o documentário **Elena**, de Petra

Costa (2012), que também representa a memória da violência na vida de uma jovem filha de sobreviventes do exílio, durante a ditadura militar. Essa jovem, que, na adolescência, desejava ser atriz e se suicidou, deixa o trauma também em sua irmã, a diretora do filme. Imagens poéticas, de extrema beleza, mostram a alegria e o sofrimento das transformações da subjetividade de cada um, no cenário durante e após aquele período de exceção.

Outro filme visto, mais recentemente, foi **Mães Paralelas** (2021), de Almodóvar, no qual as famílias buscam preservar a memória e a história dos que resistiram à ditadura franquista, e tiveram suas histórias destruídas. O filme é finalizado com uma citação de Galeano: “não existe história muda. Por mais que a queimem, por mais que a quebrem, por mais que mintam, a história humana se recusa a ficar calada”.

E para não ficar em silêncio, não poderia deixar de abordar a violência na cena cotidiana brasileira, onde a grande maioria da população não tem acesso à literatura. Recorro a Antonio Candido, em seu texto **O Direito à Literatura**, quando nos diz que a literatura é um direito fundamental do homem, pois “assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Desse modo, ela seria fator indispensável de humanização, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente”.

A violência está associada à nossa história, às memórias, aos traumas, às fendas que não fecharam, e para tanto, é preciso pontuar com a fantasia para lidar com as catástrofes, lançando mão da literatura, da arte. Escrever o meu projeto de doutorado me colocou a escolher uma obra imbuída de violência, sobre o quê passo a discorrer.

2 O TESTEMUNHO NA OBRA BATISMO DE SANGUE

Na narrativa **Batismo de Sangue**: guerrilha e morte de Carlos Marighella, o autor, Frei Betto, se propôs a entrelaçar a história política da ditadura com sua visão de testemunha, que foi aprisionada e traumatizada pela perda da liberdade e pelo fim da utopia de transformar a vida do povo em uma realidade com mais justiça e igualdade social. Essa foi uma época de violência, prisões políticas, em que o Estado, declaradamente centralizador, exercia o controle da sociedade tendo como parceira em suas ações coercitivas grande parte dos meios de comunicação, além de parte do judiciário e da igreja.

Realizando tal empreendimento, Frei Betto configura-se enunciativamente como o cronista benjaminiano porque, como o materialista histórico, rompe com a história universal e constrói uma história constelar marcada pela tensão entre os cacos (Cf. Benjamin, 1987, p. 231).

De seu ângulo narrativo, Frei Betto conta uma história de violência e trauma, o que a aproxima da narrativa de testemunho. Seligmann-Silva (2016) salienta que:

O testemunho deve ser compreendido tanto no sentido jurídico e de testemunho histórico - ao qual o *testimonio* tradicionalmente- como também no sentido de sobreviver, de ter-se passado por um evento-limite, radical, passagem essa que foi também um “atravessar” a “morte”, que problematiza a relação entre a linguagem e o “real” (SELIGMANN-SILVA, 2016, p. 8).

Em leitura da obra **Memórias do cárcere**, de Graciliano Ramos como literatura de testemunho, Bosi (1995) refere-se a um tipo de narrativa³ que está entre “memórias e engajamento. Nem pura ficção, nem pura historiografia; testemunho” (BOSI, 1995, p. 221). O testemunho apresentaria, pois, duas faces: uma objetiva, ao querer traduzir os fatos, e outra subjetiva, com sua visão singular da realidade, ou seja, associando a memória pessoal com a história. Diz o autor:

O testemunho vive e elabora-se em uma zona de fronteira. As suas tarefas são delicadas: ora fazer a mimese de coisas e atos, apresentando-os tais como realmente aconteceram (...) e construindo, para tanto, um ponto de vista confiável ao suposto leitor médio; ora exprimir determinados estados de alma ou juízos de valor que se associam, na mente do autor, às situações evocadas.

³ O contexto referido por Bosi é o do Prêmio *Casa de las Américas*, em Cuba.

A obra de Frei Betto, segundo Souza e Noronha (2016, p. 90) constitui-se como um livro de memórias ou testemunho, pois “além de episódios vivenciados pelo autor/narrador, também estão em cena acontecimentos que não presenciou, dentre os quais as sessões de tortura e a própria emboscada a Marighella, que constituem, aliás, o eixo principal da narrativa”. Bosi (1982) o descreve como um memorial a favor dos militantes mortos Carlos Marighela e Frei Tito. A memória, segundo Bosi (1982), não consiste apenas em receber o que o mundo oferece e sim torna-se um abrigo das lembranças que trazem um passado vivo e se expressa pela voz do narrador que testemunha os acontecimentos na vida dos intelectuais dominicanos como os de Freis Betto, Tito, Fernando e Ivo. Estes, aprisionados e torturados, são coagidos a participar da trama do governo para assassinar o líder, o socialista Carlos Marighella.

Frei Betto, que testemunhou o sofrimento psíquico de Frei Tito e de muitos presos políticos que foram torturados e mortos pela ditadura, transformou suas lembranças em escrita, traduzindo, paradoxalmente, o terror indizível dos traumas, do sofrimento coletivo nas prisões, em palavras que testemunham que o passado não deve ser esquecido, precisa ser lembrado para que as novas gerações não sejam vítimas desses traumas. A tarefa da testemunha é, pois, também de relembrar a tragédia e de cobrir-se de luto pelos mortos ao apresentar o passado, seus traumas e fragmentos (Cf. BOSI, 1995).

Conforme Pereira (2008/2010) a obra **Batismo de Sangue** mistura gêneros como resenha histórica, depoimento e bibliografia, mas, apesar de não ser considerado um romance, apresenta características ficcionais. O autor recorda que o contexto histórico estava repleto de ambiguidades com a abertura política sendo realizada pelos governos militares, de cima para baixo, com expectativas de retrocessos e contragolpes. Para ele, como o autor utilizou muitos documentos pode-se considerar a obra como documentário investigativo e historiográfico.

Gueiros (2020, p. 2) também enfatiza os vários gêneros existentes no texto como: “o diário do sobrevivente, o testemunho de quem presenciou atos de violência a terceiros, o romance-reportagem e a reflexão religiosa”.

Perussi (2013) analisa o texto de Frei Betto como um romance- reportagem que se apresenta de forma híbrida ao misturar fatos históricos com poesia e textos

de terceiros. Para ele, a repressão é descrita de forma lírica, ao relatar o sofrimento humano e tentar relatar as notícias do contexto ditatorial.

Para Juchem (2019) a obra de Frei Betto se insere na literatura de testemunho e se resume em discorrer sobre política e religião, assim como o filme do cineasta Helvécio Ratton, lançado em 2007, que apresenta como principal diferença ter Frei Tito como protagonista, enquanto no livro ele seria um dos personagens.

Conforme Dias e Silva (2012) o artigo se concentra em abordar como se deu a atuação dos dominicanos universitários na resistência à ditadura, pelo motivo de terem sido os únicos da Igreja Católica que ousaram se ligar a um movimento armado. O autor ressalta que a Igreja Católica se apresenta dividida em relação à ditadura de 64: enquanto uma parte fez a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, outra participou da resistência a ela.

A obra de Frei Betto, conforme Santos (2018), ressalta a disputa das versões da memória, sendo uma delas a que opõe esquerda e forças armadas, mas também mostrando a oposição entre membros da esquerda, como a disputa entre Frei Betto e Jacob Gorender a respeito de como ocorreu a morte de Marighella. Frei Betto realiza uma reelaboração das suas versões, com perdas de alguns aspectos e acréscimo de outros, como os psicológicos, o inconsciente ou o estar distanciado dos fatos. Para o autor, na obra **Cartas da Prisão** o autor narra o cotidiano que faz parte de um projeto editorial memorialístico realizado por vários anos, o que colabora para as lembranças futuras e a compreensão do passado. Tal projeto teria sido endereçado à Igreja Católica., sobretudo ao segmento que foi omitido, assim como à parte da imprensa, que considerava os dominicanos como terroristas e que foi passiva diante da ditadura. Os dominicanos teriam sido, portanto, vítimas das autoridades que os prenderam.

Segundo Feijó (2011) o filme **Batismo de Sangue** foi adaptado por Helvécio Ratton, um ex- guerrilheiro que participou do grupo armado Colina (Comando de Libertação Nacional) e que esteve exilado no Chile. Tem como destaque não ter um líder guerrilheiro como protagonista e sim os freis dominicanos, cuja Ordem foi criada na Idade Média pelo espanhol Domingos de Gusmán Garcés, para viver na pobreza, estudar e evangelizar e teve como um dos dominicanos mais influentes São Tomás de Aquino. No filme o diretor ressalta o caráter religioso dos freis que

agiam motivados pela fé cristã para desconstruir a imagem de freis comunistas impingidas pelos militares.

Conforme De Noronha (2015, p. 254) o cinema se tornou espaço de representações sobre versões de memórias que não tiveram muita evidência, como a participação dos jovens na luta contra a ditadura. Ao trazer a juventude como protagonista dessa luta o cinema possibilitaria uma indicação de caminho para as novas gerações, como nos filmes **O que é isto, companheiro**, baseado no livro de Gabeira e **Batismo de Sangue**, no filme de Frei Betto. Nos filmes os jovens se caracterizam como “brancos, de classe média e críticos”.

Para Santos e Do Nascimento (2014) o cineasta Ratton ampliou o conhecimento da história dos dominicanos com Marighella ao levar o filme, lançado em 2007, não apenas para o cinema, mas para escolas e festivais. Nesse ano a primeira versão do livro **Batismo de Sangue** completava vinte e cinco anos. O autor ressalta que o apoio dos dominicanos à ALN se baseou em critérios religiosos, sem deixar de enfatizar os fatores políticos e sociais. O cineasta Ratton, que estabeleceu como foco narrativo as torturas infligidas pelos militares aos dominicanos, teve como um dos pontos relevantes a apresentação dos torturadores como indivíduos bem vestidos enquanto os torturados estavam nus. A execução das torturas foi realizada não apenas pelos policiais, mas também pelos oficiais do exército e marinha. A memória das torturas tem como função possibilitar a sua não repetição e publicizar as vivências dos que foram a elas submetidos.

Farias (2014), em abordagem do filme de Ratton, mostra como ele foi constituído pelos dados documentais e relatos de Frei Betto, a partir de três motivos: a narrativa permite investigar a temporalidade, ao articular passado, presente e futuro; o autor apresenta uma posição reflexiva em relação ao movimento no mundo e a escolha se dá por sujeitos que se contrapõem à ditadura militar. Investiga como, centralizando-se na história de Frei Tito, o filme abarca um processo amplo que articula literatura, mídia e poder público. Daí uma resignificação no filme dos traumas passados durante a ditadura ao se investigar o caminho percorrido e enfatizar a tortura sofrida pelos dominicanos e suas consequências, com foco nas dores sofridas, que articulam elementos do trágico. De acordo com o autor, o livro de Frei Betto produziu uma literatura de testemunho que incluiu dois dossiês: um de Marighella e outro de Frei Tito.

Para o cineasta Ratton, segundo Oliveira (2018) o seu filme pretende esclarecer que a Igreja Católica, diferentemente do que circula na história oficial, não apenas apoiou a ditadura, mas uma ala progressista, como a dos dominicanos, se engajou na resistência, sendo preciso resgatar esta memória; foi o primeiro filme a demonstrar de forma incisiva, realista, as imagens da tortura, nesse período. O filme busca a desconstrução do discurso a favor dos vencedores existente na sociedade.

Para Silva e Santos Junior (2014) o filme **Batismo de Sangue**, do cineasta Ratton, evidencia a vida e morte de Frei Tito enquanto Marighella aparece pouco na trama, diferentemente da obra de Frei Betto. Se na obra o testemunho de Frei Tito se alterna com a voz do narrador no filme ocorre um silêncio da câmara sobre a angústia do dominicano. As imagens da tortura são detalhadas em cada ação e método dos torturadores.

Martins Filho ao elaborar uma revisão dos depoimentos de militantes e militares explicita, referente à memória sobre os fatos da ditadura militar, que os ex militantes querem preservar enquanto os militares a querem esquecer.

Duarte-Plon e Meireles (2014), no livro biográfico **Um homem torturado**: nos passos de Frei Tito de Alencar, apresentam uma nova versão que complementa, e algumas vezes, contradiz o testemunho de Frei Betto. Complementa, por exemplo, explicando quem emprestou o sítio para o Congresso de Ibiúna: na casa dos amigos Zerbini, Frei Tito perguntou a um dono de sítio, que fazia entregas de legumes à família, sobre a possibilidade de ceder a propriedade e ele concordou, mesmo sem saber para que fins seria usado. Mais tarde, o dono do sítio foi preso e também a dona da casa, Terezinha, esposa do general aposentado Zerbini que apoiava as ações dos militantes.

Por outro lado, enquanto a versão de Frei Betto exalta Frei Tito por não ter delatado ninguém, durante as torturas, na versão de Duarte-Plon e Meireles, Frei Tito não teria resistido às torturas infligidas por Fleury e teria entregado o nome de Rabote. Assim ele não teria se perdoado por esta ação, principalmente porque, depois disso, Rabote também foi preso. Para as autoras, esse sofrimento e seu sentimento de culpa lhe deram a certeza de que, com a morte, não entregaria mais ninguém e para tanto ele faria três tentativas de autoextermínio: uma dentro da prisão no Brasil, cortando os pulsos, e duas na França, a primeira tomando medicamentos controlados e a segunda com o enforcamento, quando efetivamente se suicida. Outra informação complementar à versão de Frei Betto relata que dos 69

banidos junto com Frei Tito que foram levados para o Chile, quando houve a captura do embaixador suíço, três se suicidaram: Frei Tito (ALN); a estudante de medicina, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Dora (VPR); e Gustavo Schiller (VPR).

O livro **O homem torturado**: nos passos de Frei Tito de Alencar também relata que Frei Tito, como militante ativo, deu o seu testemunho e denunciou as torturas sofridas por ele no Brasil, durante o seu exílio no Chile, na França e na Alemanha, em reuniões com a Igreja ou dando entrevistas; participou ativamente do combate à ditadura no exterior e fez parte da comissão dos exilados, que dava declarações a jornais latino-americanos e europeus no Chile. Tito faz um testemunho durante uma visita à casa do embaixador da Ordem de Malta, no Brasil, quando contou os detalhes da tortura: fez o amigo Magno chorar e o embaixador enfim acreditar que existia tortura no Brasil. Relata também que o Serviço Nacional de Informações (SNI) tinha como sede europeia a Embaixada do Brasil em Roma e monitorava os agentes infiltrados no meio dos exilados que estavam na Europa. Os boatos davam conta de que Fleury iria a Paris denunciar os opositores do regime que estavam exilados e fazer o sequestro deles. A presença dos agentes de governo brasileiro na França apavorava os exilados, o que provocou em Tito todo o horror das lembranças da tortura e o medo de ser assassinado. Um homem identificado como agente da polícia o teria identificado em um café e o insultado, o que acentuou sua instabilidade emocional. Estas informações ajudam o leitor a entender como Frei Tito se sentia perseguido pelo torturador Fleury, não apenas por causa do delírio psicótico, mas por perceber indícios de tal perseguição.

Sobre o processo como um todo, há que serem ressaltadas outras versões que ratificam e detalham a versão de Frei Betto, como o livro **A Casa da Vovó**, do autor Godoy (2014), que conta a história do Departamento de Operações de informações - Centro de Defesa Interna (DOI) de São Paulo, a antiga Operação Bandeirante (OBAN), que tinha como missão subordinar as polícias ao Exército, realizar o combate da imprensa e propaganda da oposição e de aprisionar os líderes políticos.

A pesquisa começou em 2004 e entrevistou vários agentes que atuaram no Departamento, que recebeu o codinome Casa da Vovó; trabalharam sob as ordens do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Teve como objetivo conhecer o DOI, a partir de 1970 até o processo de abertura política, mostrando a estratégia militar, suas táticas e técnicas usadas no combate à esquerda, sob a visão dos agentes

públicos que nele trabalharam, com seus comportamentos e motivações, com o resgate da memória daqueles que foram um braço do poder ditatorial e que participaram da versão oficial da história.

Um agente discorre sobre o capitão Ênio Pimentel da Silveira, Dr. Ney, oficial do exército, que atuava no setor de investigação, no qual “seus pacientes desapareciam ou transformavam-se em “cachorros” (GODOY, 2014, p. 37). “Cachorros” era a denominação dos informantes no DOI. Um deles seria o Jota, João Henrique, estudante.

A cadeia da violência fica evidente no diálogo entre o Ministro do Exército, general Orlando Geisel, e o presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici:

- Nós não podemos matar, precisamos desfazer a cadeia, respondeu o ministro.
- Mas só os nossos morrem? Quando invadirem um aparelho, terão de invadir metralhando. Estamos numa guerra e não podemos sacrificar os nossos (GODOY, 2014, p. 54).

E a guerra militar tinha uma doutrina, com estratégias e ações que foram originadas no estado da França. Era uma guerra interna, contra os opositores à ditadura militar, com “ações que deviam ser executadas de forma clandestina e sob o comando unificado atribuído ao Exército. Era preciso ainda combater a propaganda e a imprensa inimiga” (GODOY, 2004, p. 75). Valia tudo na guerra militar como estabelecer categorias de pessoas específicas para morrer, como nos campos de concentração dirigido pelos nazistas.

Vimos até agora como uma obra testemunhal leva a outras, fortalecendo ou relativizando versões da história, impedindo sua cristalização em verdade única.

A obra testemunhal tem como objetivo construir uma versão da história vivida pelo escritor e trazer essa memória atravessada pelos rastros. Gagnebin, recorrendo a vários autores, esclarece a ligação entre rastro e memória, afirmando que esta “vive esta tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente (GAGNEBIN, 2006, p. 44).

Para realizar essa construção narrativa, Frei Betto utilizou de uma estratégia de dividir o livro em duas vertentes. Na primeira predomina o narrador em terceira pessoa, na busca de maior distanciamento, com os fatos. Na segunda vertente,

nota-se uma maior aproximação dos fatos e das pessoas, com relatos subjetivos e muitas reflexões.

No primeiro capítulo, por exemplo, depois de se delinear a trajetória de Marighela, desde seu início no Estado Novo, e seus bastidores políticos, com dados verificáveis por documentos, inicia-se uma reflexão sobre a história:

É através das dissidências que a História acerta os seus passos. Há um momento em que as possibilidades de uma proposta – religiosa ou política – parecem esgotar-se sob o peso dos anos, da rigidez de seus princípios, da inflexibilidade de suas disciplinas, da intransigência de seus dogmas, da prepotência de seus líderes. Como a fonte seca à beira da estrada incapaz de saciar a sede dos peregrinos, a proposta vê-se rejeitada por seus discípulos dispostos a caminhar sem a tutela que lhes atrasa o passo (BETTO, 2008, p.43).

A mudança do tom e a utilização de imagens poéticas indiciam mais fortemente o ponto de vista do narrador, que vai se travestindo no desenvolvimento da narrativa.

Isso não significa que as partes mais marcadas se excluam, como se pode comprovar com a inserção do poema “Liberdade”, escrito por Marighela em sua primeira prisão, ainda durante a primeira parte:

*Não ficarei tão só no campo da arte,
E, ânimo firme, sobranceiro e forte,
Tudo farei por ti para exaltar-te,
Serenamente, alheia à própria sorte
[...]*

A cópia da ode à liberdade revela a identificação dos autores em sua luta política. A escrita sobre as memórias da resistência à ditadura encontra-se, pois, enlaçada pelas cenas de exaltação à liberdade. Essas cenas nos levam ainda a outros poemas de Marighella, como “Canção dos Lírios”, que também prenuncia os tempos sombrios que virão: “Eu canto à vida, eu canto a liberdade, como os lírios crescem em nossos campos, livres, selvagens. Se já não crescem como antes, existe algo sombrio. É preciso abrir uma clareira no bosque” (Marighella, 1966).

Na confluência entre a descrição dos fatos e o teor subjetivo, o autor faz reverberar o imponderável do terror das torturas, do sofrimento humano. Se já não existe liberdade, o vão aberto perante a violência é a escrita, o jogo dialético das palavras, para a formação do texto. Se o terror se instalou, a palavra salva e

transforma o mundo, no tempo e no espaço. Isso é válido para os poemas de Marighela e para a escrita de Frei Betto, seja no livro em análise, ou em outros textos relativos ao cárcere, como **Cartas da prisão** (1977), publicadas antes no exterior devido à censura no país.

É pela escrita, pela palavra, que se faz resistência, que se procura a paz, a elaboração do luto, por um tempo perdido, por um ideal desaparecido, no autoritarismo do sistema que reprime, que controla, que tiraniza. Por meio da palavra, Frei Betto dá um testemunho potente do vivido, dos traumas, mas também dos vínculos construídos às margens da opressão e da violência. Percebe-se, pois, a emergência de uma questão subjetiva que se coloca diante da barbárie estabelecida; um sujeito se constrói e reconstrói frente ao outro, seja seu companheiro de cárcere, seja um policial e até um torturador.

Há que se observar, então, o papel da violência nesse processo, seja para o bem, seja para o mal. Safatle (2010) aponta que, das duas violências existentes, a da eliminação física e da eliminação simbólica, esta última é a mais cruel, por ter como objetivo tornar inominável o sujeito que se opõe ao sistema, retirando sua voz de circulação definitivamente, como ao adjetivá-lo como terrorista, eliminando seus traços como sujeito de direito.

A abordagem da violência pode ser feita através de várias vertentes, como em Freud (1990), no texto **Totem e Tabu**, que narra o início da cultura. A tirania de um poder é representada pelo mito do homem primevo, pai tirano, que proibia a relação dos filhos com as filhas e os expulsava da casa quando cresciam. Em reação contrária a essa força, os filhos matam o pai; cometendo um parricídio, e, para assumir seu lugar no clã, o devoram e se identificam com os traços dele. Esse ato demonstra a ambivalência dos filhos, que, concomitantemente, odiavam e amavam o patriarca. O sentimento de culpa surge e uma cultura se instala, com conflitos.

Para Freud (1969), todo sujeito tem a marca da dualidade de duas forças estabelecidas na teoria do conflito psíquico, que são inerentes à condição humana: a pulsão de vida e a de morte. A pulsão, para Freud (1969, p. 139-140) “se manifesta no âmbito psíquico de modo particular, por ser marcada pelos afetos, pelas imagens e, sobretudo pela linguagem”. Se a pulsão de vida permite estabelecer ligações entre os seres na realização de um projeto comum, sendo daí que vem a desordem inovadora e a invenção, a pulsão de morte, inicialmente considerada como compulsão à repetição e tendência à redução das tensões ao estado zero, é apresentada

como pulsão de destruição voltada para o exterior ou para o interior de si. Aponta Freud (1974), em **O mal estar e a Civilização**, que a crueldade é inerente ao sujeito, que é ambivalente, sendo que as fontes do sofrimento humano encontram-se na insatisfação das relações sociais, no nosso próprio corpo e na força destrutiva da natureza. A nossa cultura, entretanto, exige que esta violência seja sempre negada.

O pai tirano, o Estado, nas duas versões da obra, expulsa os jovens guerrilheiros, seus filhos, para a clandestinidade, prisão com torturas, morte, exílio. As testemunhas têm um sentimento de culpa por ter sobrevivido, por estarem vivas no lugar de outros que morreram e não podem testemunhar. Por isso mesmo dois caminhos, entre outros, se delineiam: a sobrevivência pela escrita, como forma de lidar com os traumas e a melancolia, ou a morte física, como no caso de Frei Tito, que se suicidou. Interessante observar como no depoimento escrito inserem-se outros que sobrevivem à morte física de Tito, como se pode ler no anexo do livro, em que Dr. Rolland, chefe da Clínica de Serviços de Urgências Médicas e Psiquiatria do Hospital Edouard Herriot, Lyon, na França, afirma:

Com efeito, Fleury apossara-se do corpo e do destino de Tito, e continuava a torturá-lo. Não se trata apenas de uma metáfora: graças ao ódio, o carrasco havia se introduzido na pessoa de sua vítima. É por isso que Tito nos parecia tão longe, tão desconfiado e, ao mesmo tempo, tão comovido e tão sofrido (FREI BETTO, 2006, p. 428).

Assim também Duarte-Plon e Meireles (2014, p.12), no citado livro biográfico, apresentam um depoimento do amigo que Frei Tito tinha na França, o Frère Xavier Plassat:

Por dentro do Tito, Fleury continuava sua tortura destruidora, partindo-lhe a alma entre resistência e desistência. Resistência era quando Tito formava projetos, tocava violão, abraçava o amigo, brincava com a criança, cunhava poesia, rezava, sorria. Desistência era quando obedecia cegamente à intimação alucinante do “papa”, cuja voz atormentava sua mente sem parar, fugindo para onde mandava que fosse, ou afundando-se em impenetráveis prantos e desesperados silêncios.

A tortura não abandonou Tito, despedaçando-o como sujeito sempre às voltas com o seu torturador Fleury, que comandava suas ações, seus sentimentos, suas emoções, impedindo-o de viver com alegria, prazer. Ao mesmo tempo, como vimos, Tito sobrevive nas páginas da história brasileira.

2.1 O Testemunho e a Memória

Testemunhar fatos passados, trazendo-os para o presente, significa rememorar palavras, buscar sentidos novos, ampliar e contradizer as versões dadas como verdadeiras. Acontece um processo de luto e de luta para se manter viva a memória dos que se foram, dos traumas e catástrofes do passado ao se reconhecer o poder da morte. Não é por acaso “que as inscrições funerárias estejam entre os primeiros rastros de signos escritos” confirmando-nos, “igualmente, quão inseparáveis são memória, escrita e morte” (GAGNENBIN, 2006, p. 45).

O testemunho de Frei Betto encontra-se repleto de lembranças dos fatos ocorridos, que foram acrescidos na sua segunda versão, cunhando nomes, incluindo acontecimentos que estavam submersos na lacuna do esquecimento, evidenciando o poder da morte pelo tom da escrita, que é melancólico, com uma identificação mortífera com o objeto perdido.

No que se refere à primeira vertente da narrativa, na qual há um predomínio do narrador em terceira pessoa, há várias citações que se referem aos fatos, como aqueles ligados ao envolvimento dos dominicanos com Carlos Marighela e a Ação Libertadora Nacional (ALN). Na nova versão do seu livro, o autor acrescenta os fatos que demonstram como os dominicanos estabeleceram a parceria com Carlos Marighella e assume que faziam parte da ALN, com apoio logístico:

Dias após o primeiro encontro, Oswaldo e eu estivemos de novo com Marighela, nos fundos da sapataria da família de João Antônio, na Liberdade. Conversamos, então, sobre o apoio logístico que um grupo de frades dominicanos poderia oferecer à ALN (FREI BETTO, 2006, p. 66).

O narrador evidencia a participação dos dominicanos na Aliança Libertadora Nacional (ALN) ao realizar o apoio logístico que fora afirmado pelo delegado Fleury ao torturar Frei Ivo e Frei Fernando: – Vocês são base fixa de Marighela (FREI BETTO, 2006, p. 240).

A ALN foi um dos movimentos na esteira dos que aconteceram em Paris, palco de contestações estudantis no mundo, como a ocupação da Sorbonne, no ano de 1968. No Brasil acontece a morte do estudante secundarista Edson Luís que gera uma comoção nacional e atos contra a ditadura. A passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro, provocou uma reação intensa dos militares que instituíram o Ato

Institucional Número 5 (AI5), um dos mais repressores do governo. A prisão dos estudantes no Congresso de Ibiúna permitiu que o governo tivesse acesso às informações das lideranças estudantis e as controlasse com mais facilidade.

O ano de 1968 foi um período de aguda crise política no país. Rompe-se o pacto dominante, fortalecendo a oposição burguesa, e os militares marginalizaram lideranças civis que patrocinaram o golpe de 64 (FREI BETTO, 2006, p. 72).

Época de repressão intensa, fechamento do Congresso, cassação de parlamentares, concentração de poder no executivo e perseguição política e mortes, o AI5 culminou com um período de censura, restrições ao mundo da cultura do qual Frei Betto participava como assistente de direção de José Celso Martinez, com a peça **Rei da Vela**. Nesse outro testemunho, Frei Betto confirma que os dominicanos estavam vinculados à ALN e faziam o seu apoio logístico:

O trabalho dos frades vinculados à ALN consistia em favorecer guerrilheiros urbanos e preparar as **condições** para a guerrilha rural. Éramos base de apoio dos militantes envolvidos em ações armadas. **Acolhíamos** feridos e perseguidos, **escondíamos** alguns e facilitávamos a **fuga** do país de outros. Guardávamos material considerado **subversivo** e **armas**. Fazíamos o levantamento de potenciais áreas adequadas à guerrilha rural. Pau para toda obra, só não portávamos armas (FREI BETTO, 2006, p. 229, grifos acrescentados).

Frei Betto dá, assim, seu testemunho sobre quais ações foram realizadas pelos dominicanos na resistência como participantes da ALN, ao organizar o território para a guerrilha rural e realizar a hospedagem aos guerrilheiros. Os atos de acolhida e estabelecimento de vínculos sociais também aconteceram quando os dominicanos foram para a clandestinidade. Frei Betto testemunha a criação de laços sociais que lhes permitiram estabelecer relações coletivas, sempre sob princípios éticos, que envolviam solidariedade e responsabilidade sociais. O narrador, agora em primeira pessoa, analisa a solidariedade prestada por outros ao acolher os freis e as possíveis consequências do ato:

É mais fácil ser **solidário** às **causas** que às **pessoas**. Somos pela **libertação**, mas ter um revolucionário em casa é sempre um **risco** a desafiar nossa disposição de luta. Pregamos o Evangelho, mas praticar a caridade **arriscando** nosso conforto por outrem é uma experiência incômoda da qual queremos nos ver livres o mais breve possível. A pessoa física, concreta, **fere** o nosso **egoísmo**. Não custa encher as estantes de livros progressistas, entulhar a cabeça de idéias renovadoras, escancarar a boca com frases explosivas. Mas ter em casa uma **pessoa procurada pela polícia** é muito diferente (FREI BETTO, 2006, p. 153, grifos acrescentados).

Excluído pela polícia, pela sociedade, abrindo feridas no narcisismo, procura-se a hospitalidade, ser acolhido pelo outro. De acordo com Cury (2015, p. 214) “a hospitalidade é um ato poético porque endereçado incondicionalmente ao outro, àquele que vem: sem endereço fixo, sem nome próprio, sem origem, sem nome de família”. Ao mencionar o conceito de hospitalidade incondicional, elaborado por Derrida, Cury lembra as particularidades e paradoxos do conceito. Quem acolhe o outro, o acolhe como o senhor da casa, ao saber que o outro é um estrangeiro a quem as portas da sua casa foram abertas. Entretanto, o estrangeiro jamais se sentirá como o dono, no lugar do outro, será sempre ele mesmo, aquele que foi acolhido.

No caso de Frei Betto, ele é também o que se hospeda, impondo-se ao outro. A hospitalidade se desvela, na clandestinidade, quando Frei Betto toma consciência da existência dos “anjos da guarda”:

Quantas pessoas dispostas a me **abrigar** em suas casas por simples indicação de um amigo, sem conhecimento prévio! Quantos arriscando empregos e a própria **pele** na vontade de ajudar, de **apoiar** (FREI BETTO, 2006, p. 87).

A obra não apenas representa os conflitos entre perseguidos e perseguidores, que se externam sob a forma de sentimentos como o ódio, mas também a criação de laços sociais que lhes permitiram estabelecer relações coletivas que envolviam solidariedade e responsabilidade sociais. Para o autor, os laços de amor despontam na obscuridade da ditadura na acolhida dos que sofrem perseguições. Não por acaso é o princípio cristão que baseia a reflexão do autor: “ama o próximo como a ti mesmo”.

A impotência diante de obstáculos poderosos ao perceber que se encontra sem saída para resolver os conflitos; a melancolia de se sentir preso, desamparado à mercê do outro. A abertura depende do outro, que não está dentro e sim fora do seu espaço interno, como a justiça, os representantes do poder.

Todo tempo de espera é longo, muito longo. Não há muito a fazer quando só resta aguardar uma saída. É como estar dentro de um imenso cilindro, no qual há centenas de portas desenhadas e semelhantes à única verdadeira. Não é nada fácil encontrá-la, e abri-la depende mais de quem está do lado de fora (FREI BETTO, 2006, p. 85).

Nessa construção da memória, o narrador se expõe em sua fragilidade ameaçada e sustentada pelo outro. Essa ação traça a história pessoal e a social, dado que o testemunho envolve não apenas os fatos ligados à prisão propriamente dita, mas também à prisão social dos despossuídos. Aliás, é preciso que se diga que o trauma com que se lida na narrativa, além do trauma causado pela tortura, é o trauma ligado à dor que se quer erradicar pelo sofrimento imputado aos presos políticos que são excluídos da sociedade.

2.2. Testemunho e Trauma

No que se refere à segunda vertente da narrativa há relatos subjetivos nos quais, o narrador acolhe diretamente o outro tornando-o seu interlocutor. Veja-se, por exemplo, o trecho em que se dirige ao companheiro com o codinome “José Carlos Pires de Andrade”, o Zé, falando de sua vida e morte, ao lado da amada Lola, Aurora Maria Nascimento Furtado. Esse trecho termina com um período em tom poético e melancólico, ainda que com a ideia de salvação cristã:

Não sei, Zé, se na eternidade tem sol e mar e areia fina. Mas sei que, na terra, a flauta doce entoa músicas que prenunciam a aurora de nossas esperanças asseguradas pelas promessas do pai (BETTO, 2006, p. 111).

Assim se estabelecem diálogos com os companheiros Fernando, Ivo e Tito. No caso do primeiro a cumplicidade faz-se com a origem comum nas terras mineiras, mediadas pelo poeta Drummond: “Mineiro sai de Minas, mas Minas não sai do mineiro, já disse o mestre Drummond” (BETTO, 2006, p. 316). Ou ainda no texto do evangelho partilhado na percepção da injustiça social: “Entre os dons que o Pai lhe concedeu, destaca-se a instituição histórica, capaz de captar, como um pioneiro, a iniquidade intrínseca do sistema capitalista” (BETTO, 2006, p.319).

Especialmente no caso de Frei Tito, mais do que se dirigir a ele, Frei Betto passa-lhe a palavra para gravar os rastros dos acontecimentos e, mais do que isso, os traços da melancolia resultante do sofrimento que o leva ao suicídio. Em carta a Frei Paulo Domingos, Tito reflete sobre seu lugar de sacerdote:

Na cadeia, tenho descoberto o evangelho de são Mateus. O troço tem que ser ou pão ou pedra. Noutras palavras, acho que ele nos convida a sermos simplesmente homens (FREI BETTO, 2006, p. 367).

Em outro momento, dirigindo-se a Frei Daniel Ulhoa, Frei Tito fala de sua resistência: “Estou exilado, banido e longe de minha pátria, mas estou firme e disposto a continuar a lutar, embora minha resistência psicológica tenha se reduzido bastante após os 14 meses de prisão” (FREI BETTO, 2006, p. 395). A fala mais forte, no entanto, é do momento em que Frei Betto, ambigualmente, a ele se dirige depois de sua morte, já que o pronome seu em português tanto pode se referir ao interlocutor, como à terceira pessoa, em lugar de dele:

A morte foi seu último ato de coragem e protesto. Sua extrema chance de ressuscitar na plenitude da semelhança divina que, originalmente, lhe fora conferida pelo Pai. Ao morrer, Tito matou seus algozes e recuperou a paz duradoura que lhe haviam sequestrado (FREI BETTO, 2006, p. 414).

O livro registra, então, mais do que a morte de Tito, o trauma sofrido por ele, pela igreja e pela sociedade. Em sentido convergente, Seligmann Silva (2002), no artigo **Literatura e Trauma** reporta uma pesquisa de Martin Bergman, de 1966, na qual recolhe pontos relevantes em narrativas dos sobreviventes dos campos de concentração para a teoria do trauma como: a incapacidade de enlutar conduz à melancolia; a neurose traumática aparece após longo período de latência; os sobreviventes não elaboraram os traumatismos sofridos e as próximas gerações ficam marcadas por eles. O ponto fundamental se refere à duração e intensidade do trauma para o sobrevivente; há momentos nos quais os sobreviventes atuam na realidade e outros em que são tomados pela realidade psíquica do campo de concentração.

Associando estes pontos com a obra de Frei Betto, pode-se inferir que há uma dificuldade de se fazer o luto, o que leva a uma melancolia que perdura, como na vida de Frei Tito, que encontrou dificuldades de viver na realidade do banimento da pátria e se refugiou, em vários momentos na sua cisão mental ao se perceber como dominado pelo torturador Fleury. Por sua vez, Frei Betto deu seu testemunho logo após o seu trauma, quando o mesmo ainda não estava elaborado, o que o levou a realizar uma nova versão da obra, quando já era possível expressar os fatos e a subjetividade dos envolvidos na resistência com mais clareza. A obra traz lembranças para o presente, para que as novas gerações tenham na memória as atrocidades vividas pelos jovens dominicanos, trazendo a sua versão dos fatos

vivididos, em um processo de rememoração, que, “em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletudes, aquilo que não teve direito nem à lembrança nem às palavras” (GAGNEBIN, 2006, p. 55).

Frei Tito sucumbe ao trauma, mas Frei Betto oferece ao leitor brasileiro uma oportunidade de se elaborar o luto social e político, apontando, mais do que o sofrimento do corpo e alma dos dominicanos, as lacunas históricas provocadas pelos vencedores, tanto no que se refere ao período ditatorial, como ao dia a dia do cidadão brasileiro em uma sociedade excludente e injusta.

Outro dado importante a ser salientado no testemunho de Frei Betto diz respeito à participação das mulheres, sua militância, no movimento de oposição à ditadura. A presença feminina é evidenciada com sua participação na luta armada, ao lado ainda de seu papel solidário e amigo. O autor cria cenas enunciativas em que a mulher se faz interlocutora do narrador:

Nem sei bem, Heleni, por que foi através de você. Tínhamos nos encontrado poucas vezes. Quem sabe foi o acaso? É possível. A vida não é feita só de decisões e certezas prévias. Muitas vezes um gesto, uma palavra, um olhar ou uma revelação muito íntima modificam o nosso rumo (FREI BETTO, 2006, p. 83).

Heleni foi a colega que fez a articulação para Frei Betto ir para a clandestinidade, fornecendo-lhe local e pessoas para o esconder. Foi presa e estiveram juntos no presídio Tiradentes. Em 1971, presa novamente, foi morta sob torturas. O narrador precisa fazer a travessia do luto, elaborar a identificação com a perda, elaborando-a para não ficar em sua rede. Ao lidar com a perda da colega de militância, o narrador também reelabora todas as perdas que teve na sua vida, desmontando suas certezas e sua onipotência.

Outra figura feminina no processo da militância foi “Lola” a quem Frei Betto se refere quando elege como interlocutor seu parceiro Zé. Ao salientar o amor entre casais que se formaram durante a militância, o narrador confere uma função especial ao afeto, que, longe de enfraquecer os objetivos políticos, fortalece-os.

“Lola” prosseguiu apaixonada na luta que vocês iniciaram. Um ano depois, em novembro de 1972, Aurora Maria Nascimento Furtado foi presa pelo esquadrão da Morte no Rio. Entre infundáveis torturas na Invernada de Olaria, puseram-lhe esta “obra-prima” da tecnologia da segurança nacional:

a “coroa de Cristo”- seu crânio foi esmagado pelo capacete de aço feito para apertar aos poucos (FREI BETTO, 2006, p. 111).

Os traumas decorrentes da tortura interromperam os amores secretos que foram vivenciados durante a resistência ao golpe ditatorial, esmagados pela violência das estratégias do poder centralizador, que trazia intenso sofrimento aos jovens e exterminava os que se propunham a se apaixonar pela causa da ALN. O trauma que é “a ferida aberta na alma ou no corpo por acontecimentos violentos, recalçados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular linguisticamente, pelo sujeito (GAGNEBIN, 2002, p. 127)” deixou uma marca no corpo de Lola e uma cicatriz na memória brasileira. Se, de acordo com Gagnebin (2002) a cicatriz de Ulisses, na **Odisséia**, prenuncia um final feliz, duradouro, na história de Lola a cicatriz deixada pela coroa de Cristo só ficou na mente dos colegas, pois a morte violenta esmagou seu crânio.

Essa morte é enunciada não só no testemunho de Frei Betto, mas também na escrita de **Em Câmara Lenta**, do autor Renato Tapajós, na qual o policial também usa a coroa-de-cristo na personagem Ela: “o policial começou a apertar os parafusos e a dor a atravessou, uma dor que dominou tudo e latejou sozinha em todo o universo como uma imensa bola de fogo” (TAPAJÓS, 1979, p. 172). Os testemunhos se cruzam e trazem várias similaridades, como a permanência tanto de Frei Betto quanto de Renato Tapajós no presídio Tiradentes, enquanto estiveram presos e a personagem feminina, apesar de ser chamada por Lola ou Ela, ser a mesma: Aurora Maria Nascimento Furtado, retratada, dada a violência da sua morte, sob tortura, nessas duas obras da literatura de testemunho.

Trazer para o presente a memória dessas mulheres guerreiras, companheiras na luta por um novo país, mais afetuoso, mais justo, confere ao jogo entre a vida e a morte uma maneira diferente de travar as batalhas, decorrente de modos de ver o mundo. Ao descobrir que outra amiga, ora interlocutora, estava viva, a alegria e a esperança do narrador se evidenciam:

Você conseguiu, Aninha, vencer o tempo, preservar a esperança, renascer no anonimato, sem cortar os laços das antigas afinidades, da fidelidade política, da confiança de que os reveses da luta são passos em direção à vitória (FREI BETTO, 2006, p. 202).

Ana Maria, esposa do líder estudantil Wladimir Palmeira, perseguida por também participar da luta, foi uma das militantes que Frei Betto ajudou a transpor as

fronteiras e se exilar em Cuba. Ao retornar, clandestinamente, pediu ajuda à família, e o pai lhe arranhou emprego, como se fosse uma jovem analfabeta. Obteve depois documentos com identidade falsa, estudou Direito. Viveu clandestina e refez sua vida, seus laços afetivos, amorosos, se passando por outra pessoa até poder ter a sua verdadeira identidade desvelada. Para além das mortes há, pois, sobreviventes, testemunhos que trazem à memória a violência impetrada contra jovens idealistas, que tinham como arma principalmente o amor por uma causa.

Outro grande amor vivido na luta da resistência se deu entre Marighela e Clara, que com a morte de Marighela foi para o exílio em Cuba. A narrativa revestese de um tom lírico para referir-se a esse amor:

A pintura fixa o voo da ave, mas não recria o essencial; o movimento, a velocidade, a inefável beleza do ser vivo. A busca de palavras adequadas para exprimir o amor que os uniu seria tão precária como o esforço dos poetas para traduzir, nos limites do código alfabético, os eflúvios de uma sensibilidade apaixonada (FREI BETTO, 2006, p. 304).

A imagem do amor entre os dois se congela com a morte de Marighela e a ida de Clara para o exílio, onde permaneceu até a anistia. Na luta entre Eros e Thanatos, a morte vence e deixa para os que ficam a melancolia da falta, da perda, das dúvidas sobre o rumo certo da luta e da necessidade de se elaborar o luto, de recriar a si mesmo. O amor permanece na memória não só de Clara como também dos companheiros que compartilharam sua vivência que transcendia a luta pela mesma causa.

A luta descrita por Frei Betto é masculina e feminina, dura e afetuosa, cristã e marxista, indiciando contradições individuais e coletivas, pessoais e institucionais. Contradições estas que, em geral, são escamoteadas pela história dada como oficial.

3 VOZES NARRADAS: O JOGO ENTRE AS VÍTIMAS E OS TORTURADORES

Neste capítulo investigam-se as vozes dos dominicanos, *vítimas* do trauma e da melancolia pela perda da liberdade, em contraposição àquelas dos detentores do poder e agentes da violência.

3.1. Vozes Revolucionárias

O testemunho de Frei Betto propicia que as vozes segregadas dos intelectuais dominicanos e do líder da ALN, Marighela, exponham uma versão dos vencidos, daqueles que foram massacrados, que sofreram traumas. Enfim apresenta uma versão que protagoniza as vozes dos vencidos e contradiz o jogo dos detentores do poder que têm o privilégio de apresentar a história oficial.

A literatura de testemunho tem como ponto central o trabalho da memória que está contida nas tarefas da escrita da história, o relato dos fatos e a interpretação do mundo feita pela vítima. Para tanto, é fundamental voltar às reflexões benjaminianas sobre o cronista, que se contrapõe ao historiador tradicional:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente de seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos (BENJAMIN, 1987, p. 223).

Essa percepção benjaminiana, ligada à ideia de explosão do continuum da história e consequentes seus fragmentos, nos leva também à distinção feita por ele entre símbolo e alegoria:

Se o símbolo, na sua plenitude imediata, indica a utopia de uma evidência do sentido, a alegoria extrai sua vida do abismo entre expressão e significação. Ela não tenta fazer desaparecer a falta de imediaticidade do conhecimento humano, mas se aprofunda ao cavar esta falta, ao tirar daí imagens sempre renovadas, pois nunca acabadas (GAGNEBIN, 1993, p. 41).

Enquanto o símbolo aponta para o que é eterno, a alegoria aponta para a impossibilidade de um sentido eterno, em busca de sentidos transitórios, que buscam sempre outros sentidos, sempre levando em conta historicidade e temporalidade. É preciso descobrir camadas novas de sentido, instauradas em fragmentos e ruínas. No caso do livro de Frei Betto o movimento é, pois, mais alegórico do que simbólico, na medida em que a linha histórica é quebrada pela inserção de inúmeros relatos.

Em vista disso, ressaltam-se, por exemplo, os discursos de Marighela que se encontram no livro **Porque Resisti à Prisão (1994)**, escrito após ele ser preso, no qual o líder socialista critica a política de conciliação com a burguesia e a desvalorização do poder das massas. Apesar da democracia, que deveria ser o governo do povo soberano, o povo se encontrava à margem das decisões do país, excluído dos direitos, o que, segundo Marighela, seriam erros que levaram à derrota da esquerda e à instalação do golpe de 64:

O que havia de errado nesse tipo de democracia vinha de **longe**. Era um vício de **origem**. Um **pecado original**. Não se tratava de uma **democracia** feita pelo **povo**. Quem a instituiu foram as classes dirigentes. Nesse arcabouço erigido pelas **elites**, as massas conquistaram alguns direitos, ali introduzidos graças às suas **lutas**. Historicamente o mal dessa democracia era, acima de tudo, o seu conteúdo de elite, com a ostensiva **marginalização** das grandes massas exploradas — o proletariado crescendo sem nunca chegar à integração de direitos exigida pelo seu papel na produção. E os camponeses inteiramente por fora — párias da democracia — sob a ultrajante justificativa de sua condição de atraso e suprema escravização aos interesses dos senhores da **terra** (FREI BETTO, 2006, p. 37, grifos acrescentados).

A luta de poder entre o povo e a elite se repetira de forma parecida em vários momentos da história brasileira, dando sempre vitória às classes dominantes e colocando o povo à margem. O signo “origem” se refere ao ponto de partida no qual está a democracia brasileira sem o povo. Instaura-se, pois, uma lacuna que precisou de terceiros, entre eles, os intelectuais dominicanos para serem, mais que mediadores, protagonistas na luta contra a ditadura.

Outra visão incorporada na narrativa é a do militante, Carlos Eduardo Pires Fleury, também eleito como interlocutor, sobre as razões da implantação da ditadura em 1964 e da derrota da esquerda ao não acreditar no povo:

— Veja, Betto, ele teve o mérito de **desatrelar** a esquerda brasileira da burguesia e de passar da **teoria** à **prática** revolucionária. Mas a gente quis

ir depressa demais, superestimou a própria capacidade e subestimou as **forças** do sistema. Sobretudo, não acreditamos que "o segredo da **vitória** é o **povo**", como dizia o comandante (FREI BETTO, 2006, p. 60, grifos acrescentados).

O narrador ratifica que “a insatisfação popular fez as classes dominantes articularem o golpe de 1964, uma ação armada, inconstitucional, visando assegurar a livre expansão do capitalismo monopolista no país” (FREI BETTO, 2006, p. 67).

Para Safatle (2010), ao suspender a Constituição, fechar o Congresso, instituir presidentes sem eleição, matar e banir opositores, o governo é que se tornou ilegal. Esse fato, em princípio, daria a todo cidadão o direito de lutar legalmente contra o governo, pois sua legitimidade só se fundamenta sobre a soberania da liberdade de um povo. A resistência se tornaria, portanto, um direito, uma forma legítima de recusar a ditadura, inclusive usando armas. O desconhecimento desse direito é que seria um ato ilegal. Os acontecimentos históricos da violência e das posições entre o capitalismo e o socialismo são retratados desde o primeiro capítulo do livro em que o narrador explana os conflitos do comunismo/socialismo europeu e suas ramificações no Brasil, com a participação de Marighela. Há uma tensão entre as ideologias capitalista e socialista que representam, de um lado, o poder ditatorial do governo com seus mecanismos de perseguição, tortura e morte e, de outro, os movimentos a favor dos indivíduos invisíveis e socialmente excluídos, em geral dirigidos por intelectuais e políticos que resistem ao *status quo*, propondo um outro contexto social baseado na liberdade, igualdade e justiça para todos os cidadãos:

O tiro **mortal** que atinge o estudante Edson Luís, nas ruas do Rio, **fere o coração** de toda a sociedade civil. À frente da Igreja da Candelária, no Centro carioca, **sacerdotes** paramentados e **intelectuais marxistas dão-se as mãos** para erguer uma **barreira** humana entre o povo e os batalhões de choque da Polícia Militar. Em Osasco e Contagem, as greves operárias, seguidas de ocupações das fábricas, são duramente reprimidas. Aprende-se que sob a tirania, quem ergue a voz não deve mostrar o rosto. (FREI BETTO, 2006, p.73, grifos acrescentados).

Os intelectuais se colocam entre o povo e a polícia, que seria um dos braços do poder ditatorial, para fazer prevalecer o direito do povo de se manifestar, de ser solidário aos sofrimentos de toda a sociedade. A imagem dos intelectuais, Marighela e os jovens dominicanos, é dupla. Se por um lado, a versão oficial do governo ditatorial os segrega, como terroristas, como figuras que propagam o mal contra a

sociedade, há vários testemunhos que projetam a imagem deles como solidários, como militantes engajados na resistência à ditadura. Há duas versões: uma de exclusão pelo governo e parte da sociedade, que os consideram terroristas, e outra de reconhecimento social, quando resistem ao governo, participando de um movimento coletivo.

Abordar o lugar dos intelectuais significa pensar no mundo do trabalho, pois, segundo Gramsci (1982) os grupos sociais, que têm uma determinada função na produção econômica, criam para si mesmos, de uma maneira orgânica, camadas de intelectuais que lhes permitem ter consciência da sua função nos campos social, econômico e político.

Das duas categorias apontadas por Gramsci, orgânicos seriam os intelectuais ligados ao seu grupo social que estão conectados a um projeto, vinculados ao modo de produção da sua época, com uma concepção ético-política, necessária ao exercício de funções da cultura, educação e da organização para ter a hegemonia social e dominar a classe que o constitui (Cf. SEMERARO, 2006).

A essa categoria intelectual, segundo Gramsci (1982), contrapõem-se os intelectuais tradicionais, aqueles que estavam atados a uma formação socioeconômica que já havia sido superada, que se consideravam independentes e acima das classes sociais, distantes do processo de produção, como o clero, os militares.

Gramsci, acreditando que todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem a função de intelectual, compreende a necessidade de se inserir ativamente nas lutas hegemônicas para a compreensão de si mesmo e das discordâncias na sociedade. Por ter uma visão de mundo que valoriza a sabedoria popular, faz a defesa de se socializar o conhecimento e conecta as lutas do subalterno aos intelectuais. Tal postura rompe com a concepção dos intelectuais como independentes e autônomos.

As palavras do autor nos ajudam a notar a encenação do desejo de Frei Betto de ser não apenas um homem das ideias, mas um intelectual que usa o seu conhecimento e sua sensibilidade para atuar no mundo, para ser um mediador das relações intersubjetivas, conforme perspectiva de Walty e Cury (2009), quando, examinando a história do conceito de intelectual, concluem: “A ideia de mediação e de intervenção crítica no espaço público é, pois, um denominador comum nos estudos teóricos sobre a figura do intelectual e sua função na sociedade” (WALTY;

CURY, 2009, p. 277). Frei Betto, construindo-se como enunciador e interlocutor de operários, evidencia a contradição do lugar que ocupava, como na cena em que se refere a José Ibrahin, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco:

Admirava-o como dirigente sindical, resignado à distância que me parecia intransponível entre meu mundo pequeno burguês, feito de ideias e citações, Cinema Novo e Beatles, Fernando Pessoa e teologia européia, o seu universo concreto, real, de forjas e tornos, macacões e marmitas, salários minguaos e barrigas ocas como os sonhos de uma vida melhor (FREI BETTO, 2006, p.113).

Ao se mirar no outro, o eu se constrói como sujeito. O espelhamento transpõe o abstrato para o concreto, para a realização das intervenções. O intelectual, ao fazer a mediação entre o poder governamental e o povo oprimido, tem um discurso, derruba as barreiras e os muros que dificultam as relações intersubjetivas e os conflitos nas relações de poder, fazendo uma intervenção social. Os intelectuais visavam à liberdade da sociedade, mas foram presos pelo sistema ditatorial.

Frei Betto, pertence ao grupo dos intelectuais orgânicos, do grupo social dominicanos. Esses jovens dominicanos começam sua intervenção social ainda como universitários: “Tínhamos em comum a militância na JEC (através da qual se despertou nossa vocação religiosa), o interesse pela Teologia e a impossibilidade de separar a fé cristã do compromisso social” (FREI BETTO, 2006, p. 65). Tal engajamento fica exposto nas palavras do narrador: “a transformação do mundo é como o amor: não é feita de ideias, mas sim de atitudes. (FREI BETTO, 2006, p. 157).

Militar em movimentos sociais, estudar a Teologia da Libertação ao lado das vivências mundanas permitiu aos dominicanos adotarem uma postura política de se aliar a prática com a teoria. Frei Fernando, dominicano mineiro, por exemplo, percebeu a desigualdade social na fazenda dos tios, como se vê na descrição do cenário:

A casa da fazenda era solene, quartos recortados em janelas, comida farta, pomar abundante e variado, contrastando com as choças dos empregados, o telhado vazando na chuva, a família apertada no mesmo cômodo, dormindo em colchões de palha de milho, as crianças misturadas aos porcos e às galinhas, pisando o mundo, o cuspe dos homens com a boca desdentada atravessada pelo cigarro de palha e das mulheres pensativas com seus cachimbos de barro (FREI BETTO, 2006, p. 317).

A habilidade de Frei Fernando de perceber as questões sociais, defender o socialismo contra o capitalismo e associar a teoria com a prática traçaram a sua trajetória religiosa e política, como mostra a cena abaixo em que o narrador o toma como interlocutor:

Em seus **sermões**, proferidos como **conversa** ao pé do fogo, você sublinhava que a vida cristã não é feita de tranquilidade, nem destinada ao conforto espiritual, mas é uma proposta que inclui ascetismo, perseguições, **difamações**, prisões, **torturas** e morte. Em seu espírito prenunciava-se a estrada que, mais tarde, o conduziria ao calvário (FREI BETTO, 2006, p. 319).

O narrador, como se dirigindo ao colega, associa novamente a religião com a política e prevê o sofrimento a que estaria destinado Frei Fernando, quando optou não apenas por orientar os cristãos com a palavra, mas, principalmente, por agir, praticar ações, o que em tempos ditatoriais incorreria no risco de torná-lo um perseguido político, e, portanto, sujeito ao sofrimento físico e psíquico em razão das torturas. O calvário de Cristo simboliza “perseguições”, “torturas e morte”.

A ideologia socialista de Frei Fernando foi construída tanto pelas experiências quanto pela fé cristã e os questionamentos advindos das leituras do Novo testamento e de São Tomás de Aquino, da encíclica *Mater et Magistra*, do papa João XXIII, que convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II, assim como da encíclica de Paulo VI, textos que chamavam os cristãos a utilizar a palavra para transformá-la em ação. Os novos dominicanos brasileiros foram para a França cursar Teologia e Filosofia e voltavam com ideias progressistas. A renovação encontrou em Dom Hélder Câmara uma voz pioneira e incentivadora da Ação Católica. A Ação Católica foi fundada na Bélgica que transformou os padres, os quais “trocavam a batina pelo macacão da fábrica, o borrifador de água benta pela ferramenta, as lições formais do catecismo pelos valores do Evangelho” (FREI BETTO, 2006, p.69). Foi esta cultura que os intelectuais dominicanos encontraram quando se envolveram com a luta armada, trocaram o convento pela universidade e participaram de movimentos estudantis.

O narrador ressalta a importância da participação nesses movimentos católicos estudantis também para Frei Ivo com a descoberta de um mundo diferente daquele em que vivia com seus iguais. A imagem do espelho, depois partido, permite a inserção do outro em sua vida:

A JEC livrou-o também de fazer da vida o **espelho** de sua própria **imagem** — **partido o vidro**, você descobriu que, do outro lado, havia o apelo de uma **vida cristã** menos centrada nos **ritos** porque mais voltada para os outros, sobretudo para os mais desprovidos de pipas, de bolas e de sorvetes, os que fazem da areia local de trabalho, do mar, esperança, do sol, suplicio. **O Evangelho** entrava em sua existência **intrusamente**, como algo que pega por **dentro** sem que se queira e vira a gente pelo **avesso** (FREI BETTO, 2006, p. 327, grifos acrescentados).

A quebra do espelho fragmenta o eu e abre a imagem ao seu oposto: da vida de opulência passa a reconhecer o outro, o que sofre pela desigualdade social. O escritor apresenta, assim, o papel desempenhado pelos jovens militantes dominicanos que sofreram ao defender a posição socialista contra o poder capitalista do governo brasileiro, ao lado de uma parte significativa da igreja católica, que defendia a Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação recomenda protestar contra as situações opressivas, de injustiça e exclusão social, ultrapassando, em primeiro lugar, o assistencialismo e o reformismo, com o objetivo de transformar as próprias relações sociais. Na segunda etapa ocorre a reflexão a partir da prática. Há três planos de atuação na Teologia: profissional, pastoral e popular que se unificam pela fé que transforma a história. O teólogo, o pastor e o leigo se articulam ao redor da missão libertadora. O teólogo da libertação é um intelectual produzido pelas sociedades despedaçadas (Cf. SARTRE, 1994, p. 30), que se encontra inserido em uma comunidade concreta e articula os discursos dos oprimidos, da sociedade com o discurso da fé. Há três métodos para se elaborar a Teologia da Libertação que são o ver, o julgar e o agir, com três mediações principais: sócio- analítica, hermenêutica e prática.

A mediação sócio-analítica procura conhecer as condições em que se encontram o oprimido e o porquê do fenômeno da opressão, suas causas. Tem como explicação dialética o entendimento da pobreza como decorrência da organização econômica da sociedade, que explora os trabalhadores e privilegia o capital. Apresenta como saída para o fenômeno coletivo a revolução, que transforma as condições sócio econômicas e coloca o pobre como sujeito.

Na mediação hermenêutica é o momento de o teólogo recorrer à bíblia, com leituras a partir do ponto de vista dos pobres e dentro do contexto histórico atual do

problema. Na mediação prática chega-se à ação, com apreciação do contexto e da previsão das consequências da ação (BOFF & BOFF, 2001).

São dois os fundamentos pelos quais a Teologia da Libertação se pauta: o Livro do Êxodo, que retrata o sofrimento do povo de Deus no Egito, em um sistema escravocrata e sua libertação por Moisés, e a vida de Cristo, que teve como missão libertar o povo do sofrimento humano.

Há uma relação entre os movimentos de resistência, que procuram a libertação do homem, como durante a ditadura de 64, e o processo de evangelização na Teologia de Libertação. O testemunho de Frei Betto demonstra uma relação entre a Teologia da Libertação e sua vida de intelectual dominicano, na sua resposta durante um dos inquéritos policiais na prisão:

- O que você quer é o comunismo?
- Quero uma sociedade justa, onde a vida do ser humano socialmente mais insignificante esteja assegurada. O Deus no qual eu creio é o Senhor da vida. Não me interessa se essa sociedade tenha o nome de socialismo, de comunismo, de utopismo ou qualquer outro. Os rótulos não revelam o conteúdo (FREI BETTO, 2006, p. 193).

O testemunho de Frei Betto demonstra que sua participação na resistência ao governo é argumentada, justificada e atrelada à sua religião; ele continua a dar pistas sobre o seu engajamento político quando relata como os seus colegas do Seminário Cristo Rei ficaram perplexos ao descobrirem “que eu via no compromisso político um meio evangélico da vivência da fé cristã e compreendia teologicamente a opção revolucionária do padre Camilo Torres, assassinado em combate nas selvas colombianas, em fevereiro de 1966” (FREI BETTO, 2006, p. 95-96).

Na dissertação de Moreira (2011), na qual foram realizadas análises dos livros **Cartas da Prisão** e **Batismo de Sangue**, se enfatiza que a religião pode ser um elo entre valores como liberdade e justiça, como ocorreu com o movimento religioso no Brasil, orientado pela Teologia da Libertação. Tem como hipótese que Frei Betto tomou a religião como meio de protestar, denunciar e realizar uma transformação social, que permitiria compreender as relações sociais excludentes e associar religião com política. Se nas **Cartas da Prisão** Frei Betto teorizou sobre as questões sociais decorrentes do capitalismo, em **Batismo de Sangue** ele apresentou o contexto social no qual escreveu as cartas, quando os dominicanos foram agentes de transformação social que se comprometeram com os oprimidos e

lutaram por uma sociedade menos desigual. Nas análises das obras aí apresentadas pode-se concluir que a Igreja se divide entre posições conservadoras, opressoras, alienantes e comprometidas com o poder e as que expressam um comprometimento com os oprimidos de forma libertadora. Frei Betto pontua que a religião portadora de projetos da classe dominante age com violência, oprime as subjetividades e ignora o pobre, os oprimidos que se sentem descuidados. Ressalta ainda que a Igreja guiada pela Teologia da Libertação, produz uma nova prática religiosa que se envolveu com as questões sociais, associando ação e reflexão o que possibilitaria aos pobres serem protagonistas, agentes de transformação social. Enquanto o capitalismo enfatiza o individualismo a Teologia da Libertação realça a relação do homem com a comunidade para erradicar a opressão.

O narrador da obra pesquisada **Batismo de Sangue**: guerrilha e morte de Carlos Marighella apresenta Marighella como um revolucionário destemido, corajoso, habilidoso como político, líder com o qual o grupo dominicano se identificou e com quem realizou parceria no contexto da resistência. Marighella seria, pois, a liderança que conduziria a oposição a resistir à violência em busca da liberdade, da justiça e da igualdade social para a sociedade brasileira:

O privilégio da carreira universitária não **apagou**, em Carlos, as **marcas** de sua **origem** proletária e as idéias socialistas que recebera do **pai**. Sua **sensibilidade** trazia da infância as histórias de trabalhadores desempregados pelo rápido avanço tecnológico da industrialização européia e dos **escravos** refugiados em quilombos nordestinos (FREI BETTO, 2006, p. 21, grifos acrescentados).

Algumas características do narrador, como ser membro do grupo católico dominicano e ser crítico à violência instalada pela ditadura contra seus opositores, evidenciam claramente a defesa do socialismo contra o capitalismo.

É com esta igreja revolucionária, como a Teologia da Libertação, que Frei Betto se identifica, buscando suas armas de combate para salvar os pobres. Para se tornar um dominicano ele renunciou a muitas vivências mundanas para se dedicar a Deus e aos problemas dos mais necessitados. As emoções se sucedem nesse processo, no conflito entre deixar os vínculos afetivos, como os amores, a família, a liberdade, para se dedicar à religião, o que implica em uma construção desse novo ser por meio do sacrifício. A passagem de um estado a outro está na imagem da metamorfose da lagarta em borboleta:

Poucos são os novatos que estoicamente tudo aceitam como prova de **renúncia** ao mundo, em penitencial resignação. Enquanto a **lagarta** permaneceu fechada no casulo de minhas racionalizações, cética à promessa de tornar-se borboleta, praguejei contra minha absurda **decisão** de abandonar a vida leiga, o fascínio de uma juventude seduzida pelos encantos do Rio de Janeiro, a militância política, a Faculdade de Jornalismo, a graciosa namorada de beijos aveludados, pele de pêssego, sorriso inebriante (FREI BETTO, 2006, p. 136, grifos acrescentados).

Há o desejo, a libido que precisam ser freados, pois a transformação do sujeito exige escolher o novo e rejeitar o passado. Essas cenas também simbolizam a passagem, a travessia:

Ao ingressar na vida religiosa, quase todo neófito passa por um período de adaptação **terrível** e **belo** como a **metamorfose** de certos animais. Não se suporta facilmente a **queda** das **máscaras** mundanas, o odor fétido das peles apodrecidas incita à **revolta**, à pretensão de reformar o claustro segundo idéias e conveniências de quem apenas se inicia em suas exigências (FREI BETTO, 2006, p. 136, grifos acrescentados).

A lei da igreja proíbe que a libido se satisfaça o que afeta o corpo de uma forma avassaladora, pois o mesmo perde sua utilidade mundana. Viver em Cristo seria viver longe das relações eróticas, o que é trágico e soa inaceitável ao se ingressar na vida religiosa. O sujeito precisa modificar sua persona, transformar suas relações amorosas e desejos sexuais e os sublimar, elaborando o luto das perdas.

No luto, o sujeito reage a uma perda, que pode ser de um ente querido ou uma abstração que simboliza o objeto amado, como na perda da liberdade ou do país. Há, dessa forma, uma perda de interesse pelo mundo externo, que se torna pobre para o ego, durante parte do processo. A inibição das atividades referentes ao objeto amado, com a retirada da intensidade da libido desse objeto, é dolorosa para o sujeito (FREUD, 1974).

Cada nova perda faz rememorar as outras perdas existentes durante a vida, o que os coloca em estado de melancolia, de falta de sentido na vida. Eles ficam presos, atados ao sofrimento. O livro inicia-se com a morte do líder da ALN, Marighela e termina com a morte de Frei Tito, companheiro de luta e dos infortúnios na prisão. A violência perpassa a narrativa, seja por parte do governo ditatorial, seja por parte da luta armada, da qual os dominicanos participavam como apoio logístico. Os dominicanos viveram entre estas duas violências: a do poder ditatorial, com suas armas, perseguições, torturas e mortes dos adversários e a resistência da militância

armada da ALN. O luto pelas perdas é singular e Frei Betto o elaborou com a escrita. Frei Tito, apesar de também escrever, sucumbiu com o suicídio após estar em processo de melancolia, com dificuldades de superar o luto.

As crises religiosas representam a fragilidade do sujeito que tem no sagrado uma profissão exercida por homens com valores morais, mas que são humanos, cindidos entre o bem e o mal que habita cada um. Na crise de fé de Frei Betto, a relação com Frei Martinho permite que as angústias sejam compartilhadas:

Como é? — indagou Frei Martinho. — **Sensação de cegueira. Sei que antes eu via, mas agora não vejo mais nada.** — Se você estivesse andando à noite por uma floresta e a pilha de sua lanterna acabasse, o que você faria: continuaria caminhando ou esperaria amanhecer? A lógica do raciocínio me atravessou como uma flecha. — Acho que **esperaria amanhecer.** — Então não precipite sua saída do noviciado. Espere amanhecer (FREI BETTO, 2006, p. 137, grifos acrescentados).

Na relação entre eles se estabelece uma luz propulsora de transformação da subjetividade, de reflexão e espera pelo apaziguamento das dúvidas e do sofrimento, acolhido e compartilhado entre Frei Betto e Frei Martinho, evidenciando um movimento de espelhamento. O mesmo processo ocorrerá na identificação de Frei Betto com Santa Teresa de Ávila que ameniza sua dor e resgata a sua fé:

Com o tempo, já não era eu quem penetrava o universo amoroso da reformadora do Carmelo. Era ela quem me abria por dentro, quebrando as resistências do espírito, **arrancando as escamas dos olhos**, acendendo **luz** em meu caminho, estabelecendo comigo estranha e deliciosa cumplicidade amorosa. Cessada a **noite**, vi que Teresa me invadira para abrir espaço ao Espírito de Deus. Tudo era **luz** dentro de mim. Minha **fé** havia mudado de qualidade: já não tinha que fazer nenhum esforço para **amar** a Deus. Agora, o Amor derramava-se abundante, gratuito, fundo e forte em meu ser que **O** acolhia (FREI BETTO, 2006, p. 138, grifos acrescentados).

Os olhos que estavam cegos voltam a enxergar em um jogo de trevas e luz que se alterna entre o aceitar a religião e a resistência em assumir o novo vínculo afetivo, a instalação do amor religioso. A sublimação dos prazeres mundanos, então, se realiza.

Como se vê, durante sua formação cristã, Frei Betto se identificou com Teresa de Ávila, perseguida pela Inquisição, e também por São João da Cruz, religiosos que propagaram a mística católica espanhola, isto é, o mistério, o drama de Cristo crucificado. Há uma fragmentação do eu, dividido entre a pulsão de vida e

a pulsão de morte que se digladiam no aparelho psíquico do sujeito, assim descrito na continuação do trecho acima citado:

Teresa tornou-se, desde então, a **companheira** de meus períodos mais intensos de oração. Seus escritos, bem como os de São João da Cruz, que eu descobriria mais tarde dilatam a minha alma. Incrementam minhas opções, renunciando em minha vida, pelo dom de Deus, a **transformação** a ser operada na sociedade. A luta contra o sistema iníquo estende-se à **derrubada** do **opressor** que habita o nosso **íntimo**. Nas dobras do nosso ser residem, impregnados, o burguês, o colonialista, o ditador (FREI BETTO, 2006 p. 138, grifos acrescentados).

Essa identificação perpassa a formação dos religiosos que tiveram como mística não só o poder da oração, mas a ênfase na ação, na defesa de uma causa voltada para o bem, com a relação entre cidadania e Igreja, entre direitos e deveres que formam o sujeito, reconhecendo sua fragilidade e condição humana. Frei Betto toma consciência de que para exterminar o opressor é fundamental o reconhecimento de que é um homem ambivalente, movido pela luta pelo bem, mas ciente de seus limites e fragilidades:

Se a mística de Teresa de Ávila não me fez melhor, pelo menos deu-me a **consciência** de que, através da vida, viajo a bordo de um paradoxo. **Perigo, carente, um amor oculto**. Entrego-me à **causa** que é **esperança**. **Recuso a santidade** que não seja expressão de minha profunda **fragilidade**. **Desço aos infernos** em busca da rota que conduz à ressurreição (FREI BETTO, 2006, p. 138, grifos acrescentados).

A voz narrativa expressa a fragilidade humana: entre a fantasia de um amor mundano e a realidade da defesa da esperança por uma causa, entre o princípio do prazer oculto e a expressão do princípio da realidade.

As vozes segregadas dos que resistiram ao governo ditatorial podem ser associadas com a representação da tragédia da morte de Cristo, crucificado pelos inimigos. Enquanto Cristo se sacrificou pela libertação do povo, os dominicanos também foram vítimas sacrificáveis pela libertação do povo brasileiro. Essas vozes traduzem valores políticos e religiosos, familiares e institucionais, que fazem frente à tortura da alma e do corpo.

Ao serem presos e torturados, esses sujeitos têm suas vozes silenciadas. São vozes que incomodam ao contestarem a situação de opressão social e, por isso, são excluídas da sociedade. Há, aí, um deslocamento que se processa do corpo ativo,

militante, para um corpo massacrado, tornado “dócil” ao perder o poder da palavra e a visibilidade:

Agora, em Porto Alegre, eu **estranhava** a solidariedade de uma família tão abastada com um frade procurado como **terrorista** de alta periculosidade. Conduziram-me à sala especialmente reservada a **jogos** de **sinuca**. A mesa imponente, **pesada**, coberta por impecável feltro **verde**, com suas caçapas de malhas atulhadas de bolas coloridas, ocupava o **centro**. **Tacos** de diferentes formas e tamanhos erguiam-se solenes junto às paredes, ao lado de quadros-negros com **apagadores** e giz. Instalei-me ao fundo, em confortáveis poltronas de couro, ao lado do bar. O rapaz que me buscara no sítio disse que eu deveria esperar ali, até que seu amigo, o dono do apartamento **vazio**, chegasse em casa (FREI BETTO, 2006, p. 167, grifos acrescentados).

O personagem Frei Betto se encontrava desconfortável e a cena remete a um jogo entre a vida e a morte, entre a liberdade e a prisão. O significante sinuca remete a uma expressão popular “sinuca de bico” que significa encontrar-se sem saída, o que reforça ideia de labirinto muito presente na narrativa.

3.2. Vozes Torturadoras

A escolha para abrir o livro da cena do anúncio da morte de Marighela no espaço/tempo do estádio de futebol onde se realizava uma partida entre Santos e Corinthians, representa, na narrativa, a tragédia da resistência à ditadura e o destino dos segregados durante esse período. O escritor faz do jogo de futebol uma metáfora que prenuncia a derrota dos movimentos revolucionários contra a ditadura. Emoções como alegria, tristeza, frustração, medo, permeiam a descrição do tempo da partida, tal como acontece na vivência dos jovens dominicanos durante sua participação no movimento de resistência. Há um tensionamento de forças entre dois times que lutam para alcançar um objetivo, assim como o há entre o capitalismo e o socialismo. A expressão citada no texto “Rivelino roubou-lhe a noite”, denota os tempos sombrios, a escuridão da ditadura, a retirar os sonhos dos jovens. O jogo aconteceu no Morumbi, onde, com o anúncio da morte de Marighela, se encerra a denominada “Operação Bata Branca”, em alusão aos dominicanos que usavam batina branca e estavam envolvidos na trama:

Súbito, um ruído metálico de microfonia ressoou pelo estádio. Um ajustar de ferros puxados por corrente elétrica. Cessaram as batucadas, silenciaram as cornetas, murcharam as bandeiras em torno de seus mastros. O gramado vazio aprofundou o silêncio curioso da multidão. O locutor pediu atenção e deu a notícia, inusitada para um campo de futebol: Foi morto pela polícia o líder terrorista Carlos Marighella (FREI BETTO, 2006, p.18).

O uso dos verbos que indiciam a paralisação: cessar, silenciar, murchar dão continuidade ao som dos ferros se arrastando que cala o som das cornetas e o esvoaçar das bandeiras, índices de uma liberdade vigiada. O silenciar do povo esconde os atos cruéis e vangloria-se dos atos de repressão que enaltecem a ditadura.

O jogo encenado na narrativa entre as categorias vida e morte, entre o direito à voz e ao silenciamento, evidencia a opressão do Estado contra os que discordam do discurso hegemônico. O movimento de resistência na obra aparece como processo da própria escrita, na medida em que apresenta a tensão opressor/oprimido, na busca pelos direitos que são suprimidos pela ditadura militar

A sociedade, ao conviver com a violência, com o sofrimento cotidiano dos militantes, muitas vezes familiares, dá como resposta a estes traumas a indiferença, o esquecimento; preferindo se calar, para não mostrar ao governo que tem responsabilidade social e que percebe o abandono, a exclusão social daqueles que resistem, que se opõem à barbárie. Segundo Freud (1974, p. 167) quando a comunidade não levanta mais objeções à violência do Estado, verifica-se uma proliferação das paixões más, e os homens perpetram mais atos de crueldade, fraude, traição, incompatíveis com seu nível de civilização.

Também Gramsci, em **Odeio os Indiferentes** (2020), mostra como a questão da indiferença pelo outro, pelo sofrimento do outro, opera como mecanismo histórico das relações de poder que minam o sentimento de pertença à sociedade, subvertendo valores universais:

A indiferença opera com força na história. Opera passivamente, mas opera. É a fatalidade; é aquilo com o que não se pode contar; é o que interrompe os programas, subverte os melhores planos; é a matéria bruta que se rebela contra a inteligência e a sufoca. O que vem em seguida, o mal que se abate sobre todos, o possível bem que um ato heroico (de valor universal) pode desencadear, não se deve tanto à iniciativa operante de poucos, quanto à indiferença, o absenteísmo dos muitos (GRAMSCI, 2020, p. 31-32).

Só existe torturador, segundo Kehl (2004), quando a sociedade concorda com

esse sofrimento infligido ao Outro, executado por outro ser humano. Essa dor interessa a todos, mesmo ao leitor que a revive quando uma obra de arte a compõe de modo a partilhá-la.

Essa cegueira que não permite ver a realidade social existente faz com que pessoas se transformem em torturadores, para calar os que ainda tinham voz e ação contra o poder ditatorial. A esse respeito, diz Frei Betto:

Sempre me intrigou o ofício de torturador. Ele espuma de ódio de sua vítima, agride-a, cospe nela, dependura-a no pau de arara, aplica-lhe choques elétricos, enfia-a de cabeça pra baixo na latrina, queima-a com cigarro aceso (FREI BETTO, 2006, p. 354).

O torturador é um braço do poder, aquele que executa a ação de agredir fisicamente e psiquicamente o seu opositor. O torturador, ao infligir sofrimento físico/mental ao torturado, provocando-lhe medo, desamparo, solidão, pratica um ato de desumanização, quando o transforma em coisa, mas, ao mesmo tempo, o quer humano para ser reconhecido, para existir uma inter-relação subjetiva. Esta situação exige do torturado um grande esforço para permanecer lúcido e não totalmente subjugado ao torturador. A tortura nega a política e precisa de encenação clandestina na qual “o poder se apresenta como absoluto, por que sem nome, sem lugar, sem rosto... os torturados sentem-se sem direitos, mas os torturadores confessam-se sem poderes” (CHAUI, 1987, p.35). Isso porque o torturador é peça da engrenagem e obedece a ordens de outros. No jogo entre torturador e torturado, enquanto o torturado luta pela lucidez, o torturador tem medo da sua insanidade, ao ser portador da ordem e da lei.

Frei Tito, ao ser torturado, manifestou de forma trágica, a luta para se manter lúcido, contra a máquina do poder que desejava a sua desumanização, a transformação em objeto:

Viraram-no pelo avesso. Como uma fruta madura, ele foi sugado até que restasse apenas o bagaço triturado. Deixaram-no sobreviver para que experimentasse o horror de si mesmo. Dentro dele alojaram-se torturadores, cujas vozes infernais ecoavam pela boca da legião de fantasma (FREI BETTO, 2006, 413).

Na sua trágica travessia pelas prisões brasileiras, Frei Tito foi tragado pela máquina do poder, que o transformou, o cindiu em dois: em mente, muitas vezes,

comandada ainda pelos torturadores e o corpo traumatizado pelas torturas, em um processo de melancolia, do luto que não se esgota, na sua singularidade na maneira de viver as perdas, de ressignificar o sentido da vida. Não há mais desejo de realizar o luto, a melancolia se instala e ele fica preso, enlaçado nas mãos dos torturadores.

Essas cenas evidenciam as vozes detentoras do poder governamental, que portam os traumas e a presença da morte, desde as prisões dos militantes. As cenas das prisões dos dominicanos e de Marighela são primorosas e diversas no que se refere ao espaço e ao tempo.

O narrador testemunha a tortura que infligiu sofrimento e silenciou a voz e o corpo dos que se opunham ao sistema. As figuras autoritárias são complexas e se repetem na narrativa encenando o poder ditatorial que segrega para esconder da sociedade a diferença e os conflitos, valendo-se da violência e, com isso, impedindo a constituição subjetiva dos indivíduos. Como aponta Walty:

Entre todas as formas de violência, a mais forte é obstruir a subjetividade do outro, impedindo-o de constituir-se como sujeito. Esse assalto à subjetividade pode ser físico ou simbólico. O simples ato de ignorar o outro é extremamente violento (WALTY, 2020, p. 322.).

Essa relação com o outro se torna mais complexa no caso da tortura, já que o torturador representa o sujeito que rompe o pacto social transpondo a lei básica de constituição da cultura, que estabelece o que é e o que não é permitido. No texto, as vozes torturadoras são encenadas pelos delegados, policiais, profissionais do Esquadrão da Morte e oficiais do Exército e da Marinha. Uma voz central na narrativa seria a do torturador Fleury que desafiava a lei e sua limitação, ao se colocar acima dela e constantemente ser responsável pelas transgressões contra os presos políticos, como no encontro com Frei Betto:

Na manhã seguinte, encontrei-me com o delegado Sérgio Paranhos Fleury na sala do diretor do DOPS. Gordo como um urso, vestia terno cor de **malva** e gravata **vermelha**. Comentava-se que viera me buscar. Seus olhos **verdes** reluziam o traço da **perversidade**, a auréola de herói do sistema realçava-lhe a prepotência, os policiais gaúchos fitavam-no como **anões** perante um **gigante**. Sua presença repulsiva espremia-me a alma; a fatalidade protegia-me do medo (FREI BETTO, 2006, p. 198, grifos acrescentados).

O narrador descreve não só a aparência física do torturador, “gordo”, “olhos verdes” quanto o modo de se vestir espalhafatosamente com gravata vermelha e

terno cor de malva. O vermelho se associa com o sangue nos corpos dos torturados. A cor “verde” indica a farda do policial torturador que se agiganta como um urso aos olhos dos colegas com sua crueldade que evoca o medo e transforma o outro em objeto, em uma mistura de herói e vilão malvado. Fleury é um personagem que se destaca na narrativa, como metonímia do próprio sistema opressor. Chefe do Esquadrão da Morte, exterminava traficantes e marginais, em São Paulo, com a cobertura dos militares, da justiça e de políticos e, ao tornar-se um investigador das ações políticas do governo, comandou as estratégias da prisão e da execução de Marighela assim como a prisão dos dominicanos. É implacável torturando os freis Tito, Fernando e Ivo, mas não impinge a tortura física a Frei Betto, apenas a psicológica, já que este tinha um tio militar, que negociou essa condição com o alto comando do governo. Essa situação denota a submissão do torturador às ordens hierárquicas, como se vê quando, ao se referir a Frei Betto, diz: — Cuidado, ele tem costas quentes (FREI BETTO, 2006, p. 199).

O braço direito do delegado Fleury era o delegado “Pudim”, do “Esquadrão da Morte”. A imagem do personagem foi construída de forma ambivalente, por meio da descrição das ações de violência extrema ao torturar presos políticos em contraponto às de amor pela sua família e até pelos presos, como se nota na cena em que um Padre é levado à casa do torturador:

Entrou desconfiado e, muito confuso, viu-se recebido por uma atenciosa senhora rodeada por três crianças. Eram a **esposa** e os filhos do homem do **Esquadrão da Morte**. O ambiente revestia o delegado de uma **auréola** de pureza. A **família** esperava o **prisioneiro** com a mesa posta para o lanche, no qual não faltava o bolo feito pela dona da casa. Padre Marcelo tentava compreender como o **marido** carinhoso e o **pai** atencioso podiam coexistir no **torturador** frio e implacável. Misteriosa a natureza humana! O homem que se **deliciava** em maltratar mulheres, pelo **perverso prazer** de vê-las **nuas**, gemendo indefesas em suas mãos, agora ajudava a esposa a servir o café e brincava com o **filho** menor no colo. O poder é capaz de dividir assim as pessoas? **Deus** e o **diabo disputam** um mesmo ser? (FREI BETTO, 2006, p. 353 , grifos acrescentados).

A cisão do personagem se apresenta com a imagem dupla de um homem partido entre o trabalhador, fiel ao governo, objetivando provocar sofrimento, torturar e matar, e o marido amoroso, pai de família exemplar, com uma imagem dupla. A função de matar se opõe à defesa da vida, o que evidencia o conflito psíquico que habita o sujeito.

Outra cena que denota a ambivalência humana ocorre no encontro entre o preso político Frei Betto e um Coronel do Exército, casado, que se culpa por ter uma amante:

Estranho universo o da consciência humana! Esse mesmo pai de família atribulado por **trair** a esposa era um **torturador** notório que se comprazia em enfiar um tubo de borracha na vagina de presas políticas. As **ditaduras** geram **monstruosidades** à sua **imagem** e **semelhança**. Para o **poder** absoluto, o inimigo não tem sequer direitos relativos. Aprende-se a matar como o açougueiro em seu trabalho. A diferença é que esse último lida com animais que alimentam vidas humanas, enquanto o torturador sacrifica vidas à idolatria do poder (FREI BETTO, 2006, p.205, grifos acrescentados).

O narrador apresenta o torturador como um sujeito que dividia as mulheres em santas, as que serviam para o casamento, e em putas abjetas para objeto de gozo, que devem ser violadas, torturadas. Seu gozo passa pela imagem da mulher em sofrimento. Há um espelhamento do torturador com a imagem de um governo ditatorial, déspota, insensível ao sofrimento dos que lhe opunham resistência, aos horrores das torturas existentes e que passava para a sociedade a imagem de um cidadão com valores morais, defensor da tradicional família brasileira. Há um desejo de colocar o preso político no lugar do objeto, conforme Foucault (1987), um corpo dócil.

Voltamos a Freud (1969) quando afirma que todo sujeito tem a marca da dualidade de duas forças estabelecidas na teoria do conflito psíquico, que são inerentes à condição humana: a pulsão de vida e a de morte, sendo seus representantes os afetos e as ideias. A pulsão, para Freud (1969, p. 139-140) “se manifesta no âmbito psíquico de modo particular, por ser marcada pelos afetos, pelas imagens e, sobretudo pela linguagem”. Se a pulsão de vida permite estabelecer ligações entre os seres na realização de um projeto comum, sendo daí que vem a desordem inovadora e a invenção, a pulsão de morte, inicialmente considerada como compulsão à repetição e tendência à redução das tensões ao estado zero, é apresentada como pulsão de destruição voltada para o exterior ou para o interior de si mesmo.

Observamos nas cenas descritas o poder destruidor encarnado pelos agentes do poder ditatorial. Outra voz torturadora da narrativa foi a de Poeck, um especialista em propaganda e guerra psicológica e instrutor de agentes no Serviço Nacional de

Informação (SNI) que, juntamente com Fleury, interrogou e torturou Frei Ivo e Frei Fernando:

— **Tire a roupa** — ordenou um dos cinco **policiais** presentes. Ivo foi dependurado no **pau-de-arara** com a **serpente elétrica**, ligada a seu **corpo**. Entre convulsões e dor, percebeu quando Fleury e Poeck ingressaram na sala. As **perguntas** se multiplicavam: você é da ALN? Conhece Marighella? Como faz para chegar a Marighella? Fez política estudantil? Tem amantes? O que sabe da vida íntima de padres e bispos? (FREI BETTO, 2006, p. 245, grifos acrescentados).

O movimento de dessubjetivação do sujeito político e religioso é realizado desde a ordem de tirar a roupa até o ato de tortura, que transforma seu corpo em objeto. A serpente elétrica perversa no corpo, que obedece às ordens e silencia diante do outro, destrói a subjetividade dos dominicanos. Outra forma é a confissão do preso de acordo com a verdade estabelecida pelos agentes do governo ditatorial, na tentativa de fazê-lo trair os grupos a que pertence.

Há um gozo por parte do torturador em propiciar dor ao corpo do torturado, em punir, independente dele ter culpa, em humilhar, em denegrir a moral dos religiosos. O objetivo da estratégia é colocar o preso em situação subalterna, de impotência. A subjetividade de Frei Ivo foi, paulatinamente, desconstruída com as torturas. O sistema destrói a personalidade do Frei ao acabar com os seus valores, como confiança, lealdade e sigilo nas relações com os companheiros da resistência. Mesmo após falar, as torturas continuaram, o que demonstra, conforme Pellegrino (1988), que o torturado, após a confissão, sente-se traído pelo próprio corpo, ao fazer a negação de si mesmo e se tornar testemunha da sua destruição como pessoa.

É o que se encena, quando Frei Fernando nega ao inquiridor conhecer Marighella:

Fernando não respondeu. **Fios** desencapados foram **ligados** em seu **corpo** e a corrente **elétrica** inoculada nos músculos, qual **serpente mortífera** desenrolando-se nas entranhas. As pontas dos fios prendiam-se às extremidades das mãos e dos pés. Rodavam a manivela do telefone de campanha, o corpo do prisioneiro estremecia em espasmos e dores. Multiplicavam-se as **perguntas** e, ante as **negativas**, as sentinelas do arbítrio aumentavam o ritmo da tortura. Despejavam baldes **d'água** no corpo da vítima, a fim de torná-lo mais sensível à intensidade das descargas elétricas (FREI BETTO, 2006, p. 240, grifos acrescentados).

A serpente, imagem repetida na intensificação da ideia do mal, no corpo destrói e mata o sujeito para transformá-lo em objeto, em carne morta, após o curto-circuito. A imagem dos fios tanto pode ser positiva, quando constrói laços sociais, estabelece redes, como ser negativa, quando representa, como na tortura, a destruição do sujeito, a morte, provocada pelo sofrimento corporal e mental. Há um jogo entre a defesa da vida e a possibilidade da morte. O dominicano durante a tortura se encontra próximo da morte, em posição de trair os valores e a ética propagada pela sua vida de militante, ou resistir à violência do opressor, evitando denunciar os companheiros e sua posição política. O torturador extrapola o limite da lei e a transgride.

Faz-se necessário lembrar Chauí quando, em **Os constituintes do campo ético** (2000), afirma que ser ético significa ter consciência moral, ao não só saber discernir entre o certo e o errado, mas também ter a capacidade de julgar e agir conforme valores morais e ser responsável, de acordo com a realidade, de transgredir ou aceitar o que foi acordado, sendo justo, exercendo sua autonomia como sujeito. Isso não ocorre com o torturador, um capitão, que obedece ao sistema ditatorial e ordena ao torturado Frei Tito:

Vai ter que falar senão só sai **morto** daqui!, gritou. Logo vi que isso não era apenas uma **ameaça**, era quase uma **certeza**. Sentaram-me na cadeira-do-dragão, com chapas metálicas e **fios**, descarregaram **choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça**. Dois fios foram **amarrados** em minhas mãos e um na orelha esquerda. A cada descarga, eu estremecia todo, como se o organismo fosse se **decompor**. Da sessão de choques passaram-me ao pau-de-arara. Mais choques, pauladas no peito e nas pernas que cada vez mais se curvavam para aliviar a dor (FREI BETTO, 2006, p. 372, grifos acrescentados).

O corpo da vítima torturada como objeto de prazer é oferecido ao torturador perverso, que decompõe o corpo ativo daquele que recebe a tortura e responde a ela com atos primitivos relacionados à morte, pois

a marca fundamental da situação de tortura é a desumanização dos participantes: o torturador se coloca acima da condição humana e força o torturado a se colocar na situação abaixo da condição humana. O suplício não é apenas dor, é a humilhação cuja função primordial é a desumanização (CHAUÍ, 1987, p. 33).

Manifesta-se um desejo do narrador em ouvir e registrar a voz dos intelectuais perseguidos, e também dos torturadores que submetem a sociedade ao silêncio, como encenado no texto:

De repente, dez homens **invadiram** a sala e, somando-se aos espancadores, descarregaram seu **sadismo** sobre o prisioneiro. — **Confesse** que vocês são base fixa de Marighella — exigiam com **ódio**. A **resistência** do religioso chegou a seus **limites**. Ivo admitiu que conhecia Carlos Marighella (FREI BETTO, 2006, p. 246, grifos acrescentados).

O corpo violador ocupa pela violência e pelo sadismo o corpo do outro. O sujeito é desconstruído em um processo de dessubjetivação, ao se tornar um objeto, um corpo torturado. Trazer o segregado de volta à cena é propiciar que sua voz seja escutada, a realidade da ditadura civil-militar não seja esquecida e a literatura possa contribuir para tensionar/contestar o que se encontra escondido nas páginas da história oficial.

Outra passagem da mesma obra denota o sofrimento psíquico advindo das relações interpessoais entre o agente da prisão e o prisioneiro:

Repletos de indignação, **os olhos fixos** do sacerdote encaravam o **interrogador**. Nada mais perturbador para um policial que o **olhar ativo** de um preso. Parece-lhe excessivamente ousado que um homem despojado de qualquer parcela de poder, **desarmado**, privado de liberdade, possa olhá-lo de frente e **calar-se**. Uma reação instintiva, animalesca, exige que o inquisidor quebre esse **espelho** que lhe exhibe a própria **covardia** (FREI BETTO, 2006, p. 186, grifos acrescentados).

Outra vez na imagem do espelho o olhar do preso devolve a covardia do agente que tem o poder de oprimir o outro na relação intersubjetiva. Em diversas situações o preso político se rebela e acua o policial ao demonstrar com a sua coragem a submissão do executor às ordens da ditadura. O silêncio do frei ocupa o lugar da palavra, o que desarma o inquisidor.

Nessa relação de poder entre os agentes do governo e o preso político a verdade que importa é a de quem escuta “a palavra” do corpo torturado, extraída sem o desejo do sujeito, agora reificado, como na cena observada pelo narrador, indicado como a próxima vítima:

Passaram a lanhar o corpo do rapaz. Seu **corpo** rodopiava saltitando entre o trio de algozes, a pele abria-se em finos e alongados vergões vermelhos. Gritando, ele chorava aos pulmões, manchando de **sangue** as mãos que

tentavam segurá-lo. Fiquei apenas de cueca. O oco dilatava-se em meu espírito, a **revolta** inundava meus **olhos**. O moço caiu, a chibata de **fios** continuou a cortá-lo. A **dor** abafava seus gritos; gemia e estrebuchava. Às vezes havia uma trégua. Os torturadores viam-no **arrastar-se** para o canto da sala, em busca de uma proteção inexistente, **fitavam-me**, **olhavam entre si** e recomeçavam o diabólico ritual. Nada diziam ou perguntavam (FREI BETTO, 2006, p. 174, grifos acrescentados).

Na cena acima, a testemunha Frei Betto se vê no corpo em sofrimento do rapaz torturado. O fio simboliza a morte que ronda aquele espaço e a dor pelo outro vem associada ao medo, à indignação pela barbárie e pela insensibilidade dos torturadores. Uma das formas de torturar dá-se quando, ao preparar o preso político para o interrogatório, levam-no a presenciar a tortura realizada em outro preso. Essa foi a estratégia utilizada pelos agentes do governo para que Frei Betto cooperasse mesmo sem ser fisicamente torturado, mas torturado psiquicamente. O silêncio dos torturadores simbolizava o consentimento com o ritual macabro e a indiferença ao executar a barbárie. A marca de desconstrução da subjetividade de Frei Betto ocorre ao se espelhar no jovem torturado, na cena que contextualiza a brutalidade dos torturadores e a insensibilidade dos agentes do Estado. O ritual da tortura simboliza a violência que ocorria em vários espaços durante a ditadura e representa a visão de mundo do governo que se espelha nos agentes que torturam. Esse ritual se repete em toda a narrativa:

Fiquei uns momentos sozinho, até que entrou um carcereiro que seria a figura indicada para o papel de **Corcunda de Notre Dame**. Baixo, moreno, atarracado, o tronco avançado, os ombros caídos, as pernas arqueadas, o rosto riscado de rugas que davam a impressão de corte de **navalha**. Vi logo que se tratava de um torturador. Preparei-me para o pior. O **medo** não me salvaria do encontro com a fatalidade. Ele olhou-me por baixo do cenho carregado e não **disse** nada. Talvez aguardasse os instrumentos de suplício. Lembrava um toureiro solto na arena, à espera da hora de enfrentar o animal (FREI BETTO, 2006, p.173, grifos acrescentados).

O narrador apresenta novamente características físicas para descrever o torturador, como: baixo, moreno, pernas arqueadas, ombros caídos, tronco avantajado. A emoção do medo paralisa Frei Betto. Relaciona o torturador como o personagem Quasímodo, do livro do francês Victor Hugo, *O Corcunda de Notre Dame*, personagem que amedrontava pela sua aparência física. O olhar funcionaria como um espelho a mostrar o próximo a ser torturado. É pela visão do sofrimento do Outro, que ocorre o espelhamento. O olhar, como já buscamos mostrar, é um

sentido primordial na narrativa, sobretudo durante o encontro entre o torturador e um preso político.

A forma de resistência do narrador em primeira pessoa, Frei Betto, contra os opressores seria permanecer calado frente aos que lhe ameaçavam. O sentimento de culpa se repete quando o personagem percebe que encontraram pistas que incriminavam os colegas:

Fiquei **mudo**, resistindo ao **medo**, enquanto o militar redobrava as **ameaças**. Saber que alguns amigos já haviam sido presos a partir dos papéis encontrados já era bastante para meu sentimento de culpa. A insistência alongou-se por mais de uma hora, até que o delegado Firmino viesse substituir o major (FREI BETTO, 2006, p. 184, grifos acrescentados).

A construção do corpo dócil do preso político é representada na relação entre este e os agentes que utilizam formas autoritárias, como se pode ver no uso do verbo no imperativo, em frases curtas, como: – Levante-se! – gritou o homem irritado (FREI BETTO, 2006, p. 191). – Tire a roupa, seu filho da puta! (FREI BETTO, 2006, p. 240).

No texto, o narrador encena o conflito psíquico vivido pelos torturadores: ao mesmo tempo em que apresentam uma imagem de defensor da vida, no ambiente familiar, no espaço do trabalho, torturam as mulheres de forma sádica, tendo prazer ao executar o castigo e assistir ao sofrimento do outro. São agentes violentos que aniquilam a vida dos opositores, sendo violenta “toda circunstância de vida em que o sujeito é colocado na posição de não poder obter prazer ou de só buscá-lo como defesa contra o medo de morrer” (COSTA, 2003, p. 228).

A perversidade dos torturadores, narrada por Frei Betto, excede o limite do humano, com ações violentas, como quando o torturador Fleury e sua equipe, ao torturar uma jornalista e seu marido, “puseram seu bebê sobre a mesa, que, nas mãos deles, parecia uma prancha agitada pelas ondas em alto mar, ameaçando jogá-lo ao chão” (FREI BETTO, 2006, p. 337).

A cena traumática da criança em mãos de perversos torturadores simboliza o torturador entre o limite do que se pode fazer, de acordo com o pacto social e a lei, o que ele se permite fazer, o que indica o desamparo do sujeito nessa situação traumática para os pais e fundamental para a constituição subjetiva da criança. Trauma e traumatismo são experiências diferentes, sendo que o traumatismo “se refere à ocorrência externa que atinge o sujeito; trauma, ao efeito produzido por

essa ocorrência no sujeito, e mais especificamente, no domínio interno” (KAUFFMAN, 1996, p. 562). Para Costa (2003) o trauma excessivo é uma violência, que desestrutura o aparelho psíquico completamente.

Outros agentes participam do processo de tortura, como médicos e psicólogos que dirigem procedimentos. A participação de um médico durante a tortura seria um paradoxo, pois os médicos deveriam usar seus conhecimentos para defender a vida e não para propagar a morte, o sofrimento humano.

O delegado Fleury estranhou o sintoma; com a prática que possuía, identificava as reações anômalas de um organismo torturado. Os cursos da Academia Interamericana de Polícia, em Fort Davis, no Panamá — freqüentada por militares e policiais brasileiros — davam instruções meticulosas sobre métodos inquisitoriais e suas reações. De noite, o prisioneiro foi descido do pau-de-arara, enquanto chegava o médico. O corpo suado, dilacerado, sangrava e ardia. O doutor **examinou-o**, constatou que não havia **risco** iminente de **morte** e, para a tranquilidade dos policiais, permaneceu na sala **orientando** quando deviam parar de **bater** e quando podiam bater. Os chutes e as pancadas já não arrancavam nenhum ruído da boca de Fernando (FREI BETTO, 2006, p. 243, grifos acrescentados).

Os rituais que se repetiam nas cenas de tortura praticada pelo governo brasileiro podem ser associados àqueles analisados por Adorno, em **Educação após Auschwitz**, em que ele assevera que a barbárie de Auschwitz não pode se repetir:

É preciso buscar as raízes nos perseguidores e não nas vítimas, assassinadas sob os pretextos mais mesquinhos. Torna-se necessário o que a esse respeito uma vez denominei de inflexão em direção ao sujeito. É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos. Os culpados não são os assassinados, nem mesmo naquele sentido caricato e sofista que ainda hoje seria do agrado de alguns. Culpados são unicamente os que, desprovidos de consciência, voltaram contra aqueles seu ódio e sua fúria agressiva. E necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias (ADORNO, 2003, p.119).

O discurso de Adorno aponta para o perfil do torturador, um ser perverso, que desafiava a lei, cometia crime e não era punido pelas suas ações bárbaras. Observe-se, no entanto, que o torturador não monopoliza as ações de violência, que se dissemina de várias outras formas, inclusive na e pela linguagem.

3.3 Vozes Contraditórias

Na narrativa também emergem outras vozes sociais e suas contradições, como as de instituições como a Igreja que, ao mesmo tempo em que prega valores como a solidariedade humana, defende os poderosos, demonstrando indiferença pelo sofrimento alheio. A Igreja Católica, uma instituição milenar, simultaneamente, apoiou o governo, com a ala conservadora, e participou/apoiou a resistência, representada pela ala progressista. Apresenta uma imagem cindida, com muitas contradições entre os valores cristãos e a prática de ações cotidianas ligadas ao sistema social, corroborando a violência governamental e suas ações repressoras como as torturas executadas nos espaços das prisões.

Em **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighela**, essa indiferença pelo outro, entrevista na omissão de autoridades e instituições, coaduna-se com a ideologia do governo, que silenciou os sujeitos que a ele se contrapunham, como se vê na cena do encontro, na prisão, entre o Cardeal Rossi, os dominicanos e alguns delegados:

— Podem falar, **nada vai acontecer** a vocês.

Você teve vontade de indagar se, depois, ele desceria junto para a cela... Mas você se conteve, guardou a pergunta no coração e ficou com a impressão de ser friamente tratado pelo Arcebispo. Mesmo assim, Fernando aproveitou a ocasião e **denunciou** o tratamento no cárcere, as torturas sofridas, as ameaças constantes. Mas a cada **pergunta** que Dom Agnelo fazia um delegado se apressava em **responder**, impedindo o **diálogo**. Dias depois ele deu entrevista à imprensa dizendo que nada tinha diretamente a ver com o caso dos dominicanos, pois não havíamos sido presos **comungando** ou **confessando** (FREI BETTO, 2006, p. 332, grifos acrescentados).

A voz narrativa ironiza e denuncia como a ala conservadora da igreja atuava em parceria com o governo ditatorial. São várias as cenas que mostram como parte da ala conservadora da igreja se aliou à ditadura e desprezou os valores cristãos como a solidariedade humana, a defesa dos oprimidos. Este alinhamento também se faz presente nas cenas, como no jogo entre a vida e a morte, durante a prisão de Frei Betto:

Todavia, o **poder** não ficaria sem mãos eclesiais dispostas a ajudá-lo no **nó** e no **laço**. Na terça-feira, 18 de novembro, o Cardeal Vicente Scherer, em seu programa radiofônico semanal *A Voz do Pastor*, após

declarar que "o abundante noticiário divulgado pela imprensa poderia sugerir a idéia errônea de que os sacerdotes e religiosos implicados nos acontecimentos são réus comprovados", acrescenta que "quem participa de um esquema comum com **terroristas**, que assassinaram inocentes a sangue-frio, assaltam e roubam, torna-se conivente com tais crimes e participa de sua **responsabilidade**". E entrega-me à **força**: "Neste Estado, muitas graves **acusações** pesam sobre o estudante dominicano de São Leopoldo. Em torno dele giram os acontecimentos verificados no Rio Grande. Parece difícil que consiga desfazer as provas acumuladas contra ele e demonstrar a sua inocência (FREI BETTO, 2006, p. 213, grifos acrescentados).

O narrador critica o Cardeal que serve apenas de eco da ditadura, quando aperta o nó e dá um laço na força preparada para o jovem estudante revolucionário, denominado terrorista pelo sistema ditatorial. Pode-se associar a cena ao martírio de Cristo quando foi julgado, condenado e morto crucificado. Quando Cristo foi condenado, um discípulo o traiu, Judas, e outro o negou por três vezes, Pedro.

Havia apoio, na presidência da CNBB, ao autoritarismo e à violência da ditadura de forma sistemática e enfática, como na cena na qual o Cardeal, presidente da CNBB, se coloca como parceiro da ditadura:

No dia seguinte à **fala** infeliz do Cardeal Scherer, o Cardeal Agnelo Rossi, presidente da CNBB, foi **recebido** em Brasília pelo General Medici. Ao final da audiência **divulgou** nota redigida de próprio punho, na qual dizia que "as dificuldades e problemas que naturalmente surgem entre a área **temporal** e a **espiritual** de governo, espero, poderão ser sempre resolvidas através de entendimentos diretos e do diálogo franco e patriótico. Aliás, todos desejamos a felicidade e a prosperidade do Brasil. Rogo a Deus abençoe o governo do **ilustre General Emílio G. Médici** (FREI BETTO, 2006, p. 214, grifos acrescentados).

O apoio aos atos violentos, por uma parte da igreja, uma das instituições mais poderosas do mundo, apenas exibia as relações de poder da própria igreja, relembrando as ações ditatoriais que executou, por exemplo, na Idade Média, com a Santa Inquisição, quando foram torturadas, julgadas, as pessoas consideradas hereges por serem contrárias à sua ideologia.

Por outro lado, são várias as cenas que mostram como parte da Igreja Católica apoiou e participou de momentos de sofrimento humano, junto aos movimentos sociais que foram cruciais no enfrentamento da violência e da barbárie impetradas pelo governo ditatorial.

Um dos sacerdotes mais enfáticos na defesa dos revolucionários foi Dom Paulo Evaristo Arns, um exemplo na defesa intransigente dos direitos humanos e

dos valores cristãos da ala progressista. A cena descrita abaixo mostra a solidariedade do sacerdote a Frei Tito, que tentou suicídio dentro da prisão:

Era um tempo em que o relógio marcava cada segundo do **jogo** da vida e a vitória exigia muita presteza. O Núncio Apostólico, Dom Umberto Mozzoni, voou de Brasília para a capital paulista tão logo foi avisado. Ele e Dom Paulo Evaristo Arns jamais se esconderam dos momentos difíceis; bons **pastores**, não abandonavam as **ovelhas** atacadas pelos **lobos**. Faziam de sua autoridade serviço. Nas vestes **vermelhas**, traziam as insígnias do **martírio**; nas mãos, o **sangue** de feridas alheias (FREI BETTO, 2006, p. 379, grifos acrescentados).

O narrador traduz o martírio de Frei Tito realçando sua similaridade com o de Cristo, ao denunciar no texto, pelo significante vermelho, os elementos do sofrimento humano existente nas torturas impetradas aos sujeitos que traziam as marcas da luta pela liberdade, pelo fim da opressão, do sangue derramado pelo Outro.

Outras vozes sociais que permeiam o texto também refletem o comportamento contraditório da sociedade, oferecendo ao leitor faces diferenciadas: umas em defesa dos jovens intelectuais, com solidariedade ao sofrimento humano, e outras indiferentes, omissas, ou mesmo acusatórias, contra os que estavam na resistência, em uma atitude de defesa da ditadura instalada.

No que se refere à Justiça, as contradições também se revelam. O autor dá a palavra a um dos notáveis advogados que, em tempos de repressão defendeu dois processos dos dominicanos: o primeiro referente à parceria dos dominicanos com Marighela, com os Freis Tito, Betto, Ivo e Fernando, e o segundo, o processo de Frei Tito, relacionado ao Congresso de Ibiúna. Simas, especializado em Direitos Humanos, atuou na Comissão Justiça e Paz, em SP, com Dom Evaristo Arns⁴. A cena abaixo, do julgamento dos quatro freis revolucionários acusados de participar da luta armada ao lado de Marighela, mostra a atuação do advogado que se valia das contradições do processo em defesa dos réus:

O recinto, repleto, ouvia em silêncio o advogado de defesa:

— Este caso, que tanta repercussão obteve **dentro** e **fora** do país, é extremamente **confuso**, a começar pelas diversas **versões** que dele se tem. Dos jornais da primeira semana de novembro de 1969, há duas

4 O livro “Os Advogados e a Ditadura de 1964” aborda alguns dos mais proeminentes advogados que defenderam presos políticos durante a ditadura, dentre eles Mário de Passos Simas e Sobral Pinto. No prefácio, Dom Paulo Evaristo Arns aborda as lutas da sociedade civil e suas frentes contra a opressão: nas ruas, nas igrejas, nas universidades e no sistema judiciário.

versões que se **contradizem** — afirmou o jovem doutor de rosto redondo, pele morena, ombros largos, a beca escura perfeitamente alinhada em seu corpo robusto, a voz firme e pausada traindo certo timbre irônico (FREI BETTO, 2006, p. 279, grifos acrescentados).

O dentro e o fora é um jogo que reflete a situação em que se encontravam os quatro revolucionários. Dentro de uma instituição prisional, sob o olhar do governo e vistos como terroristas e ativistas da luta armada pela sociedade. O advogado, ao propor a inocência dos acusados no processo, em busca de liberdade, desejava que saíssem da prisão e retornassem à sociedade. Marighela o líder estava fora também, mas morto. O advogado defendia a inocência dos jovens no processo, abrindo uma possibilidade de que pudessem voltar a integrar a sociedade.

Interessante ressaltar o longo laudo em que o advogado aponta as contradições envolvidas no processo de acusação dos dominicanos, documento esse que é incorporado à narrativa em contraposição aos relatórios policiais que faziam parte do processo. Entre os diversos itens, ressaltem-se alguns dos títulos: “Perua de Marighela”. “A entrada de Marighela no Volks”, “A mortalha”, “A calça aberta”, “A posição do corpo de Marighela”, em que se observam elementos verificáveis que desmentem a acusação na sua tentativa de envolver os dominicanos no assassinato de seu líder.⁵

Assim como a igreja, a Justiça também apresenta contradições, a depender da posição de conveniência dos juízes em relação à ditadura, como as desveladas na cena abaixo:

O juiz Nelson Guimarães repreendeu-o por divulgar no exterior a narrativa dos **suplícios** que sofrera em fevereiro. Ficamos felizes pela advertência, pois através dela sabemos que o relato fora publicado nas revistas L'Europeo e Look, tendo merecido o prêmio de 1970 do New York Overseas Press Club⁶, importante associação de jornalistas norte-americanos e estrangeiros nos Estados Unidos. — Além do mais, tudo o que você **escreveu é falso!** — disse o magistrado. Dr. Nelson Guimarães vira Frei Tito dilacerado no Hospital Militar e considerara aquilo “uma estupidez”. Nos regimes ditatoriais, porém, a **palavra** da autoridade é a **verdade** (FREI BETTO, 2006, p. 388, grifos acrescentados).

5 Ver páginas 282 a 290 (FREI BETTO, 2006).

6 O Manifesto de Frei Tito, escrito para demonstrar as torturas no Brasil, percorreu o mundo e recebeu prêmio.

Em geral, os órgãos da justiça permaneceram calados frente à violência do governo, período no qual, de acordo com Gaspari (2002), a ditadura ficou escancarada, liberta dos laços legais. Os chamados Anos de Chumbo ativaram a repressão e a tortura que deformaram as funções do serviço militar e implantaram as torturas nas prisões, sobretudo, sob o Ato Institucional número 5 (AI5):

À **luz** da justiça sobrepõe-se, no juiz, a força do **interesse**. Sua estabilidade depende da **confiança** dos militares; qualquer suspeita significa o fim de sua carreira. Por isso, ao espanto inicial provocado pelos relatos de atrocidades, prevalece no magistrado a adequação de sua sensibilidade e consciência à tortura como método de interrogatório, ao assassinato como recurso de **profilaxia** política, à crueldade do poder como exigência de segurança e firmeza de autoridade. Para os torturadores, porém, o juiz não passa de um pobre coitado obrigado a dar cobertura **legal** aos crimes cometidos pelo Estado (FREI BETTO, 2006, p. 369, grifos acrescentados).

Todo o poder de Estado se corrompe, quando se mata para sobreviver, de forma concreta ou abstrata, e, depois, se lavam as mãos.

Os meios de comunicação de massa, como jornais, televisão estavam sob censura, mas alguns burlavam o sistema:

Os jornais, sob **censura**, davam raras notícias, quase sempre truncadas, falseadas, **fornecidas** diretamente pelos órgãos de segurança, interessados em atribuir a tiroteios nas ruas a morte de militantes e simpatizantes nas salas de tortura. Apesar de estar nu, o **rei** decretara que todos apreciassem suas vestes. Alguns jornais atenuavam sua **cumplicidade** com a mentira oficial publicando, nos espaços censurados, receitas de bolo ou poemas de Camões (FREI BETTO, 2006, p. 129, grifos acrescentados).

Por ter como função propagar a verdade, vários jornalistas foram presos, torturados e mortos, mas receberam o apoio dos colegas, como o dominicano Frei Betto, que também foi solidário aos colegas e recebeu solidariedade da população ao embarcar na clandestinidade. As cenas desvelam a tensão das forças governamentais em relação aos jornalistas:

Uma tarde o setorista falou lá na redação que escutara no DOPS a ordem de prisão contra o Paulo Patarra, com quem eu trabalhara na revista Realidade. Larguei a chefia de reportagem como se fosse ao banheiro, tomei um táxi e fui lá na Rua São Vicente de Paula arrancar o Patarra de casa antes que a polícia chegasse (FREI BETTO, 2006, p. 117).

A liberdade tão sonhada pela sociedade estava censurada em todos os espaços institucionais, que se tornaram parte do cotidiano autoritário, e o medo transforma o jornalista em mero reproduzidor da voz do dono do jornal, que é apenas um reproduzidor da voz soberana da ditadura: autoritária, violenta, repressora, como no caso da autocensura:

Os **acólitos** do regime adaptavam-se, substituíam o noticiário cortado, antecipavam-se à tesoura do censor, exercendo, sem escrúpulos, um aprendizado que faria escola no jornalismo brasileiro: a **autocensura**. A insólita lição ensina que o bom profissional deve alienar-se de suas idéias e convicções para escrever como o patrão escreveria e editar como o Governo editaria. Não é apenas a força de trabalho alugada sob o imperativo da sobrevivência, como a prostituta que se oferece na esquina. É a própria **consciência** adulterada, associando **autoridade** e **verdade**, como o torturador de dentes cariados e salário-mínimo afoga a sua vítima numa banheira em defesa de uma **liberdade** que ele não usufrui (FREI BETTO, 1983, p. 129, grifos acrescentados).

Todos os espaços do país eram territórios de domínio do governo ditatorial, que se servia da propaganda para aterrorizar o povo, o que apenas revela que a sociedade se torna um eco passivo da voz preponderante do governo:

Tropas militares fechavam as avenidas em operações "pente-fino", carros e transeuntes eram revistados, viaturas policiais circulavam com sirenas abertas. A **imprensa**, sob **censura**, fazia eco ao alerta do Governo militar: "o terror está nas ruas e seu vizinho pode ser um terrorista!" Cada porteiro de edifício tinha a obrigação de comunicar ao DOPS os nomes dos moradores dos prédios (FREI BETTO, 2006, p. 89, grifos acrescentados).

Durante a ditadura os espaços públicos e privados da sociedade eram propriedades do governo, pois a qualquer momento as casas poderiam ser invadidas, as pessoas revistadas na rua, conforme assinala Paulinho da Viola na música **Sinal Fechado**: "tanta coisa que eu tinha a dizer, mas eu sumi na poeira da rua". O sinal estava fechado para o cidadão aterrorizado pela repressão que alardeava que o terrorismo estava presente em qualquer espaço e seria preciso ficar atento.

O poder disciplinar faz do espaço da cidade uma grande prisão, na qual os militares têm o poder de controlar todos os corpos para que se obtenha uma cidade perfeita, obediente, sujeita às leis e ao poder deles que vasculham a cidade à procura dos opositores para exercer a função punitiva, produzindo uma sociedade disciplinar e na qual o corpo do soldado também foi objeto de treinamento. Utilizam-

se ao mesmo tempo o processo de exclusão dos opositores e o processo disciplinar de vigiar e controlar o povo.

Segundo Foucault (1999) o poder disciplinar faz o controle dos corpos em determinado espaço, como na prisão e no quartel. O corpo torna-se objeto e alvo de poder ao ser controlado, manipulado, treinado, enfim, transformado em um corpo dócil e para tanto utiliza-se como método as disciplinas, formas de dominação. A vigilância sobre a sociedade se torna, então, permanente, contínua sobre o comportamento dos indivíduos, usando a disciplina como tecnologia de poder. O panóptico, instrumento de poder criado por Bentham, se torna um mecanismo de controle metafórico com muitos braços. Um desses braços é a justiça. Enquanto a antiguidade se caracterizou por ser uma sociedade de espetáculo, com circo, teatros, templos, com um predomínio da vida pública, a sociedade moderna tem um movimento contrário e se desloca de outras formas para que pequenos grupos possam enxergar a multidão.

A ilegalidade do governo é criticada no texto pelo narrador, quando, por exemplo, demonstra que o Esquadrão da Morte, composto por policiais, delegados e apoiado por empresários, tinha livre acesso aos espaços públicos referentes à segurança, como na cena em que se reprimem os dominicanos por serem contra essas ações repressoras:

Em outubro, os dominicanos presos fomos acusados de liderar **manifestação** carcerária contra o **Esquadrão da Morte**, que tirava **suas vítimas** dentre os presos comuns recolhidos na parte térrea do Presídio Tiradentes. Punidos, distribuíram-nos por **solitárias** de quartéis (FREI BETTO, 2006, p. 387, grifos acrescentados).

O narrador denuncia que a morte ilegal acontece no espaço público que tem como objetivo cuidar do transgressor, acolhê-lo e que se manifestar sobre a arbitrariedade representava punição, controle dos corpos.

No texto, as vozes da família dos presos políticos também se encontram na invisibilidade, de porta em porta, à procura de respostas. O narrador critica o sofrimento refletido pela família na busca do corpo de um filho desaparecido e obtendo como resposta a indiferença dos que não escutam o sofrimento humano:

Sua **família** repetiu a mesma **via crucis** percorrida por tantas outras ainda hoje: procurou órgãos de segurança, visitou autoridades, falou com políticos, foi a presídios e quartéis, fez apelos e denúncias. O Governo,

como um **assassino** de costas **largas**, manteve-se **calado**; nada vira, nada soubera, nada a informar. Em alguma esquina do Brasil, Luiz Enrico "**evaporara**". O **terror** do Estado agia sob a complacência da **Justiça**. Em nome da **segurança** nacional, um jovem brasileiro fora seqüestrado e **morto**. Nenhuma notícia a seu respeito. Os jornais, com a boca tapada pela censura e intimidados, nada diziam a respeito (FREI BETTO, 2006, p. 211, grifos acrescentados).

O narrador critica e denuncia a perversidade do Estado assassino, omissos e silenciosos. Os laços da monstruosidade se estendem à justiça, aos jornais censurados, enfim, a toda a sociedade.

A cena de uma família à procura do filho reverbera o sofrimento de muitas famílias brasileiras e a posição de indiferença do governo, da sociedade; no jogo entre a defesa da vida e a certeza da morte, vence a morte como corpo desaparecido, o discurso interrompido, a subjetividade exterminada.

Essa cena é enunciada em muitas composições referentes à época, como se pode conferir na canção **Angélica**⁷, quando há referência à mãe que perdeu o filho, figurado como anjo, no lamento da mãe: "só queria agasalhar meu anjo e deixar seu corpo descansar". O que se tornou impossível para muitos jovens que se dispuseram a doar seu corpo e sua voz para um projeto de libertação da sociedade brasileira, cuja morte e desaparecimento levaram à impossibilidade de a mãe fazer o luto.

⁷ *Ángélica*, música de Miltinho/ Chico Buarque que retrata o sofrimento da mãe, Zuzu Angel, estilista, que percorria os quarteis em busca do filho, Stuart, e foi assassinada em um acidente de carro no Rio de Janeiro.

4. ESPAÇOS NA PRISÃO: A (IN) VISIBILIDADE DO SUJEITO

Este capítulo verifica, por meio da construção das narrativas, como o espaço da prisão se amplia em movimentos coletivos, quando se instituem rituais de resistência durante a ditadura civil-militar de 1964. Paradoxalmente, estabelece-se o prazer, mesmo no pulsar da destruição e do sofrimento, que transformam a subjetividade.

Os espaços destinados à exclusão remontam a vários séculos como: na Idade Média, com os leprosos; no século XVIII com os loucos, até desembocar na modernidade com os transgressores da lei. Mais modernamente, a prisão torna-se um espaço no qual o governo aplica políticas de gestão da vida ao isolar o preso, tornando-o invisível para a sociedade. Com a criação da prisão, há uma substituição do espetáculo público dos suplícios (FOUCAULT, 1999) pelas disciplinas que conformam os corpos. Assim, esse poder exclui o indivíduo da sociedade e também produz saber sobre o corpo. Sua forma pode ser vista como dispositivo que se espalha por todo o corpo social: nas escolas, colégios, quartéis e outros ambientes que tinham como objetivo colocar os indivíduos em espaços determinados, sob vigilância e controle do tempo, instituindo um processo de observação e registro das atividades, com o objetivo de estabelecer sobre eles um poder e um saber, com corpos dóceis (FOUCAULT, 1999, p. 125-141).

O autor de **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella** (FREI BETTO, 2006), ao analisar a prisão, utiliza vários signos para designar o espaço como “porão”, “catacumbas”, “subterrâneo”, “buracos”, “inferno” que, denotando o sentimento de crítica e angústia do narrador, apontam para o domínio do corpo e da alma. Tais signos têm em comum a ideia de fechamento, escuridão, acúmulo de coisas velhas, sujas ou mortas, além de remeter ao ato de se esconder como nas catacumbas construídas pelos cristãos, em Roma, onde se rezava e se fugia das perseguições. Todas as imagens podem se associar ainda à ideia mitológica de “Inferno”, consagrada na literatura por Dante na configuração de um local subterrâneo dedicado às almas, punidas de forma eterna pelos pecados. Os espaços descritos por Dante Alighieri estão divididos em nove círculos. No círculo 7, estão os que cometeram os pecados de violência contra os outros, contra si mesmo

ou contra Deus. Lá estão os assassinos e os tiranos, mergulhados no fogo e quanto maior o crime, mais a alma se encontra submersa, conforme se descreve abaixo:

Como o Minotauro e os centauros que dividem sua natureza animal com a sua natureza humana, os pecadores mergulhados no rio Flegetonte mantêm imersa sua parte animal – bestial e violenta, no rio de sangue daqueles que oprimiram. Quanto mais grave o crime, maior a parte imersa. Os assaltantes, dentro do rio, são indistinguíveis dos centauros, pois têm apenas o peito de fora. São punidos por terem praticado violência contra os bens de suas vítimas. Os homicidas só mantêm fora a cabeça. Tiraram a vida de suas vítimas. Os tiranos só mantêm acima da superfície suas sobancelhas. Eles atentaram contra a vida e contra os bens de suas vítimas (DANTE, 1999, p. 104).

O sujeito dividido, fragmentado, que mata de forma cruel, em guerra com sua própria condição humana, fica mergulhado no sangue dos que oprimiu. Esse sujeito denomina-se tirano. Os tiranos e assassinos, com sua crueldade contra os oprimidos, fazem parte da obra **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella** (2006). O autor descreve a prisão com espaços bem delimitados: um no qual se localizam os detentores do poder, onde ocorrem os inquéritos, as confissões, as torturas e outro onde permaneciam os prisioneiros, que, diante do sofrimento, construíram rituais coletivos de resistência, para reavivar as lembranças, estabelecer a solidariedade entre eles, e instituir os sacramentos cristãos, como o que se evidencia na cena abaixo:

No DEOPS, o **inferno** ficava acima e, o **céu**, abaixo, junto aos companheiros **unidos** pelos mesmos **sofrimentos** e **esperanças**. Os fins de semana eram calmos, funcionário público não **trabalha** sábado e domingo (FREI BETTO, 2006, p. 321, grifos acrescentados).

O inferno e o céu são espaços situados no imaginário popular como locais definidos: o céu, no alto, e o inferno, embaixo, mas na narrativa há uma inversão, o que evidencia o poder com suas armas infernais no alto, e os prisioneiros em busca de superação do sofrimento embaixo. O autor subverteu a ordem estabelecida para representar a resistência dos presos políticos aos valores estabelecidos pelo *status quo*, apesar do sofrimento infringido a eles. A narrativa do espaço prisional em **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella** (2006) traduz o cotidiano de sofrimento dos presos políticos que estavam em permanente luta contra a opressão das políticas ditatoriais. Como estratégia para a sobrevivência, contra o

medo do terror prisional, eles implantaram os sacramentos cristãos como rituais coletivos para sobreviver ao inferno das relações de poder impostas pela ditadura.

4.1 A Prisão e o Pulsar da Morte

A prisão é uma das políticas da modernidade que veio para substituir o espetáculo público do suplício que tornava visível a punição dos que transgrediam as leis do soberano, em que há relação de dominação e sujeição. De acordo com Foucault (1987) para a análise desse fenômeno se faz necessário perceber o poder em seu local de execução das técnicas e instrumentos que corporificam a violência, em intervenções de muitos outros, que produzem consequências reais:

Em outras palavras, ao invés de perguntar como o soberano aparece no topo, tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressivamente, realmente e materialmente os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc (FOUCAULT, 1987 p. 102).

Na obra **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella** (2006), as prisões segregam aqueles que se opuseram às leis, contra o poder ditatorial, como os intelectuais dominicanos. O governo, com um fechamento da vida do prisioneiro para o mundo, exclui e controla a vida dos transgressores, tornando-os invisíveis para a sociedade, o que é simbolizado pela frase do narrador ao figurar a prisão como o espaço “cujas portas só se abriam por fora” (FREI BETTO, 1983, p. 161). Só os detentores do poder podem abrir as portas, não há passagem voluntária dos sujeitos excluídos, que estão à margem dos sistemas. Na peça sartriana **Entre Quatro Paredes** também se encontra a frase “Mas o diabo é que a porta está fechada por fora”, que representa a impossibilidade de sair daquele inferno por seu próprio arbítrio. A palavra dos prisioneiros com os que estavam livres estava interdita, censurada, proibida. Só com muita luta para arrombar a porta e realizar a democracia do povo.

As portas fechadas são também imagens dos campos de concentração como mostra a frase colocada na porta do campo de concentração de Auschwitz: "Arbeit

macht frei" ("O trabalho liberta")⁸. Uma frase repleta de ironia para os seres que entravam e eram despojados de tudo, com o corpo a serviço do nazismo. Libertar o sujeito da vida? Libertar para a morte? Essa imagem está simbolizada no livro de Primo Levi, **É isso um homem?**, quando chega ao campo de concentração:

A viagem levou uns vinte minutos. O caminhão parou; via-se um grande portão e, em cima do portão, uma frase bem iluminada (cuja lembrança ainda hoje me atormenta nos sonhos): ARBEIT MACHT FREI - o trabalho liberta. Ao adentrar no campo de concentração relata: "isto é o inferno" (PRIMO LEVI, 1988, p. 11).

O preso, ao adentrar o espaço, se angustia com as incertezas, o medo de viver em condições tão precárias, imerso no seu sofrimento, atormentado pelo porvir sombrio. De modo convergente, no texto **Batismo de Sangue: guerrilha e morte** de Carlos Marighella (2006), o autor encena a solidão dos presos políticos, sob a crueldade dos atos ditatoriais, e seu medo, durante os interrogatórios em total abandono dos que ousaram ser diferentes:

Elza Lobo, sua companheira de cubículo, aguardava **temerosa** o momento de ser **interrogada**. Mesmo assim, desdobrava-se em atenções a Jeová, reanimava todos nós, contava histórias como se estivéssemos a **bordo de um vagão sem destino** (FREI BETTO, 2006, p. 337 grifos acrescentados).

A expressão "vagão sem destino" simboliza a imagem da Nau dos Loucos, em Foucault (1999) que transportava segregados para fora das cidades de forma errática, sem porto certo, de forma invisível, à deriva. Esta é a imagem dos excluídos, do espaço reservado à diversidade, aos que agem e pensam diferente dos que dominam as relações de poder. Os corpos desaparecem da visão da sociedade, que vive sem a lembrança dos que foram isolados. Essa é a imagem dos presos políticos diante da ditadura que os tornava invisíveis, insignificantes, desnecessários à convivência na sociedade. Era fundamental uma sociedade harmoniosa, que não demonstrasse divergências com o poder soberano dos que governavam o país. Os operadores da execução das políticas competem entre si, numa relação de amor e ódio aos seus semelhantes, aprisionados como em uma das cenas na qual o inferno é simbolizado:

⁸ Citação na porta do campo de concentração em Auschwitz.

Na sucursal do **inferno**, **demônios afoitos** competiam pelo **poder** de **partir a resistência** de suas **vítimas**. Morcegos **vorazes** borboleteavam céleres de **brasões** em brasões, sequiosos de **sangue**. Erguer a **alma** do réu na ponta do **espadim** era o supremo **gozo**, **vitória macabra** de uma equipe que recusava passar o preso a outra sem o trunfo de vê-lo falar. A **morte** era o salário do **silêncio** (FREI BETTO, 2006 p. 376 grifos acrescentados).

O sujeito se aprimora na arte de ser cruel, desumano, voraz na disputa pelo corpo em brasa, morto, silenciado, como se vê no vocabulário estritamente ligado a imagens soturnas. Há um prazer ao massacrar o corpo do outro. A tensão se instala nas relações de poder entre os próprios detentores da ditadura para massacrar os seus opositores, numa luta insana de demonstração de coragem. É preciso suplantar o outro ao utilizar armas abrasivas, torturar em busca da morte, da dissolução da palavra do sujeito que resistia à confissão dos seus atos à violência instalada. Vale lembrar com Walty (1981) que aí se associam a violência da e na prisão, a violência das relações sociais e a violência humana, que existe em momentos e sociedades diferenciadas.

Em outro contexto da narrativa se encena também a imagem do inferno, quando Frei Betto enxerga o delegado Fleury, ao chegar ao aeroporto, e utiliza o monólogo imaginário, em uma linguagem do eu consigo mesmo:

Ao **descer** a escada, notei que um **oficial** me **fotografou** com uma **câmara** pouco maior que uma caixa de **fósforos**. **Identifiquei** apenas um **rosto** na roda belicosa que nos observava: o **delegado Fleury**. Preparei-me para conhecer os **porões do inferno** (FREI BETTO, 2006, p. 225, grifos acrescentados).

A imagem congela o sentimento de medo, terror, frente ao desconhecido, e reverbera o risco da morte. O autor relata os sentimentos de medo ao ter de enfrentar a crueldade humana, nas entrelinhas da palavra inferno que denota o sofrimento, a angústia de estar privado da liberdade e sob a responsabilidade de um notório algoz dos presos.

Durante toda a narrativa os afetos são encontrados, como a angústia, o medo uma forma de partilhar emoções sufocadas pelo contexto ditatorial, conforme durante a fuga de Frei Betto:

Agora, no entanto, o **medo** retraía-me, já não podia dar nenhum passo com as próprias pernas. Era iminente o risco de pisar na **armadilha**. O incômodo não provinha tanto da falta de liberdade, da insegurança diante do futuro ou

da obrigação de exercitar a paciência para, de novo, suportar horas e dias infindáveis, **trancado num quarto**. Mas sim de ver outras pessoas **arriscando**-se por mim, dispostas a pagar o preço da própria vida e não ter como prescindir dessa ajuda (FREI BETTO, 2006, p. 157, grifos acrescentados).

Corpo paralisado, imobilizado psiquicamente pelo medo que invade o sujeito e faz parte da condição humana quando se percebe em perigo. Apesar da hospitalidade das freiras, ele encontrava-se “trancado num quarto”, fechado para as relações sociais. O isolamento não é próprio à condição do ser humano, já que, de acordo com Benveniste (1991), o homem é um ser que se constitui pela linguagem, numa relação dialógica entre o eu e o tu, na qual o eu é o locutor que se dirige ao tu. O eu é aquele que se enuncia pelo discurso e que só existe linguisticamente pelo ato de fala, no qual um sujeito (eu) fala a outro (tu), numa alternância de papéis, de forma recíproca. São termos complementares, pois o “eu” só existe na relação com o “tu” no discurso quando se manifestam, em determinado tempo e espaço, em um processo sócio-histórico. É pelo contraste na relação dialógica que o sujeito se constitui.

Os afetos estão sob a vigilância contínua do olhar do outro, como demonstra Foucault (1987), ao analisar o panóptico de Bentham, que é uma das formas de vigilância contínua e foi utilizado na concepção das prisões.

A esperança de vida se vai e uma analogia pode ser realizada aos porões do **Inferno** de Dante⁹, em cuja porta estava escrito: “[...] Abandonai todas as esperanças, vós que entrais” (1999), espaço no qual os espíritos em sofrimento eram torturados e não tinham mais domínio sobre si mesmo. Essa expressão se repete quando um velho, em um barco, transporta as almas para o Inferno: “— Almas ruins, vim vos buscar para o castigo eterno! Abandonai toda a esperança de ver o céu outra vez, pois vou levar-vos às trevas eternas, ao fogo e ao gelo!” (1999).

A imagem da prisão associada ao inferno, segundo a pesquisadora Walty (2019) estaria no imaginário de muitos povos, e traria consigo um sinal de impossibilidade da criação, que seria justamente a impossibilidade da vida humana. Em **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella** (2006), o sofrimento paralisa o desejo de muitos deles, de lutar pela vida. Se o medo predomina nas cenas, a vida se esvai e a morte se aproxima, isso é o que ocorre na

⁹ Divina Comédia, de Dante Alighieri (1999).

cena na qual Frei Betto se torna uma imagem congelada de terror ao avistar o torturador Fleury, muito próximo da morte:

Havia muitas pessoas fazendo fichas, gente que você nunca vira, **assustadas**, encolhidas de **medo**, **aterrorizadas** pelo ambiente, **presas** nas imediações da Alameda Casa Branca. **Sumiram** como **fantasmas** na **noite** e **nunca chegaram** às **celas**, nem se **soube** o que foi **feito delas** (FREI BETTO, 2006, p. 311-312, grifos acrescentados).

“Sumiram” e “nunca chegaram” como metáfora da morte. A emoção transborda nessa cena com a proximidade da morte, da tortura, do desaparecimento, da escuridão. Sumiam com os corpos, assim também com os pertences dos presos, como na cena:

Dali fomos direto ao setor de identificação do DEOPS, no Largo General Osório, no Centro de São Paulo: fotos, formulários, fichas datiloscópicas. Posei de frente, de lado, de outro lado, de costas, de pé, sentado. Tiraram **impressões** de todos os dedos e das palmas das mãos. Fomos **recebidos** pelo **chefe** da carceragem, seu Adão, baixo, inchado, pele **enferrujada**, cabelos cinzas, jeito pastoso de falar. Não seria **surpresa** se ele dissesse que **nascera** naquele **porão**. Revistou-nos os bolsos, **tirou-nos cintos**, relógios, e o dinheiro foi **guardado** em envelopes com nossos **nomes** (FREI BETTO, 2006, p. 333-334 , grifos acrescentados).

O início da violência a ser infligida aos presos denota o ser inominado, destruído, sem pertences, um objeto a ser moldado a ferro. Enquanto Frei Betto, um jornalista e teólogo, utiliza como estratégia uma escrita mais racional, Primo Levi, em sua obra **É isto um Homem?**, relata toda a emoção e sofrimento na entrada do campo de concentração, ao ter que entregar os seus pertences:

Essas coisas fazem parte de nós, são algo como os órgãos de nosso corpo; em nosso mundo é inconcebível pensar em perdê-las, já que logo acharíamos outros objetos para substituir os velhos, outros que são nossos porque conservam e reavivam as nossas lembranças. (PRIMO LEVI, 1988, p. 25).

O corpo é fragmentado logo na entrada do espaço prisional para que o sujeito tenha a certeza da sua nulidade, da sua destruição e que nada seria como antes. Cria-se um novo sujeito, objeto e abjeto. As coisas que faziam parte de sua identidade eram retiradas para a destruição do homem, dos seus valores e a introjeção da submissão, da humilhação que seria diária. Um corpo sem alma, sem espírito, sem desejo, um corpo à deriva do outro para ser subjugado.

A retirada dos livros é outro ato de jugo e controle; as leituras eram censuradas:

Não havia **livros**, nem mesmo era permitido ler a **Bíblia**, e o único recurso eram os quadrinhos de **Walt Disney**, aquele **americano** que educa nossas crianças para se adequarem sem **violência** ao **capitalismo**, admitindo que o pobre Donald jamais será como seu tio Patinhas, pois afinal nem todos têm a sorte do Gastão, talvez **escapemos** das ciladas da vida se **colaborarmos** com a polícia como o **Mickey** ou, pelo menos, aprendendo com os sobrinhos do Donald que o importante é cumprirmos o nosso **dever** como bons **escoteiros** (FREI BETTO, 2006, p. 315, grifos acrescentados).

Esta cena é uma metáfora do poder capitalista, que se infiltra em todos os espaços, de forma sutil, lúdica. A divulgação do capitalismo era permitida, divulgada em vários espaços para educar a população, como corpo dócil.

Na prisão os cinco sentidos de cada prisioneiro são representados, apesar da tentativa dos opressores de os embotar. No espaço prisional os locais dos detentos são precários, o que refletia a intenção dos poderosos de restringir a mobilidade:

Puseram-no na cela 5, junto a mais quinze prisioneiros políticos, quase todos incluídos no processo da ALN. A cela, retangular, tinha as paredes em amarelo pálido, descascado, uma coluna no meio e, ao fundo, privada, pia e chuveiro. Nada de camas, apenas colchões finos e ensebados espalhados pelo chão, derramando palha pelo pano rasgado (BETTO, 2006, p. 258).

Além da restrição de espaço, notam-se o descuido e a sujeira em um processo escatológico que reduz o ser humano a seus excrementos. Ao aspecto visual soma-se a referência ao cheiro da prisão reverberando o contraste entre vida e morte; a vida renunciada pelo alimento, e logo confundida com a morte indiciada pelo apodrecimento do corpo individual e social.

Você não sabe a que horas acordou na manhã seguinte e havia **café**, pão com manteiga, ingeridos com relutância naquele **porão** impregnado de **cheiro de sebo**, como um açougue há muito abandonado, as **carnes apodrecidas** expostas aos mosquitos (FREI BETTO, 2006 p. 312, grifos acrescentados).

No jogo enfrentado pelos intelectuais prisioneiros, o cheiro pode simbolizar tanto a vida, como no aroma do café, quanto a morte no fedor do corpo com feridas abertas, sangrando, e expostas no subsolo da prisão. A expressão “carnes apodrecidas” simboliza a morte do sujeito em vida, exibindo a violência exercida

contra os corpos dos prisioneiros, uma metáfora da morte, mas também, literalmente, sua concretização.

Outro sentido presente no texto é a audição, a escuta do sofrimento do outro, que denota a relação entre identidade e alteridade, o eu e o outro, como na cena em que Frei Fernando escuta os gritos de um casal torturado:

Aos tapas, beliscões e puxões de cabelo, você chegou à sala de torturas, no terceiro andar do DEOPS, onde o **ar** era **abafado** e **quente** como numa sauna, e havia uma mulher miúda, morena, sentada na **cadeira do dragão**, versão cabocla da cadeira **elétrica**, e o marido dela, alto, magro, estava dependurado no **pau-de-arara**, levando **choque** como ela, e os dois **gritavam**, saía **fumaça** de seus **corpos**, o cheiro de **carne queimada** era forte (FREI BETTO, 2006, p. 320, grifos acrescentados).

Esta cena representa a escuta do sofrimento dos colegas e o cheiro de carne apodrecida, da morte; além da visão da tortura e seus instrumentos. A morte em vida é sentida e presenciada pelo preso.

O tocar no outro simboliza, no início da vida de cada sujeito, um gesto de amor, de afeto, de acolhimento ao sujeito, indefeso, prematuro, que chega ao mundo. Na prisão, espaço governamental de política pública, o toque simboliza a violência, o desamor, um meio para se obter um corpo dócil, porque um corpo submetido à violência tende a se disciplinar, como se encena quando o sofrimento do outro é narrado, conforme trecho que segue:

Tito partiu sob os nossos protestos: meia centena de presos tinham o rosto **espremido** no alambrado estendido entre as **grades**, o peito **ferido** pela **dor** de **ver**, **impotentes**, um companheiro **regressar** à **Oban**, o grito uníssono de "**assassinos, assassinos!**", entrecortado por expressões confiantes: "**coragem**, Tito", "firme, **companheiro**" (FREI BETTO, 2006, p. 368, grifos acrescentados).

Amor e ódio entrecruzados na cena da visão do sofrimento do outro, numa alternância da identidade de cada preso ao se ver na imagem do outro, a alteridade. E a impotência ao saber que o ato de soltar o outro violentado não poderia ser concretizado: um muro os separava da dor e a revolta, o medo da morte imperava. O amor ecoa o desejo de encorajar os que padecem da perversidade dos opressores. Mas como realizar desejos e atos estratégicos para sobreviver?

4.2 Movimentos Coletivos: Vínculos no Céu

O autor mostra que, para enfrentar o sofrimento advindo dos horrores da prisão, os dominicanos propõem a construção de vários rituais associados à religião católica. A prisão torna-se um espaço religioso para os dominicanos propagarem a fé em Cristo.

O espaço, segundo Foucault (2013), pode ser classificado em utopias, espaços irreais, que percebem a sociedade como perfeita, ou heterotopias, espaços reais, como a prisão que se classifica como uma heterotopia de crise, isto é, onde as condutas dos sujeitos são consideradas transgressoras. O aprisionamento é um fenômeno que se encontra imbuído de violência, seja a simbólica ou a praticada sobre os presos políticos, que têm um corpo que sofre com a perda da liberdade e das dores infligidas pelos opressores.

Os corpos dos sujeitos, na narrativa, se encontram ou na utopia da busca da liberdade, terrestre ou celeste, ou aprisionados, seja no espaço da prisão, do exílio ou também na clandestinidade. O movimento é de interpenetração; ora a prisão se faz igreja, ora a igreja é profanada:

Estranho **enlace** entre a **fé** e as **feras**: o Novo Testamento que tu leste fora presente do **capitão** Roberto, crente obcecado em difundir a **Palavra**, sem, no entanto, reconhecer-se **cúmplice** da profanação **sacrílega** que se praticava ali **dentro** sobre os verdadeiros **templos** de Deus (FREI BETTO, 2006, p. 378).

O autor da narrativa construiu uma cena na qual, pelo poder da imaginação, divagava consigo mesmo, se vendo no futuro: “sentado à beira do lago, a imaginação vagueava pelos planos de viagem enquanto os olhos fixavam-se, ociosos, nas páginas do Livro da Vida” (FREI BETTO, 1983, p. 84). Frei Betto se sentia livre, sonhador, liberto da razão e tomado pela emoção de se sentir um sujeito prestes a realizar um sonho, um novo projeto de vida, um corpo em liberdade, utópico.

Corpos utópicos, de acordo com Foucault (2013), são aqueles visíveis e invisíveis, que flutuam no espaço e no imaginário do sujeito, o qual permite que o corpo ocupe vários espaços ao mesmo tempo. Se o corpo, na infância, inicialmente se encontra fragmentado, é na imagem do espelho que ele se organiza.

Conforme Foucault (2013), o espelho é tanto uma utopia quanto uma heterotopia, pois o sujeito se vê em um lugar onde não se encontra, irreal, mas o

espelho existe e permite que o sujeito se enxergue e inicie a sua transformação, como na cena narrada quando Frei Betto tem a certeza da prisão de Camilo:

Há momentos na vida em que a intuição funciona como poderoso **radar**. Uma palavra, gesto ou olhar faz eclodir pressentimentos abscônditos como a pequenina **chama** do **fósforo** encostada ao barril de **pólvora**. Por trás do **silêncio** do filho, o pai é capaz de captar-lhe todo o **drama**. Pelo modo de **olhá-la**, a esposa percebe que algo de inusitado irrompeu na **vida** do marido. Situações delicadas criam o clima que, por sua vez, transmite um **código** sem **palavras**, feito de emoções que ressoam silentes nas cordas de nossa sensibilidade. O aviso da **prisão** de Camilo era o **signal** evidente da **catástrofe** (FREI BETTO, 2006, p. 140, grifos acrescentados).

A imagem da prisão reverbera as relações especulares entre Frei Betto e Camilo. Frei Betto se vê refletido no seu imaginário como um sujeito fragmentado ao se perceber preso como Camilo, que lhe emprestava o nome para receber correspondências. Assim sob o perigo iminente da sua prisão percebe que se encontra colado na imagem do outro. Frei Betto, apesar de ainda estar livre, se angustia ao se ver no lugar do outro, como em um espelho, aprisionado. Ao se deslocar para o aprisionamento, uma pequena faísca explode a paz interior de Frei Betto e a angústia da morte se instala. Não é preciso palavras para explicar a tragédia que se anuncia, a iminência da prisão, pois as emoções estavam à flor da pele e a sua prisão, invisível, já estava interiorizada.

O corpo do prisioneiro é visível e controlado pelo poder ditatorial e torna-se invisível para a sociedade. O corpo deixou do lado de fora da prisão os amigos, a família, o direito de ir e vir pela cidade, a sua liberdade como sujeito, que se encontra em elaboração do luto pelas perdas. Dentro da prisão, ele se torna um objeto à mercê do outro, controlado, vigiado, como nas ordens emitidas pelos carcereiros ao usar o tempo imperativo, o que denota uma autoridade de forma assertiva: “– Fernando, subir” (2006, p. 320). Para sobreviver é preciso se transformar, construir novos vínculos sociais nas prisões nas quais os dominicanos foram alojados.

Como se vê, o espaço prisional traduz uma política de Estado que permitiu excluir os subversivos, os que transgrediram, e controlar o seu corpo, sua voz, sua subjetividade. Para Foucault (1999), a prisão transformou os transgressores em corpos dóceis e instituiu uma nova forma de se exercitar o poder. Daí o conceito de biopolítica, traduzindo o poder sobre a vida do outro.

Adentrar o espaço prisional, ao mesmo tempo que embota as percepções sensoriais, propicia seu aguçamento nas relações do eu com o mundo e o reviver sentimentos contraditórios de amor e ódio. Extrapolando o espaço físico da prisão propriamente dita, Frei Betto associa o presídio às senzalas e ao sofrimento vivido pelos escravos, evidenciando a história do sofrimento do trabalhador no Brasil e a violência estrutural da sociedade brasileira:

Olhei o velho presídio, antiga **senzala** dos **escravos** da lavoura cafeeira: cinza-**escuro**, desbotado, as grossas paredes **rachadas**, as **grades negras** descascadas, comidas pela **ferrugem**. Ao entrar na carceragem, um **suspiro agônico** inundou o meu peito. A **vida** parecia querer fluir para fora do **corpo** como se ali não fosse o seu **lugar**, leve ímpeto que regia vagar em meu ser feito **inimigo** e **vítima**. Fazia **frio** em mim, embora a noite paulista fosse **quente** e **tenebrosa** (FREI BETTO, 2006 p. 362, grifos acrescentados).

O velho espaço que serviu para excluir os escravos se transforma em novo dispositivo que agora segrega os que teriam transgredido a lei, aqueles que se opuseram e resistiram ao sistema autoritário e discriminatório. O corpo escravizado pelas relações de poder encontra-se cindido entre a vida e a morte, angustiado ante a perspectiva real de se desintegrar, de estar morto. A contraposição entre os signos “frio” e quente” simboliza o corpo do sujeito que pode estar gélido, frio, morto, ou quente, vivo: o sujeito se encontra paralisado de terror, pelos sinais da morte, como se vê no uso das palavras “escuro” , “desbotado”, “descascadas”, “comidas pela ferrugem ou tenebrosa”.

O narrador evidencia a justaposição dos regimes escravocrata e capitalista, que, apesar de estarem em tempos diferentes, oprimem os indivíduos, isolam os sujeitos, dividem a sociedade entre incluídos e excluídos. Há uma lacuna quando o narrador, que até então falava na primeira pessoa, se desloca para a terceira e depois volta para a primeira na mesma frase: “A vida parecia querer fluir para fora do corpo como se ali não fosse o seu lugar, leve ímpeto que regia vagar em meu ser feito inimigo e vítima” (FREI BETTO, 2006, p. 362). O não dito simboliza uma negação do eu em aceitar que estaria prisioneiro e um estranhamento do sujeito em relação ao espaço. O sujeito está fragmentado entre o amor e o ódio a si mesmo, entre si próprio e o outro que escraviza ou é escravizado.

O autor/narrador traz para a cena o jogo de tensão que se estabelece entre os capitalistas e os socialistas e a união dos comunistas e cristãos que constroem vínculos, dentro do espaço prisional escancarando as contradições:

Não há **conciliação** possível entre **opressores** e **oprimidos**. O **amor**, porém, une os que colocam suas vidas na mesma direção. Do lado de **dentro** dessas grades, encontram-se **comunistas** e **cristãos**. O que há de **comum** entre nós? O mesmo amor à **libertação** do nosso **povo**. Não foi em torno de bancas universitárias, dispostos a discutir questões teóricas, que nos encontramos. Foi a **luta** que nos aproximou, traçando a linha divisória entre os que defendem os interesses da **burguesia** e os que assumem as aspirações do **proletariado** (FREI BETTO, 2006, p. 346, grifos acrescentados).

A cena simboliza a impossibilidade de se atar as ideologias capitalista e socialista, o que se percebe quando o autor representa a prisão em dois espaços diferenciados, separados. A voz crítica narrativa denuncia os que oprimem, os burgueses capitalistas. Exalta o amor, o vínculo social que permite aos comunistas e cristãos se unirem, apesar das diferenças, para o enfrentamento do opressor. A prisão é um espaço em que não se conciliam a polícia, que tem a função de prender, e a política, que nos remete à partilha do bem comum, do coletivo.

De acordo com Rancière (2020), a política pressupõe o princípio da igualdade, de partilhar, mas sempre habitada pelo dissenso, que tem duas significações: participar de um bem comum e o separar em partes. O homem tem como destino realizar política, ainda segundo Rancière, diferente dos outros animais, por se manifestar pela palavra, e não apenas pelo ruído. Se o prazer e o sofrimento são prerrogativas de todos os animais dotados de voz, a palavra diferencia o ser humano de todos os outros animais, o que lhe permite realizar um ato político, que se traduz pela organização da família e da cidade.

Apesar do princípio da igualdade, a política separa corpos em espaços diferentes. Os espaços prisionais narrados no texto, como o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) em São Paulo e Porto Alegre, o Presídio Tiradentes, por exemplo, foram palcos de intensas emoções vivenciadas pelos prisioneiros políticos que os ocuparam. De um lado, o testemunho de sofrimentos, torturas, de outro a solidariedade vinda dos colegas e das famílias, amigos e o prazer por pertencerem a movimentos coletivos de resistência que propiciaram a criação de vínculos. Criaram uma forma de vida compartilhada para enfrentar o

medo. Os símbolos, como a religião, os rituais, reconstroem o afeto primário que é a vida:

Mas era muito importante o apoio mútuo, havia reuniões todas as noites, todos **cantavam**, vocês faziam **orações** e comentários da **Bíblia**, debatiam a **limpeza** da cela, quem se encarregaria da **privada** no dia seguinte, quem **varrer**ia, como seria a distribuição de **alimentos** e de cigarros que chegassem. Acertou-se que todas as manhãs haveria uma **palestra** sobre um tema qualquer que um de vocês dominasse: os engenheiros fariam de sua área, os operários contariam a vida na fábrica, os estudantes transmitiriam seus conhecimentos. O fundamental era ocupar o tempo com **atividades** interessantes, impedir a **imaginação** de divagar sob os fantasmas vivos do **medo** e convencer os fumantes a soltarem suas tragadas junto à **grade**, evitando a poluição do **ambiente** (FREI BETTO, 2006, p. 324, grifos acrescentados).

Para enfrentar o medo, o desamparo perante a violência do sistema prisional, em um espaço de que não se tinha a possibilidade da fuga, os religiosos utilizaram a estratégia de compartilhar a vida, instituindo os rituais cristãos, para fazer prevalecer a palavra, o simbólico, o afeto do amor, enfim criando um “céu” para a sobrevivência de cada um. As brincadeiras permitem a elaboração do luto, do sofrimento, das perdas. Trazer a limpeza para esconder a sujeira das relações de poder na prisão. Buscar a palavra onde impera o silêncio imposto pela censura. Cantar na prisão significa utilizar o corpo associado à voz para dar sentido à vida, estabelecer laços, provocar mudanças na subjetividade, apesar da tragédia, do sofrimento que atravessava o sujeito. Criar vínculos, trazer ordem à vida para se contrapor à desordem, ao caos instalado pela ditadura.

Conforme Enriquez (2005), o vínculo social se manifesta como um “vínculo trágico”, pois o outro com quem me relaciono é um sujeito singular, que tem desejos, necessidades, com uma imagem da diferença. Ser ambivalente, o sujeito pode tanto amar quanto odiar, aliar-se ou competir com o outro e também por ser clivado, amar e odiar a si mesmo, ter uma relação com o corpo de carinho e de recusa.

Como já se disse, a prisão é o local da tensão no jogo de poder entre o Estado e a oposição, no qual há segregação, exclusão social, torturas, mortes, transformação do sujeito em objeto por parte da ditadura e a resistência dos opositores. O autor evidencia a condição humana em relações de poder, na qual há segregados que lutam pela sobrevivência, apesar da opressão executada pelos poderosos. A imagem do prisioneiro político é encenada no jogo entre a vida e a

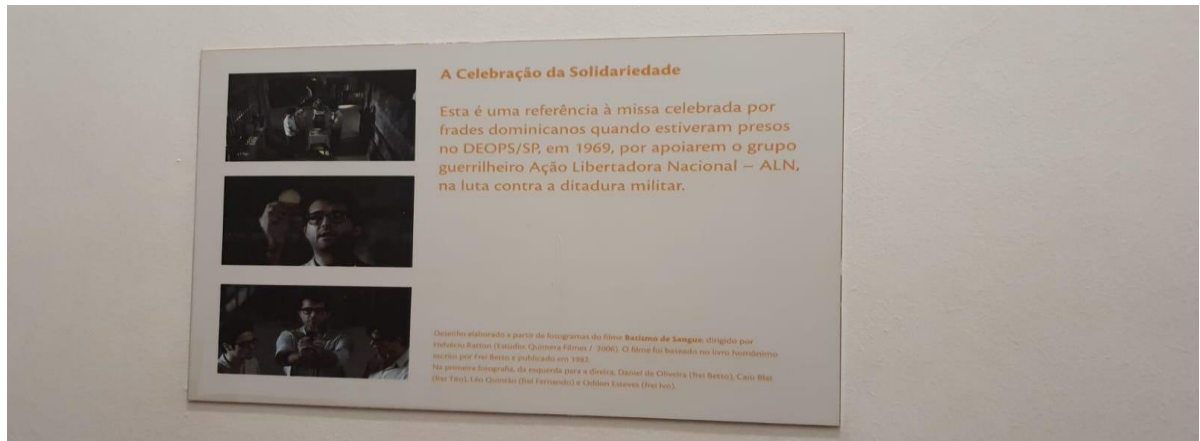
morte em tentativas de construir laços sociais, mesmo quando se percebe que se perdeu a utopia da liberdade:

Os trabalhos manuais prosseguiram na cela 7 do Presídio Tiradentes: a longa e fina **agulha** prateada enroscando **fios** coloridos de lã na **tela** do tapete, seguindo o desenho **projetado**; os dedos ágeis dando **nós** em fios de plástico das sacolas de compras; o **couro** cedendo ao **corte** e à ponta **incandescente** do pirógrafo ganhando a **forma** de bolsas e de carteiras. O ambiente era uma reprodução cênica de uma oficina de artesãos do fim da Idade Média (FREI BETTO, 2006, p.368, grifos acrescentados).

A imagem do fio na narrativa reverbera tanto a pulsão de vida quanto a pulsão de morte. Os fios se enlaçam e criam vínculos, constroem a vida de cada sujeito que resiste à sanha de violência dos que querem produzir morte, medo, angústia. Ao lutar pelo seu projeto de vida, o sujeito narrado tece os laços dos movimentos coletivos. Nada é realizado sem sofrimento, sem cortes no corpo, sem tortura. Há sempre uma contradição entre a vida que pulsa e a morte que ronda, destrói o corpo. Os signos “agulha”, “fios”, “projetado”, “tela” nos remetem à trama, a uma rede de palavras que na escrita formam o texto. Para escrevê-lo, cortes se fazem necessários, com dores, tristezas pelas perdas no trabalho. O autor tece com as palavras a beleza e o sofrimento do texto com seus cortes, como o realizado pelo signo “pirógrafo”.

Os fios simbolizam a vida quando os dominicanos instituem rituais para propagar a vida, como rodas de conversa, leituras de textos bíblicos, orar o Pai Nosso, etc. Por outro lado, são armas da morte nas sessões tortura, como “o fio desencapado foi introduzido no pênis do estudante ” (FREI BETTO, 2006, p. 245) ou “sentaram-me na cadeira do dragão com chapas metálicas e fios, descarregaram choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça (FREI BETTO, 2006,p. 372).

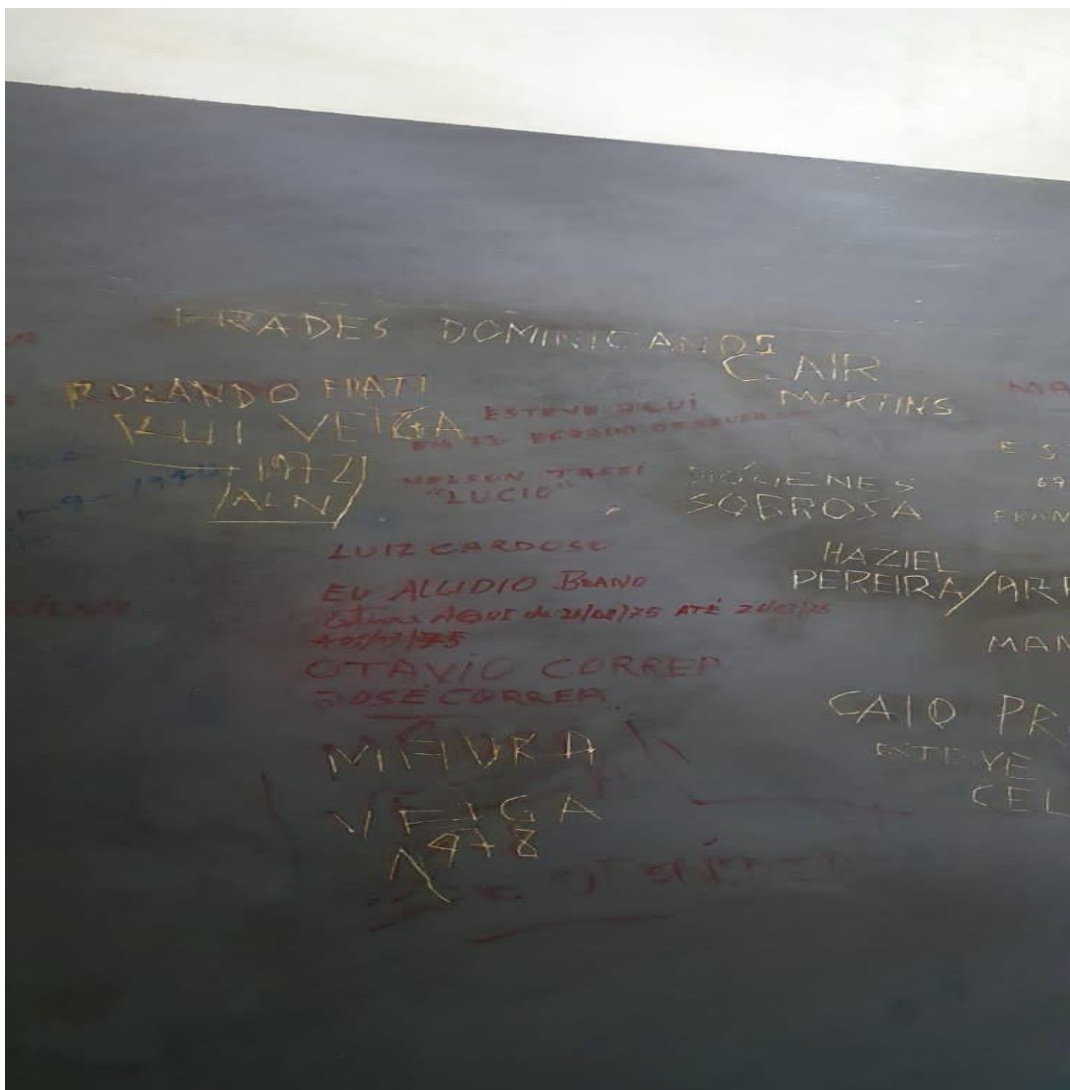
A palavra é libertária, promove um processo de subjetivação, sendo uma das estratégias utilizadas pelos presos na intenção de fazê-la circular. A escrita sobre o sofrimento dos presos estava em vários espaços, como nos momentos em que Padre Manuel “Redigia pequenos bilhetes, contando a nossa prisão, e deixava cair pela janela” (FREI BETTO, 2006, p. 189). “Através de sinais e de bilhetes, falávamos de nossas quedas e sofrimentos” (FREI BETTO, 2006, p. 189). As palavras foram também escritas nas paredes do cárcere: “Aqui somos torturados em nome de Deus. Aqui estiveram os cristãos metalúrgicos. Ou a que escrevemos: A fé é como uma chama: onde ela cai, queima” (FREI BETTO, 2006, p.352).



1- Imagem do Museu da Resistência (a) - São Paulo



2 - Imagem do Museu da Resistência (b)- São Paulo



3 – Imagem do Museu da Resistência (c) - São Paulo

Outra forma de utilizar a palavra como resistência se deu com Frei Betto que escrevia diários na cela: “Consegui um bloco de papel celofane, uma lapiseira e iniciei um diário espiritual, redigido em letra miúda, registrando as impressões que fluíam em minha sensibilidade estigmatizada pela fé (FREI BETTO, 2006, p. 198). E Frei Tito escreveu um manifesto¹⁰ que circulou pelo mundo, após ser barbaramente torturado, como aponta uma parte do documento:

Onde houver um **homem** sofrendo, é o **Mestre** que sofre. É hora de nossos bispos dizerem um **BASTA** às torturas e injustiças promovidas pelo regime, antes que seja tarde. A Igreja não pode **omitir-se**. As provas das torturas

¹⁰ O Manifesto de Frei Tito foi publicado primeiramente na Alemanha, no jornal *PubliKe* depois em vários países. Ganhou prêmio de reportagem em 1970, na revista norte-americana *Look*.

trazemos no corpo. Se a Igreja não se manifestar contra esta situação, quem o fará? Ou seria necessário que eu morresse para que alguma atitude fosse tomada? Num momento como este, o **silêncio é omissão**. Se falar é um risco, é muito mais um **testemunho** (FREI BETTO, 2006, p. 384, grifos acrescentados).

O narrador critica e denuncia os Cristos que foram abandonados, torturados, martirizados e mortos na prisão. Ele dá voz a vários sujeitos que simbolizam a morte de Cristo pelos poderosos; que serão derrubados pela palavra. Em sua percepção a função do Pai ao vir à terra e ser morto e crucificado foi uma ação para salvar a humanidade. A Igreja precisaria, então, se posicionar, dar um testemunho da fé cristã, que tem como função trazer a lei da igualdade a todos os cidadãos.

A voz narrativa busca o sentido da vida dos presos que, mesmo em desamparo perante a crueldade do governo ditatorial, ainda participam coletivamente de rituais. Como forma de resistência, os prisioneiros se deslocam em movimentos coletivos que propiciam, dentro do espaço repressor, no tempo vivido, a luta pela vida, como ao estabelecer rituais para construção da comunidade prisional:

Vocês **cantavam**, certa manhã, enquanto um companheiro se preparava para **subir**: Vai **trabalhar** pelo mundo afora / **eu** estarei até o fim **contigo** / está na hora, o **Senhor** me chamou / **Senhor**, aqui estou / Senhor, aqui estou. O **carcereiro** gritou à porta: — Parem com isso! Vocês parecem os cristãos de Roma que iam ser comidos pelos leões. Isso deixa a gente **mal** (FREI BETTO, 2006, p. 325, grifos acrescentados).

O narrador utiliza de um tom melancólico para expressar a subida de um preso ao inferno da inquisição dos policiais, contrapondo-o ao canto. Cantar é uma escolha do sujeito que o humaniza, apesar do contexto sombrio.¹¹ Ao mesmo tempo, a canção é cristã e nos remete à relação entre o eu e o tu, entre o preso e Deus, entre o filho e o pai. Se a função do pai é apresentar a lei, o simbólico para o filho, como se pode rememorar em **Totem e Tabu**, de Freud (1990), o mito do homem primevo, um pai tirano, assassinado pelos filhos que assumem o seu lugar no clã. Esses filhos, paradoxalmente, o devoram e se identificam com traços dele, o que demonstra a ambivalência de seus sentimentos, que odiavam e amavam o pai ao mesmo tempo. O sentimento de culpa surge e uma cultura se instala.

¹¹ A esse respeito ver o livro **O canto na fogueira**: cartas de três dominicanos quando em cárcere político, de Frei Fernando de Brito, frei Ivo de Lesbaupin e Frei Carlos Alberto Libânio Cristo. Petrópolis: Vozes, 1978.

Há várias cenas na narrativa que evocam a função paterna para o cotidiano da vida prisional. O pai primevo, tirano na narrativa, é o poder ditatorial, que é representado, por exemplo, pelos torturadores, pelos delegados, juízes, que simbolizam a lei de forma tirana, déspota. Há o Pai, Cristo, como mártir, que foi ressuscitado. Um pai cuidador, que é representado pelos vários mártires da narrativa e pelo Cristo, pai com quem os dominicanos se identificam, no contexto desumano da prisão.

Uma das formas de se criar vínculos dentro da prisão, pelos movimentos coletivos, é a propagação da fé, que possibilita suportar o sofrimento infligido pelo poder. A prisão se torna um espaço de propagar a religião católica, que tem Cristo como mártir.

O nome de um dos presídios é uma metonímia do mártir brasileiro: Tiradentes, que foi um dos líderes da Inconfidência Mineira e o único a ser enforcado e esquartejado em um espetáculo público. O discurso do Monsenhor Marcelo reverbera a ressignificação do presídio: “Há homens aqui dentro que são muito mais Cristo do que nós. Peço aos senhores que falem em nome deles. São os Cristos anônimos” (FREI BETTO, 2006, p. 339). Diante do exposto, os mártires são representados em várias cenas no texto, como:

Ao lado da cela, a porta entreaberta permitia-nos ver um rapaz com as pernas e os braços engessados, o dorso nu, os cabelos finos caídos sobre o rosto anguloso, **sorridente**. Era **Jeová** de **Assis** Gomes, 28 anos. Passara quatorze horas seguidas no **pau-de-arara**. Seus **olhos** reluziam a **alegria** e a tranquilidade moral de quem **não cedera** frente aos torturadores; via-se que, por **dentro**, ele estava **inteiro**, sem um arranhão, malgrado seu aspecto exterior lembrando a **imagem** de **Jesus** descido da **cruz** (FREI BETTO, 2006, p. 335, grifos acrescentados).

O narrador/autor encena com a figura de Jeová, um preso, como a imagem de Cristo, que foi torturado, morto para redimir os pecados mortais do seu povo. O pau-de-arara simboliza a cruz, que foi utilizada no martírio de Cristo. Os tempos de Jeová e Cristo se cruzam no espaço prisional. Jeová, nome de Cristo, representa a tortura de Jesus na prisão e também de Assis, o santo da bondade, alegria e pobreza. Os olhos refletem a sua visão de mundo na qual não há espaço para a delação, deslealdade, cumplicidade com o torturador. O corpo sofrido, machucado, quebrado se contradiz com a grandeza, solidariedade, coragem, alegria de um ser maltratado, humilhado, mas inteiro na sua concretude de ser um sujeito íntegro nos

seus ideais e valores. O narrador denuncia a degradação da prisão na qual todos os presos seriam mártires, assim como Cristo.

Ao comparar Jeová, um preso, com a figura de Cristo, o narrador/autor evidencia que a palavra de Cristo pode e deve ser anunciada em qualquer espaço, mesmo na prisão, onde há tanto sofrimento e exclusão social. Essa comparação mostra a valorização de outros tipos de saberes partilhados pelos seres humanos, que os elaboram conjuntamente, pois “o saber é uma construção, que se faz na relação entre eu/outro, no cruzamento de olhares e práticas discursivas com o objeto, na busca de uma significação em movimento” (CURY, 2004, p. 2). Ele não se encontra pronto, como se encena no diálogo entre Monsenhor Marcelo e Jeová:

— Como o senhor arriscou pouco!? O senhor é monsenhor!
 — Sou merda e você é Cristo. O capítulo 25 do evangelho de São Mateus mostra claramente quais são os critérios de salvação: são as respostas eficazes que damos às necessidades econômicas, sociais e espirituais do próximo. Jesus se **identifica** com quem tem **fome**, sede, vive no **abandono** ou **aprimado**. O que fazemos ao oprimido para libertá-lo é ao próprio **Cristo** que o fazemos. Portanto, Jeová, o que você faz pela **humanidade**, pelo amor dos homens, é por Ele que você o faz (FREI BETTO, 2006, p.341, grifos acrescentados).

A dúvida está presente no diálogo, na construção do saber religioso. O Cristo, simbolizado pelos vários jovens que se sacrificaram pela causa revolucionária socialista, é reverberado nesse discurso do Monsenhor que se dirige a Jeová, mas faz uma reflexão sobre todos os jovens presos políticos na ditadura que resistiram ao poder ditatorial:

— Quem ama passa da **morte** para a vida. Numa leitura cristã, de **fé**, quem faz a experiência do dom total, do amor, está salvo e se encontra com Deus. A Bíblia não diz que serão **salvos** os que têm fé e celebram o culto, mas sim os que são capazes de **amar**. Para estar aqui neste **calabouço**, eu arrisquei muito pouca coisa. Mas você **arriscou** sua **juventude**, a carreira universitária, a formação de uma família e a própria **vida**, por amor. Você faz a experiência do dom total. Isso, numa leitura cristã, vale mais que proclamar a fé (FREI BETTO, 2006, p. 341, grifos acrescentados).

Outra cena que retrata um dos mártires da cadeia como Cristo é a da volta de Frei Tito para o presídio Tiradentes, após a sua ida para a OBAN:

Afeto e admiração cercaram o retorno de Frei Tito à cela 7. Nossa alegria foi contida pelo lastimável estado em que ele se encontrava: o rosto **inchado**, o **corpo** coberto de **hematomas** e de queimaduras de cigarro, o braço esquerdo enfaixado (ver exame clínico no Anexo 5). Estava fraco e pálido.

Carregado, **subiu** as escadas e, na cela, os médicos Davi e Madeira, presos políticos, improvisaram a aplicação de soro glicosado. Apesar de tudo, estávamos orgulhosos de sua **coragem**. Tito parecia todo feito de **luz**: seus olhos miúdos irradiavam **alegria**, o moral revelava-se alto e seu **silêncio** traduzia **paz**. Como todos os prisioneiros que não cedem às torturas, ele, estava possuído por uma **força** que exprimia modéstia e dignidade (FREI BETTO, 2006, p. 383, grifos acrescentados).

Na descrição do corpo massacrado de Tito, cercado de uma aura de luz, vê-se o crucificado pela causa cristã, por amor ao próximo, como aquele que, ao terceiro dia, foi ressuscitado, quando subiu aos céus cumprindo sua missão.

Vários sacramentos foram executados na prisão como o da comunhão no rito da missa, no qual o corpo de Cristo é oferecido aos cristãos, assim como o corpo dos presos políticos eram oferecidos ao poder:

Comentamos com os **carcereiros** e um deles ponderou que o diretor do DOPS era homem supersticioso: via na **missa** um **sortilégio** que poderia ir contra ele. De **noite**, esse mesmo carcereiro **passou-nos** um embrulho e pediu que tivéssemos o máximo cuidado com aquilo. Era o material necessário à **celebração eucarística**, trazido com certeza de alguma **igreja**, inclusive um pequeno vidro de **remédio** contendo **vinho**. **Batizamos Diácono** o carcereiro. Padre Manuel recortou a **cruz** no papel de embrulho e, por **cálice**, usamos uma caneca. Enquanto Diácono **vigiava** a entrada do corredor das celas, subi no tabique que nos separava e, de cima, participei da celebração. Foi uma cerimônia simples e **emocionante**. Lembrou-nos as **catacumbas** dos primeiros cristãos. Rezamos pelos **mortos** nas mãos dos órgãos de segurança, evocamos os nossos **mártires** e confessores, e afirmamos o nosso **compromisso** com a **luta** pela **justiça**. Meditamos o **evangelho** das bem-aventuranças (FREI BETTO, 2006, p. 206-207, grifos acrescentados).

Assim como nos tempos romanos, nas catacumbas, os dominicanos transgrediram de várias formas as leis da instituição carcerária, quando se reuniram em preces, apesar de não terem permissão; inverteram a posição de serem vigiados para vigiar os detentores do poder, utilizando o carcereiro para essa função; receberam material não permitido, inclusive vinho. Essa cena simboliza a resistência, mesmo dentro da prisão, pois sem ela não existe transformação.

Outra cena denota o ritual da missa como espaço de celebração do sacramento da comunhão como espaço da vida, da construção coletiva.

A **celebração da missa** nos subterrâneos do **DEOPS** **quebraria** o espesso clima de **atrocidades** e permitiria, mais uma vez, a tentativa de recuperação de nosso **espaço vital**. Para a maioria dos companheiros, a missa interessava enquanto **rito** capaz de **simbolizar** e de exprimir a nossa unidade mais radical nos limites do **sofrimento humano** e na **esperança** libertadora que consumia nossas vidas ali dentro. Nesse sentido, a

eucaristia — **memória** atualizadora da **paixão** e da ressurreição do Senhor — teria lugar privilegiado naquele **calabouço**, sem o risco de objetiva **profanação** que ela corre em igrejas frequentadas pelos ricos senhores da terra que, aos domingos, comungam o **corpo** de Jesus e, durante a semana, **esmagam** aqueles com quem o Senhor mais se identifica (Mateus 5, 23 e 24). (FREI BETTO, 2006, p. 345, grifos acrescentados).

A cena narrada simboliza o sacramento da eucaristia, realizado em tempos tenebrosos. A comunhão é um dos sacramentos da Igreja Católica que remete à morte de Cristo e ao sacrifício da cruz, sob a forma do pão e do vinho oferecidos aos cristãos, que representam o corpo e o sangue de Cristo. Essa cena simboliza também um dos rituais cristãos de elaboração do luto após a morte de cada preso político. O narrador critica os falsos cristãos, aqueles que participam dos sacramentos, mas são cruéis com os seres excluídos pelo sistema capitalista. A solidariedade não existia apenas entre os presos, mas também com a parceria de alguns carcereiros, o que não seria esperado por serem agentes penitenciários, que tinham como função controlar os corpos aprisionados. Comer o corpo de Cristo seria um processo de identificação, de purificação.

O sacramento do batismo também é encenado na obra. A associação da escrita com a Igreja Católica começa pelo nome do livro **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella** (2006) que traz a referência tanto ao sujeito político quanto ao religioso, como já demonstramos.

A confissão exigida pela polícia e pelos torturadores é também um sacramento da Igreja. Para a Igreja é um sacramento que envolve o perdão dos pecados. Tem como instrumento um padre, que escuta, sob sigilo, em nome de Cristo e oferece o perdão divino. A confissão seria uma forma de o pecador se tornar sujeito da sua existência, ao declarar os seus pecados, a sua fragilidade.

Ele é um dos rituais existentes, desde a Idade Média, para produzir a verdade. Obteve papel relevante no que se refere aos poderes religiosos e civis, como as técnicas de confissão religiosa e a metodologia desenvolvida para realizar os inquéritos e interrogatórios. A confissão demonstra seus efeitos na medicina, na justiça, no cotidiano da vida de cada sujeito, nas declarações de seus sentimentos e emoções. Entretanto, de acordo com Foucault (1999) tem momentos em que a confissão não é a escolha do sujeito e sim imposição, sob a forma de tortura, como nas palavras ouvidas por Frei Tito como relatadas por ele:

Vai ter que falar senão só sai morto daqui!", gritou. Logo vi que isso não era apenas uma ameaça, era quase uma certeza. Sentaram-me na cadeira-do-dragão, com chapas metálicas e fios, descarregaram choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça. Dois fios foram amarrados em minhas mãos e um na orelha esquerda. A cada descarga, eu estremecia todo, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques passaram-me ao pau-de-arara. Mais choques, pauladas no peito e nas pernas que cada vez mais se curvavam para aliviar a dor (FREI BETTO, 2006, p. 372).

Enquanto a confissão para a Igreja seria uma forma de o pecador se tornar sujeito da sua existência, ao declarar seus pecados, a sua fragilidade¹², o sistema ditatorial obriga a vítima à confissão pela tortura e a coloca como um objeto a ser supliciado e descartado. A confissão torna-se traição de si mesmo e dos outros participantes da resistência e não salvação e nas cenas dos interrogatórios passa a ser uma imposição do torturador que exige que a vítima confesse o que ele precisa ouvir em seu desejo de perversidade. Não importa a brutalidade dos atos ou até a morte da vítima e sim a resposta, a delação obtida, a palavra imposta pelo sistema. A confissão também tinha como função amedrontar, silenciar a verdade que a vítima pretendia fazer circular, o que foi realizado com Frei Tito. A palavra de Frei Tito precisava ser interditada pelo poder vigente. Para tanto as torturas, dentro do hospital militar, saíram do corpo para a mente. Com o corpo já despedaçado, a sua verdade precisava de interdição: partiram para a tortura.

A leitura do evangelho é um ato cristão que tanto pode ser realizado durante a missa, como lido pelo dominicano que fala (eu) aos outros (vocês) e estabelece uma relação de confraternização e solidariedade em um ritual:

Fernando sugeriu que, após o jantar, vocês se sentassem em roda para colocar em comum as reflexões feitas no decorrer do dia. Conseguiram que um **carcereiro** trouxesse a **Bíblia** usada naqueles encontros **noturnos** fundamentais à resistência de vocês, quando então se fazia uma verdadeira **teologia da liberdade**¹³, da **morte**, do **sofrimento** redentor. O primeiro texto lido foi o capítulo 11 do Evangelho de São João: a **ressurreição** de Lázaro, e vocês consideravam jaculatórias as **inscrições gravadas** nas paredes da cela por companheiros que os precederam (FREI BETTO, 2006, p.329, grifos acrescentados).

¹² Há que se considerar que a confissão na Igreja Católica é também conformada pela doutrina a ser assumida pelo fiel.

¹³ A Teologia da Libertação foi criada após o Concílio do Vaticano II, um movimento que surgiu dentro da igreja, e tem como premissa enfrentar junto com a população oprimida a busca dos direitos sociais, dentro de determinada realidade social.

Nas rodas de conversa, evidencia-se a palavra como fator de vida, que estabelece vínculos sociais, enquanto durante os sacramentos cristãos realizados há uma analogia entre o sofrimento humano nas prisões e a palavra da Igreja. O narrador usa de uma metonímia ao trocar o nome de Teologia da Libertação para teologia da liberdade.

Os intelectuais dominicanos se encontravam em um espaço que não respeitava a vida dos presos, nem os acolhia em seus sofrimentos. Eles, então, exercem sua função de intelectuais e religiosos ao instituir na prisão intervenções religiosas que minimizariam o sofrimento, com a reflexão sobre o Evangelho:

Terminada a pregação, padre Marcelo **leu** o **Evangelho** das Bem-Aventuranças, o **Sermão da Montanha**. Mostrou, em seu comentário, como **Jesus** ressalta a importância da **prática libertadora**. O bem aventurado é sempre o **oprimido** que aspira à libertação. Sua esperança nasce da fé capaz de apreender a dialética **cruz-ressurreição**. Só **entregando** a própria **vida** podemos de fato **encontrá-la** (FREI BETTO, 2006, p. 348, grifos acrescentados).

O narrador demonstra que a palavra de Cristo pode e deve ser enunciada em qualquer espaço, como na prisão, foram vários os rituais de fé executados, como a leitura e reflexão do Evangelho:

Embora muitos fossem marxistas e ateus, aceitaram a sugestão de vocês de rezarem o **Pai-Nosso** quando alguém era **retirado** da cela, chamado para **subir**, aprontando-se ao som da **oração** solidária e nervosa, elixir de **coragem** e conforto naquele **buraco** onde a fraternidade imediata e simples impunha-se sobre **divergências** e **diferenças** que não têm lugar quando a **vida** se depara com o seu **contrário** (FREI BETTO, 2006, p. 316, grifos acrescentados).

O abandono, o estar só, sem proteção dos que deveriam cuidar e que são indiferentes e não solidários aos que sofrem na prisão, desloca o grupo de prisioneiros em direção ao apelo à religião, ao Pai da igreja católica, a Cristo. A função paterna terrestre se desloca para o celestial. Essa estratégia de se refugiar na religião dá coragem aos que precisam enfrentar o sofrimento, as torturas e a morte dos outros prisioneiros.

Mais que esses tipos de salvação, no entanto, há que se ressaltar a salvação pela escrita testemunhal que, dirigindo-se a outros, incita a reflexão sobre os fatos históricos, sobre as relações humanas, sociais e políticas. Como ressalta Benjamin, aludindo ao papel do historiador consciente:

Ele capta a configuração, em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito de presente como um “agora” no qual se infiltraram estilhaços do messiânico (BENJAMIN, 1987, p.232).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tempos sombrios da ditadura civil militar, do período de 1964 a 1985, propiciaram a proliferação de uma literatura que dava seu testemunho do sofrimento humano e dos traumas daqueles revolucionários que foram perseguidos pelo poder ditatorial. Dentre elas se encontra a obra **Batismo de Sangue**: guerrilhas e morte de Carlos Marighela, na qual Frei Betto fez um testemunho da participação dos jovens dominicanos na ALN, que tinha como líder Carlos Marighela. Esta pesquisa acadêmica pretendeu analisar como os mecanismos de poder isolaram o sujeito de seus direitos e buscaram transformá-lo em um ser passivo, um corpo dócil, e, por outro lado, de que forma aconteceram movimentos que resistiram à repressão e sustentaram a subjetividade daqueles que foram presos e torturados.

São várias as consequências demonstradas na pesquisa a partir da concentração de poder governamental, exacerbada com a instituição do AI5, em 1968, quando o Congresso Nacional foi fechado, vários parlamentares cassados, com prisões de jovens que participavam da resistência, dentre eles os intelectuais dominicanos.

No jogo entre a pulsão de vida, que constrói vínculos, e a pulsão de morte, que destrói o outro, comprovamos uma cadeia de violência nas relações entre os dados como subversivos e os detentores do governo, o que foi testemunhado pelo narrador da obra, que se identifica como membro da ALN. Para o líder da ALN, Marighela, a detenção da violência do Estado só seria possível com a luta armada, nas cidades e no campo. O autor, portanto, aborda a violência que faz sucumbir o indivíduo em sua condição humana e em sua procura pelo sentido da vida.

Nos movimentos de luta, teria faltado a participação do povo, o que, enfraqueceu a resistência, e necessitou que os intelectuais dominicanos fizessem a mediação entre o poder governamental e o povo. Lutando pela busca de conquistas de direitos para a população oprimida, com necessidade de justiça e igualdade social, eles e outros atuam, pois, como intelectuais na práxis. Esta busca e luta pelos oprimidos também encontra respostas na Teologia da Libertação, a qual tinha Frei Betto, como um dos seus mais importantes líderes.

Observamos, pois, que na busca de enfraquecer o movimento revolucionário, aprisionaram-se esses líderes, desconstruindo suas subjetividades, sobretudo por

meio da tortura. Frei Betto testemunha e utiliza várias páginas da obra para detalhar o horror das torturas aplicadas aos prisioneiros.

Vimos, pois, com Foucault, que mesmo que a prisão tenha sido erguida como uma estratégia de punição aos transgressores da lei, que teriam o isolamento como substituição aos suplícios, espetáculos públicos de sofrimento, e morte, as torturas continuam ocorrendo sem a visão da sociedade; Frei Betto demonstra que as torturas continuaram no governo ditatorial de uma forma privada, com requintes de crueldade. O sofrimento humano passa a ser um espetáculo para os torturadores que abusavam dos seus poderes clandestinos e ocultos da sociedade, com o desejo de excluir, matar, fazer desaparecer todos os que não obedeciam ao poder.

Para seguir com o curso da pulsão de morte, o poder do governo se valeu de vários aliados na sociedade, como a igreja cindida em duas partes: uma que apoiava e participava de movimentos de oposição e outra que, ou lavava as mãos, como Pôncio Pilatos, ou defendia o poder vigente. Na justiça, os juízes, que detinham cargos públicos, também apoiavam e davam pareceres a favor do sistema, enquanto alguns advogados defendiam os presos políticos. Outra parceria importante diz respeito a médicos que participavam das torturas, colaborando com o seu saber específico, em momentos de dificuldades e dúvidas dos torturadores sobre a capacidade física dos torturados. A maioria dos meios de comunicação, abafados pela censura, também apoiavam a ditadura, relatando apenas o que era favorável a ela.

Nas reflexões empreendidas pela pesquisa evidenciaram-se as precárias condições das prisões, com excesso de presos na mesma cela, instituição de solitárias, espaço restrito e imundo. Os presos políticos eram submetidos a despojamento dos pertences, cadastramento, ganhavam uma numeração, o que tinha como objetivo a transformação ou anulação da subjetividade.

Há um tom melancólico na obra, resultado de muitas perdas e dificuldades de efetuar o luto como nas mudanças de cidades, morte de amigos, exílios, cicatrizes no corpo torturado. A morte rondava os que resistiram ao terror da ditadura e cada perda remetia ao luto de várias outras já sofridas, desvelando o sofrimento dos que subvertiam as leis vigentes. Estes, traumatizados pela tortura e transformados em farrapos humanos, frágeis, com medo de enfrentar a vida novamente, de fazer vínculos após tanta desconfiança no ser humano, ao serem torturados na prisão tinham que enfrentar a vida para sobreviver ou buscar a morte.

A obra, assim, não mostra apenas a força da pulsão de morte, mas também a da pulsão de vida que permitiu aos revolucionários darem um sentido à vida tão devastada pelos sofrimentos.

Frei Betto inclui, ao lado dos intelectuais dominicanos, os freis Tito, Ivo, Fernando, que se engajaram na luta armada da ALN e criaram laços sociais que permitiram a sobrevivência em tempos de clandestinidade, muitas mulheres que se demonstraram peças essenciais na resistência. As relações descritas, além das fraternas e cristãs, incluíam as amorosas, que também eram dadas como fonte de renovação e força.

Conclui-se que a prisão, na narrativa, tanto é configurada como um inferno, espaço de localização da investigação, das confissões e das torturas, quanto como um local divino, com solidariedade e resistência política. Os dominicanos transformam a prisão em espaço religioso com cânticos, missas, leituras do evangelho, pois qualquer espaço seria propício à escuta da voz divina. A resistência se faz com a utilização do poder messiânico e execução dos sacramentos que propiciavam prazer e oportunidade da elaboração das perdas, do sofrimento humano.

Outro elemento fundamental de elaboração das perdas afetivas e forma de resistência é a escrita, que estava nos bilhetes, nas paredes dos cárceres, nos manifestos e nos corpos escritos.

Frei Betto, que vivenciou não só o seu sofrimento, mas os dos colegas dominicanos e do líder Marighela, transformou suas lembranças em escrita, traduzindo o terror indizível dos traumas, do sofrimento coletivo nas prisões, em palavras que testemunham que o passado não deve ser esquecido, precisa ser lembrado e repetido infinitamente para as novas gerações.

Como testemunha, Frei Betto elaborou, por meio da escrita, suas perdas e traumas decorrentes da prisão, seja pela escrita de um diário durante o período em que esteve preso, ou pela correspondência enviada a parentes e amigos, como é o caso de **Cartas da prisão**, seja por seus escritos depois de ganhar a liberdade, como a obra em foco, **Batismo de Sangue**: guerrilha e morte de Carlos Marighella.

Nesse relato, Frei Betto insere textos de Marighela, que se valeu da escrita para elaborar seu sofrimento psíquico e físico durante o tempo em que permaneceu preso, ocasião em que produziu documentos sobre a gestão das políticas do seu

partido, PCB, em defesa do socialismo, e, também, pela criação poética de seus livros.

Outra escrita testemunhal forte transcrita pelo autor é a de Frei Tito que também se utilizou do ato de escrever para resistir ao sofrimento decorrente das perseguições políticas. Frei Tito elaborou na prisão um manifesto denunciando o contexto das torturas do governo brasileiro. Também deixou vários poemas, como “Quando Secar o Rio de Minha Infância”, no qual externa sua melancolia. Frei Betto (2006, p. 413) faz um tributo a Frei Tito quando diz:

Permanecerá como símbolo das atrocidades infindáveis do poder ilimitado, prepotente, arbitrário. Ficará, sobretudo, como exemplo a todos que resistem à opressão, lutam por justiça e liberdade, aprendendo, na difícil escola da esperança, que é preferível “morrer do que perder a vida”.

Tem-se como desfecho que, entretanto, nem o seu tempo de resistência no exterior nem a escrita possibilitaram a Frei Tito sair do processo melancólico em que se encontrava. O tornar-se um estrangeiro, longe da sua pátria, evidencia que ele foi excluído do seu projeto de vida, da sua utopia de salvar seu povo, seja pela fé ou pela consciência política. Exilado e banido pelo governo, acaba por sucumbir ao sofrimento e é tomado por delírios que ecoam a voz de seu torturador. “— Eu não aguento mais, preciso voltar. Morro de saudades, me sinto só. Quero minhas raízes, quero meu povo, é por ele que eu lutei” (FREI BETTO, 1983, p. 249). Ainda que a escrita tenha sido um possível caminho para a libertação do corpo torturado, o personagem coloca à mostra sua fragilidade e a dificuldade de lidar com os traumas, sobretudo após seu exílio na França, onde se vê diante das perdas, inclusive a causada por sua condição de estrangeiro, o que aponta, também, para o trauma causado pela desterritorialização. É então que o suicídio aparece como possibilidade de libertação e resistência, mesmo que carregue a contradição que aí se estabelece. A narrativa mostra, portanto, como cada ser é singular no enfrentamento de seu sofrimento após o trauma.

Constata-se, pois, ao se abordar o testemunho dado perante a violência do governo ditatorial, que a vida e a morte se cruzam na arte literária, propiciando ao leitor uma indignação pelo sofrimento dirigido àqueles que resistiram; sofreram, mas lutaram pela liberdade, justiça e igualdade social. Fizeram da literatura um alento e

uma possibilidade de que cada leitor encontre em si mesmo os valores necessários à continuidade da luta social para que a vida prevaleça.

A literatura propicia, a cada leitor, revisitar o tempo passado por meio de uma leitura que presentifica os traumas e abre portas para a possibilidade de renovação. Se não foi permitido incriminar aqueles que causaram o excesso de torturas, mortes e desaparecimento de tantos jovens, é possível fazer uma leitura dos escritos, dos testemunhos, que trazem a palavra para o cotidiano da vida brasileira, alertando as novas gerações para que o trauma não se repita.

Para concluir, recorremos, pois, a Adorno, em sua frase magistral, “não pode haver poesia após Auschwitz” e complementamos com “após uma ditadura tão sangrenta”, que, paradoxalmente, aponta sim para o caminho do poético como saída para a violência.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e Emancipação**. Tradutor Leo Wolfgang Maar 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 119-138.

AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo? In: _____. **O que é Contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009, p. 56-73.

_____, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boi tempo. 2021.

ALIGHIERI, Dante. Inferno In: _____. **A Divina Comédia**. Tradutor: Ítalo Eugênio Mauro. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - "**Brasil: Nunca Mais**". Petrópolis, Vozes, 1985.

BENJAMIN, WALTER. Sobre o conceito da história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987p. 222-232.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 4. ed. Trad. Maria da Gloria Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1995, p. 284-293.

BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. Editora Vozes, 8 EDIÇÃO. Petropolis. 2001.

BOSI, Alfredo. **A escrita do testemunho em Memórias do cárcere**. São Paulo. Revista de Estudos Avançados – USP. N. 23. V.9, 1995.

_____. O trabalho dos Intelectuais Segundo Gramsci. In: _____. **Céu, Inferno**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34. 2003.

CANDIDO, Antonio. A Verdade da Repressão. In: _____. **Teresina** etc., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários Escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Tortura como impossibilidade de política In: BRANCA, Eloisa (org.) **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal. 2003.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Literatura: promessa de hospitalidade. In: EYBEN, Piero; RODRIGUES, Fabrícia Wallace (orgs.) **Cada vez o impossível**: Derrida. Vinhedo: Horizonte, 2015, p. 213-226.

DIAS, Danyelle Nayara Santos. **Literatura, história e memória**: as contribuições da literatura de Frei Betto para a construção da memória dos frades dominicanos na ditadura do Brasil (1960-1980). Anais do XXVII. Encontro Nacional de História (ANPUH). Natal, RN, p. 1-13, 22 a 26 jul. 2013.

DUARTE-PLON, Leneide; MEIRELES, Clarice. **Um homem torturado**: nos passos de Frei Tito de Alencar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ENRIQUEZ, Eugene. **Da horda ao Estado**: psicanálise do vínculo social. Trad. Teresa Cristina Carreteiro e Jacyara Nasciutti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura**: Uma análise do filme Batismo de Sangue. Dissertação, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1999.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 1995.

_____. **O corpo utópico**: as heterotopias. Trad. Salma Thannus Muchail. São Paulo: Edições N-1, 2013 [1966].

_____. **História da Loucura**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FREI BETTO. **Batismo de Sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighela. Rio de Janeiro: Rocco. 2006.

_____. **Batismo de Sangue**: guerrilha e morte de Carlos Marighela. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. **Cartas da Prisão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **O diabo na corte**: leitura crítica do Brasil atual. São Paulo: Cortez Editora, 2020.

_____. Frei Fernando e Frei Ivo. **O Canto na Fogueira**: cartas de três dominicanos quando em cárcere político. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Trad. Themira de Oliveira Brito; Paulo Henrique Britto e Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 249-263.

_____. Totem e Tabu. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Trad. Orizon Carneiro Muniz. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. Além do princípio de prazer. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Trad. Cristiano Monteiro Oiticica. Vol. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. O mal estar na civilização. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. Reflexões para os tempos de guerra e mortes. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Trad. Themira de Oliveira Brito, Paulo Henrique Britto e Cristianao Monteiro Oiticica. Vol. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GABNEBIN, Jeanne Marie. **O rastro e a cicatriz**. Pro-Posições, vol. 13, N. 3 (39) - set./dez. 2002.

GABNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, Escrever, Esquecer**. São Paulo: Editora H34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Walter Benjamin: os cacos da história**. 2ª ed. Tradução de Sônia Salzstein. Brasiliense: São Paulo, 1993.

GASPARI, Elio. **A ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2014.

GOMES, Victor Emmanuel Farias. **Do livro ao cinema: memórias da ditadura em 'Batismo de sangue' e 'O que é isso, companheiro?'**. Dissertação, Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Odeio os Indiferentes**. Trad. Daniela Mussi e Alvaro Bianchi. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUEIROS, Antonio Márcio Monteiro. **'Batismo de sangue': um testemunho composto por muitas vozes**. Olho d'água. São José do Rio Preto, 12(2): p. 64-75, jun.-dez./2020.

KAUFFMAN, Pierre. **Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1966.

JUCHEM, Vinicius Viana. **Literatura de Testemunho e Cinema: uma análise de 'Batismo de sangue'**. Tese, São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

KEHL, Maria Rita. Prefácio. Três perguntas sobre o corpo torturado. In: KEHL, Maria Rita; TIBURI, Marcia. **O corpo torturado**. Porto Alegre. Escritos Editora, 2004.

MARCO, Valéria de. **A Literatura de testemunho e a violência do Estado**. Lua nova, n. 62, 2004.

MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares**. Varia Historia. n. 28, p. 178-201, dez. 2022.

MOREIRA, Mariângela Ricardo Alves. **Opressão e libertação: a religião nas obras de Frei Betto**. Dissertação, Goiânia, GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

MOURA, A. M. S. A.; GONZAGA, T. E. Mario de Passos Simas: mais que um advogado, um patrono. In: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio (Orgs.). **Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil**. Petrópolis: Editora PUC Rio/Editora Vozes, 2010, p. 74-87.

OLIVEIRA, Daniel Correia de. **'Batismo de sangue' de Frei Betto: Do hipotexto literário ao hipertexto cinematográfico e a reconstrução de um discurso religioso sobre a ditadura civil-militar brasileira**. Revista Unitas. v. 7, n. 1, p. 124-132, 2019.

OLIVEIRA MORAES, Otávio Augusto. O outro que está ao meu lado: uma entrevista com Ivete Walty. **Em Tese**, v. 26, n. 2, p. 317-325, mar. 2021. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/18231>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PELEGRINO, Hélio. A tortura política. In: **A burrice do demônio**. 3. ed. Editora Roco Ltda: Janeiro, 1988.

PEREIRA, Rogério Silva. **Fronteiras da Literatura Brasileira Contemporânea: mistura de gêneros em 'Batismo de sangue' de Frei Betto**. Remate de Males. Campinas, SP, v. 30, n. 2, p. 335-350, jul.- dez./2010.

PEREIRA, Rogério Silva. **Inaugurando o Brasil Contemporâneo**: 'Batismo de sangue', gênero híbrido? Anais do XI. Congresso Internacional da ABRALIC. São Paulo: USP, 2008.

PRIMO LEVI. **É isso um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Trad. Monica de Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Trad. Angela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

SANTOS, Bruno Dias. **Frei Betto e as cartas da prisão**: a edificação de um projeto memorialístico. Clio: Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n. 36, p. 195-218, jan.-jun./2018.

SANTOS, Cláudio Rodrigues do Nascimento. **O corpo em dor**: representação da tortura na obra fílmica 'Batismo de sangue'. TCC, Guarabira, PB: Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

SARTRE, Jean Paul. **Entre quatro paredes**. Trad. Alcione Araújo e Pedro Hussak. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 2007.

SARTRE, Jean Paul. **Em defesa dos intelectuais**. Trad. Sergio Goes de Paula. São Paulo: Editora Ática S.A., 1994.

SEMERARO, Giovani. **Intelectuais orgânicos em tempo de pós modernidade** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio (org.), **História, Memória, Literatura**: o testemunho na era das catástrofes. 3ª ed.. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio . **Narrar o trauma**. Escrituras híbridas das catástrofes. Niterói, n. 24, p. 101-117, 1. Sem. 2008.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. **Literatura e Trauma**. PRO-POSIÇÕES vol. 13 N.3 (39) - set-dez (2002).

SILVA, Joel Cardoso da; SANTOS JÚNIOR, Luiz Guilherme dos. **‘Batismo de sangue’**: entre o arquivo e o testemunho. *Nonada: Letras em Revista*. v. 1, n. 22, p. 1-9, mai.-set./2014.

Sousa, Rainer Gonçalves. **“O livro secreto da Ditadura Militar”**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-livro-secreto-ditadura-militar.htm>. Acesso em 24 de junho de 2022

SOUZA, Tássia Oliveira e NORONHA, Jovita Maria Gerheim. A coroa de Cristo x O beijo de Judas: Batismo de sangue e a denúncia da violência. *Teresa*, v. 17, p. 87-102, 2016.

TAPAJÓS, Renato. **Em Câmara Lenta**. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.

_____. **Em Câmara Lenta**. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

VIEZZER, Moema. **Se me deixam falar**. Trad. Edmilson Antonio Bizelli. 5ª. ed. São Paulo: Símbolo, 1980.

WALTY, Ivete Lara Camargos. **A literatura de ficção ou a ficção da literatura?** Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cltl/article/view/9871/8792> Acesso em: 12 mar 2021.

WALTY, Ivete Lara Camargos; CURY, Maria Zilda. O intelectual e o espaço público. *Revista da ANPOLL*, Belo Horizonte, n. 26, p. 221–232, jul./dez. 2009.

WALTY, Ivete Lara Camargos; GUIMARÃES, Raquel Beatriz Junqueira (Org.). **Literatura Marginal e sua crítica**. São Paulo: Hucitec, 2019.